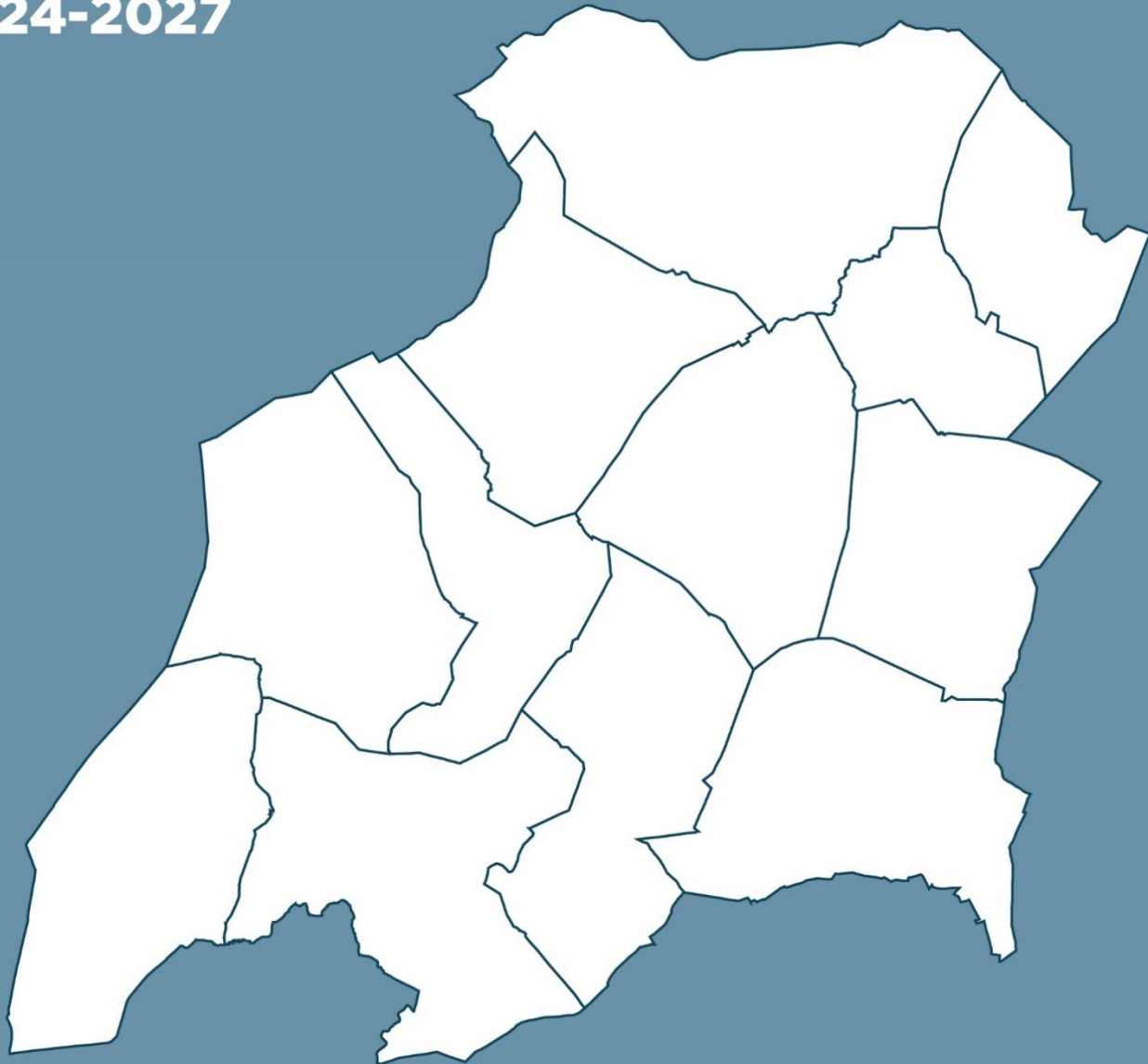


DIAGNÓSTICO SOCIAL

**PAÇOS DE FERREIRA
2024-2027**



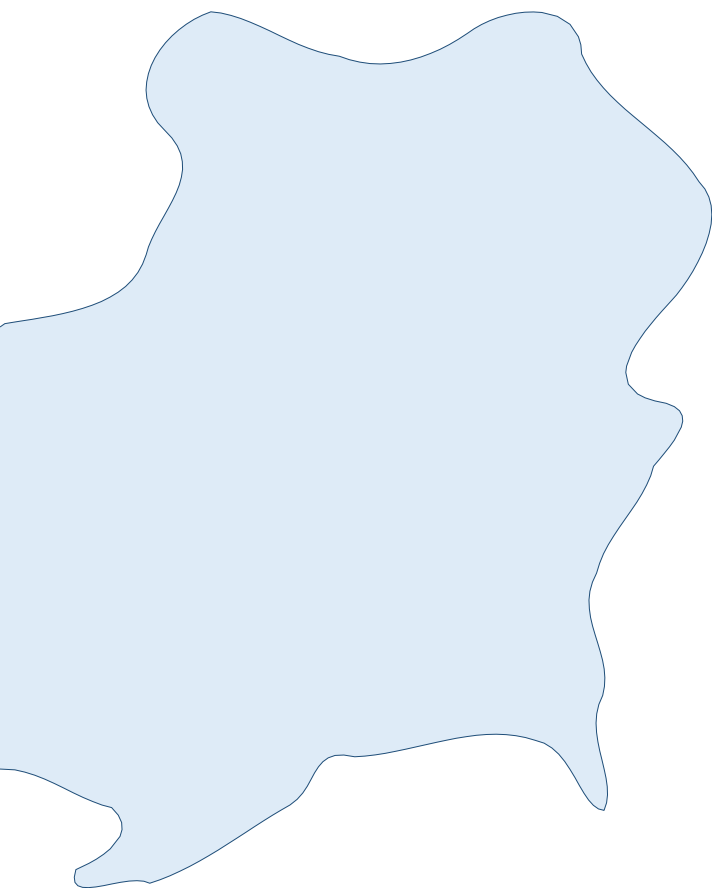
Município de
Paços de Ferreira
Câmara Municipal



Rede Social

CLAS | Conselho Local de Ação Social de Paços de Ferreira

FICHA TÉCNICA



Título

Diagnóstico Social de Paços de Ferreira

Tipo de documento

Instrumento de Planeamento

Âmbito Territorial

Concelho de Paços de Ferreira

Data de Elaboração

2024

Período de vigência

2024-2027

Presidente da Câmara Municipal

Humberto Leão Brito

Elaboração

Departamento de Saúde, Integração e Inovação Social

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O presente Diagnóstico Social surge como um instrumento estratégico de planeamento dinâmico, concebido para promover uma compreensão abrangente e integrada das dinâmicas sociais, económicas e culturais que caracterizam o território em análise.

Este documento assume-se como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão, orientando políticas e ações que respondam de forma eficaz às necessidades e potencialidades locais.

A elaboração deste diagnóstico baseou-se numa metodologia participativa, que valoriza a contribuição dos diferentes parceiros sociais, instituições públicas, privadas e da comunidade.

O envolvimento ativo dos atores do território assegura uma leitura mais plural e inclusiva das realidades locais, reforçando o compromisso coletivo com o desenvolvimento sustentável e equitativo.

Enquanto documento em constante evolução, o Diagnóstico Social será sujeito a atualizações periódicas, permitindo a incorporação de novas informações, desafios e oportunidades.

Desta forma, busca-se garantir a sua relevância e capacidade de resposta às transformações do território, contribuindo para a construção de soluções alinhadas às aspirações e especificidades da população.

Humberto Brito

Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira

ENQUADRAMENTO

Nos última década o Município de Paços de Ferreira implementou e consolidou uma trajetória, com iniciativas que promoveram o desenvolvimento sustentado de inclusão social, por meio do fortalecimento duradouro da coesão comunitária, do avanço equilibrado em prol da integração social e do progresso com foco na intervenção comunitária, alicerçado na equidade social e na ampliação duradoura da participação social. Assegurando um crescimento inclusivo e resiliente, baseado no estímulo permanente de justiça social, na consolidação de práticas equitativas e consistentes e fomentando os direitos, segurança de forma harmoniosa e contínua destacando-se como referência nacional e europeia na promoção do bem-estar comunitário. Esta década foi marcada por políticas baseadas em diagnósticos regulares, que permitiram uma intervenção social suportada por estratégias inovadoras e uma forte proximidade com a população.

Os avanços foram evidentes em múltiplas áreas: coesão territorial, saúde, habitação, educação, apoio à juventude, promoção do envelhecimento ativo e modernização administrativa. A sustentabilidade ambiental é promovida com práticas inovadoras e o aumento das áreas verdes, reforçou o compromisso com a preservação ambiental e a adaptação às alterações climáticas.

Com um planeamento integrado, o Município priorizou a sustentabilidade ambiental, a dinamização económica, o reforço das infraestruturas sociais e a valorização das potencialidades culturais do concelho.

Este percurso reflete não apenas a capacidade do Município de responder a todos os desafios sociais complexos, mas também o seu compromisso com a construção de um território resiliente, inovador e inclusivo, projetando-se como um modelo de governança participativa e sustentável para o futuro. Paços de Ferreira reafirma-se, assim, como um exemplo de liderança local focada no bem-estar das suas comunidades.

Este trabalho reflete o compromisso em construir um território equilibrado, inovador e orientado para o bem-estar de todos e todas de uma forma equitativa.

A visão de um concelho promissor é concretizada através de ações integradas que reforçam a coesão territorial e social, enquanto a dinamização económica tem sido uma prioridade, com medidas que incentivam o investimento, reduzem a carga fiscal e criam condições para o

crescimento sustentável das empresas e das famílias e incentivo à natalidade através da atribuição de um valor monetário, assim a criação de novas respostas sociais de berçários e creches , nos centros escolares de Paços de Ferreira , ao abrigo do programa de recuperação e resiliência , PRR.

A estabilidade e o bem-estar das famílias são promovidas por meio de políticas sociais inclusivas, e educacionais, apoio habitacional e o fortalecimento da rede de infraestruturas sociais, contribuindo para a qualidade de vida da população.

A área da Educação, tem distinção internacional e é motivo de grande orgulho para Paços de Ferreira, sendo uma confirmação do sucesso das políticas implementadas e da importância de investir nesta área. Este reconhecimento sublinha a ambição do município em continuar a ser uma referência em Portugal e, agora, também na Europa, reforçando a sua posição enquanto exemplo de boas práticas educativas e inovadoras. A educação continua a ser uma prioridade, com investimentos na modernização das escolas e no apoio ao sucesso educativo, garantindo melhores oportunidades para as crianças e jovens do concelho.

Na Promoção do Envelhecimento Ativo como Paradigma de Qualidade, fomos distinguidos como uma Comunidade para o Envelhecimento saudável 2022-2024, com atribuição do selo comunidade pró envelhecimento, que reconhece e distinguiu o município pelas políticas, programas, planos estratégicos e práticas que demonstram um compromisso forte efetivo com a promoção do envelhecimento saudável bem-sucedido ao longo do ciclo de vida, como contextos de vida de excelência para a promoção do envelhecimento como contextos de vida de excelência para a promoção do envelhecimento.

O município assumiu um papel central na promoção do Envelhecimento Ativo, implementando um conjunto de ações estratégicas que consolidaram projetos de excelência e práticas inovadoras voltadas para a população idosa, promovendo estilos e vivências saudáveis ao longo da vida; aumentando a participação ativa e comunitária promovendo o empreendedorismo sénior, através divulgação e participação em feiras de artesanato e outros eventos culturais , a promoção do turismo sénior, com um alargado plano de atividades culturais , tais como: Passeio de barco, visitas centros históricos, centros culturais. Implementamos ações com novas oportunidades a partir dos desafios que se colocam com a entrada na reforma satisfazendo as

necessidades crescentes de uma população em envelhecimento (satisfazer as necessidades de cuidados de saúde, mobilidade, com disponibilização de transportes adequados conectividade e acessibilidade; reduzir as diferenças territoriais no acesso a cuidados de saúde e serviços.

Destaca-se a criação da Comissão de Proteção ao Idoso, que assegura a defesa dos direitos desta população, criada para atender pessoas acima de 65 anos ou em situação de dependência sem retaguarda familiar, desempenha um papel crucial na avaliação e encaminhamento de casos de risco, com o apoio de instituições como o Ministério da Saúde, Segurança Social, IPSS, GNR e Tribunal.

A criação da Assembleia Municipal Sénior, proporciona um espaço de participação ativa dos idosos nas decisões e no planeamento das políticas locais. Estas iniciativas foram complementadas por um trabalho de concertação social com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), fortalecendo a articulação entre diferentes atores locais para garantir a implementação de soluções sustentáveis e de alta qualidade.

O trabalho junto da Rede Social foi amplamente fortalecido por meio de parcerias locais estabelecidas pelo município, envolvendo instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. Essas parcerias possibilitaram a implementação de plano de desenvolvimento socio educativo, garantindo a continuidade e a eficácia e eficiência e qualidade das ações implementadas. Destacando-se, projetos intersectoriais, que articularam saúde, educação, cultura e desporto, foram desenvolvidos para assegurar uma abordagem multidimensional ao envelhecimento ativo. Estando atualmente a preparar sistemas de monitoramento comunitário, envolvendo agentes locais, vizinhos e voluntários para identificar e apoiar casos de isolamento social ou outras necessidades específicas.

O município também se destacou pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Plano de Igualdade e não Discriminação, senão reconhecido com um premio de mérito de excelência a nível nacional pela CIG e integra as comunidades pró envelhecimento garantindo que as políticas voltadas para o envelhecimento ativo são inclusivas e respeitam todos e cada, isto é, a diversidade da população.

Implementou medidas estratégicas e inovadoras para enfrentar os desafios do envelhecimento da população, promovendo o envelhecimento ativo, saudável e inclusivo através de

intervenções integradas e participativas. Estas iniciativas têm mobilizado um conjunto de parceiros da Rede Social e entidades locais, promovendo o bem-estar social, a cidadania e a integração comunitária.

Entre as ações mais relevantes, destaca-se a criação de infraestruturas como a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), com capacidade para 70 residentes, um Centro de Dia para 50 utentes e um Serviço de Apoio Domiciliário que atende 100 pessoas, em funcionamento sete dias por semana. Este projeto é complementado pelas Residências Colaborativa vinculada pela inovação, qualificação e maior capacidade de resposta de serviços de apoio social, destaca-se ainda a construção de 10 novas habitações sociais com todas as condições de acessibilidade de forma a promover o envelhecimento e a sua vida de quotidiano na própria residência.

Para assegurar uma abordagem multidisciplinar e contínua, o Plano Estratégico de Cuidados Holísticos na Comunidade, iniciado em 2022, tem vindo a promover um impacto positivo na qualidade de vida dos idosos, respeitando as suas necessidades individuais e maximizando o seu potencial motor, cognitivo e socioemocional. Este plano conta com o envolvimento de uma equipa técnica diversificada e ações que incluem reabilitação psicomotora e estímulos sensoriais personalizados.

O município implementou serviços especializados de cuidados holísticos na comunidade, inserido no plano estratégico, criando redes de apoio comunitário com equipas multidisciplinares. Esta estrutura proporcionou um acompanhamento mais próximo e integrado, respondendo às necessidades específicas da população de uma forma equitativa.

A Unidade Móvel Saúde em Movimento presta cuidados multidisciplinares preventivos, de reabilitação e apoio social, atendendo idosos e pessoas em situação de isolamento social ou dependência. Adicionalmente, o Cartão Municipal Sénior, criado em 2017, garante benefícios em áreas como saúde, cultura, desporto e lazer, promovendo a equidade e o acesso a serviços essenciais.

O município instituiu o Dia Municipal Sénior em 2014, criando um espaço de celebração e integração.

No âmbito da segurança e combate ao isolamento, o programa de Teleassistência, iniciado com 34 dispositivos e atualmente com mais de 150 aparelhos ativos, assegura um contacto direto e imediato com profissionais especializados.

Além disso, o Município promove atividades desportivas inclusivas, como Boccia, e organiza eventos anuais, como o Passeios, Carnaval Municipal Sénior, comemoração do dia dos avós, programas temáticos culturais e musicais implementados anualmente que envolvem várias entidades parceiras e recursos dedicados ao combate ao isolamento social. Atividades culturais, como o Cantar de Janeiras, e projetos intergeracionais têm fomentado o convívio entre gerações, promovendo a autoestima dos idosos e a desmistificação de estereótipos ligados ao envelhecimento.

Na área cultural, o projeto “Cultur’Arte – Cultura Digital para Todos” oferece experiências de envelhecimento ativo combinadas com educação cultural, utilizando cinema, teatro, música e dança como ferramentas pedagógicas. Este projeto promove a inclusão social de grupos desfavorecidos, contribuindo para a valorização do sentimento de pertença e a integração comunitária.

Outro destaque é a implementação deste projeto inovador de literacia digital, que combate o isolamento social e promove o envelhecimento ativo. Todas as IPSS do concelho foram equipadas com computadores e programas interativos, beneficiando cerca de 500 utilizadores com atividades de estímulo físico e cognitivo, acesso a conteúdos multimédia e comunicação digital adaptada às limitações físicas e cognitivas dos idosos. No âmbito da literacia digital, o município organizou programas de formação específicos para idosos, utilizando uma abordagem acessível para ensinar o uso de tecnologias. Além disso, foram criados espaços digitais seguros, promovendo a inclusão digital e a segurança, facilitando a comunicação entre os idosos e suas redes de apoio, como familiares e cuidadores. A realização de iniciativas intergeracionais também foi um marco relevante, fortalecendo os laços sociais entre gerações e promovendo o diálogo entre diferentes faixas etárias.

Com estas iniciativas, o Município de Paços de Ferreira tem demonstrado um compromisso contínuo em construir um território inclusivo e sustentável, que valoriza os idosos como

participantes ativos na sociedade e promove respostas adaptadas às transformações demográficas atuais.

Este plano assegurou a igualdade de oportunidades, combatendo preconceitos relacionados com a idade, o género, a etnia e a outras condições sociais. Foram promovidas ações de sensibilização comunitária e formação para profissionais das redes de apoio, visando a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa abordagem reforçou o compromisso do município em criar um ambiente acolhedor, inclusivo, e seguro onde todos os idosos tem a oportunidade de participar plenamente na vida social e comunitária.

A realização de conferências internacionais, como a Conferência Internacional de Inovação Social e Proximidade Local, constitui uma ferramenta para o debate, a partilha de conhecimentos e a construção de redes colaborativas. Estas iniciativas reúnem especialistas, decisores políticos, académicos, profissionais do terreno e a sociedade civil, permitindo a troca de experiências e a apresentação de casos de sucesso.

Durante estas conferências, a discussão sobre os desafios do cuidar e as exigências do envelhecimento ativo destaca-se como uma oportunidade para promover uma compreensão mais aprofundada das necessidades dos idosos e para identificar práticas inovadoras e replicáveis. Além disso, é uma ocasião para sensibilizar os participantes sobre a importância de um paradigma de qualidade na prestação de serviços, onde o respeito pela dignidade, a personalização do cuidado e a promoção da autonomia -

A articulação entre centros de investigação e o poder local, associada à disseminação de boas práticas em eventos internacionais, gera impactos significativos no território. Por um lado, potencia a formação de profissionais e o desenvolvimento de competências locais, reforçando a capacidade de resposta às necessidades das comunidades. Por outro, promove a inovação social como ferramenta para criar soluções sustentáveis e inclusivas que beneficiem todas as gerações.

As parcerias estratégicas com centros de investigação, realização de conferências e stakeholders representam pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais equitativa, inclusiva e preparada para os desafios do envelhecimento. Estas iniciativas fortalecem o diálogo entre ciência e prática, contribuem para a qualificação dos serviços prestados e afirmam o

compromisso de criar um futuro onde todas as pessoas, independentemente da idade, possam viver com qualidade e dignidade.

O projeto radar social, consiste na criação de uma equipa para Projeto que pretende atualizar os documentos estratégicos concelhios, e posteriormente implementar um sistema de georreferenciação social assente no desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação.

O município estabeleceu indicadores claros de qualidade e impacto para monitorar o progresso das ações e promover a troca de boas práticas em redes nacionais e internacionais. Essas iniciativas posicionaram o município como uma referência na promoção do Envelhecimento Ativo, consolidando um modelo de excelência que valoriza o potencial da população idosa, promove sua inclusão e assegura uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

A saúde tem sido uma área de atenção estratégica, com iniciativas para assegurar o acesso universal e de qualidade aos cuidados de saúde, incluindo respostas específicas nas áreas de saúde mental e cuidados primários.

O início do ano 2024, ficou marcado como ponto de viragem com o arranque de uma nova fase da reforma organizativa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente pelo alargamento a todo o território nacional das Unidades Locais de Saúde e pela generalização das Unidades de Saúde Familiar.

Esta reforma profunda para o setor da saúde pretendeu responder às necessidades dos cidadãos com o objetivo de facilitar o percurso dos utentes pelo sistema de saúde reforçando os cuidados primários na resposta de proximidade, a otimização de recursos, assegurando continuidade na assistência garantindo que as necessidades específicas da comunidade fossem atendidas de forma eficiente. É crucial enfatizar que o sucesso das políticas de saúde depende da estreita colaboração entre o governo central e as autoridades locais de forma a garantir o acesso justo e inclusivo a cuidados de saúde de qualidade, em tempo útil, procurando manter padrões de excelência com elevados valores de equidade, responsabilidade e transparência próximo das reais necessidades da comunidade, É através desta união e deste esforço conjunto, assegurando

recursos humanos e financeiros adequados, que podemos implementar políticas abrangentes e eficazes com impacto positivo na qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

A nomeação do Conselheiro do Ano Municipal da Saúde, cidadão natural de Sanfins, médico cirurgião oncologista, Dr. José Manuel Fernandes servindo de interlocutor entre a população e as autoridades de saúde e tentar estimular a formulação e a implementação de estratégias de saúde que assegurassem eficazmente o acesso universal, inclusivo e equitativo aos serviços de saúde. A nomeação do conselheiro para a saúde permitiu sensibilizar a população para a importância da saúde preventiva.

A promoção da consciencialização da população para esta problemática assentou em campanhas de sensibilização com realização de eventos, palestras, workshops e ações de educação, cruciais para capacitar os cidadãos de maior literacia em saúde.

A feira da saúde, destacou-se como um evento que ofereceu uma ampla gama de atividades e serviços voltados para o bem-estar e a promoção de hábitos saudáveis, consolidando-se um marco extremamente importante e relevante nas iniciativas de saúde pública no concelho. Os participantes tiveram acesso a várias ações de sensibilização, rastreios e palestras educativas sobre os temas como nutrição, atividade física e mental e prevenção de várias doenças.

Foi constituído o conselho municipal da saúde, com uma comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências da descentralização das competências da saúde para o município.

Foram entregues quatro novas viaturas elétricas aos Centros de Saúde do concelho, mais especificamente à USF Terras de Ferreira, USF Citânia, USF Santa Luzia e Unidade de Cuidados na Comunidade. Estas viaturas foram adquiridas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) pela ARS Norte e entregues ao Município.

Perspetiva-se a construção de um novo Centro de Saúde, que contará com valências na área de imagiologia e radiologia. Além disso, o Município instalou desfibrilhadores em todos os recintos desportivos, promovendo a segurança em eventos comunitários

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa (ULSTS), possui um protocolo de colaboração de um projeto piloto, O Projeto em Linha (em linha com a comunidade do município de Paços de Ferreira, único, em toda a Comunidade Intermunicipal. O objetivo passa, entre outros, pela deteção precoce dos fatores de risco para problemas de saúde mental na infância e na adolescência, assim como diminuir o estigma em saúde mental. Esta articulação de proximidade envolve parcerias com o Município de Paços de Ferreira que disponibiliza recursos humanos, nomeadamente uma psicóloga clínica, assim como colaboração e disponibilização em atividades e projetos de prevenção e promoção da saúde mental infantojuvenil.

Na promoção de hábitos de vida saudável e a sensibilização de comportamentos responsáveis pela saúde o MED ON TOUR -XX Edição do Med On Tour - ICBAS Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Tem como objetivo a sensibilização de comportamentos responsáveis pela saúde, junto da nossa comunidade, teve como objetivo a realização de rastreios gratuitos, entre os quais, rastreios à Hipertensão Arterial, Obesidade, Diabetes, entre outros.

Implementação de programa "Ansiedade, para que te quero?" pretende ser um programa de intervenção de cariz remediativo num grupo de adultos diagnosticados com patologias ansiosas.

A Unidade de Cuidados na Comunidade, em conjunto com as Unidades de Saúde Familiar do Concelho de Paços de Ferreira (USF Freamunde, USF Santa Luzia, USF Citânia e USF Terras de Ferreira), com a parceria do Município de Paços de Ferreira, dinamizaram dois momentos de trabalho, estudo e debate no salão nobre da Câmara Municipal de Paços de Ferreira. O 1º Encontro de Promoção de Aleitamento Materno, para profissionais de saúde, que teve como objetivo identificar dificuldades e discutir estratégias que permitam a melhoria dos cuidados prestados nesta área, com o intuito de promover a amamentação. Decorreu, como já tem sido tradição, um evento de promoção do aleitamento materno para Casais.

Dinamização da campanha de prevenção nas cidades de Paços de Ferreira e de Freamunde, com vista a assinalar o Dia Mundial da Luta Contra as Hepatites Virais, Inserida no âmbito do Ano Municipal da Saúde, esta ação visou esclarecer, prevenir e empoderar a população para os riscos relacionados às hepatites A, B, C e E.

Programa Cuida-te+, promovido pelo IPDJ, que visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudável, através da candidatura ao Programa Cuida-te+, promovido pelo IPDJ, que visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudável, promoveu, uma sessão de Educação para a Saúde através da música. A Associação Sol sem Fronteiras dinamizou a sessão "Entre Sons de Bem Estar". A mesma realizou-se no Centro Escolar de Arreigada, que acolheu um grupo de jovens participantes do Projeto Percursos Detalhado E9G. O grupo teve a oportunidade de abordar temas relacionados com o bem-estar e a saúde mental, tal como as boas práticas de como o atingir e manter. Exploraram também instrumentos musicais e a criação artística em conjunto.

O Município de Paços de Ferreira realizou as I Jornadas ABC da Saúde Mental, no âmbito das celebrações do Dia Mundial da Saúde Mental. Estas Jornadas integraram as atividades do Ano Municipal da Saúde, com o propósito de promover uma discussão profunda sobre temas essenciais da saúde mental, com enfoque especial nos desafios enfrentados por crianças e adolescentes. Com a presença de especialistas nas áreas de psiquiatria, psicologia e saúde mental, as Jornadas proporcionarão um espaço único de partilha de conhecimento, com o objetivo de reforçar a importância da promoção e prevenção da saúde mental.

As medidas adotadas pelo Município de Paços de Ferreira para combater as problemáticas de precariedade económica e vulnerabilidade social têm apoiado famílias e promovido a coesão comunitária. O papel da Rede Social do concelho revela-se essencial neste esforço, ao articular entidades locais nas áreas da educação, saúde, ação social e poder local, permitindo diagnósticos partilhados e a definição de planos de atividades que abordam as necessidades identificadas, especialmente no âmbito da infância e juventude.

O Município de Paços de Ferreira tem desenvolvido diversas iniciativas estratégicas para promover a saúde, o bem-estar e a inclusão social, com enfoque na prevenção, reabilitação e apoio a populações vulneráveis. Um dos projetos de destaque é a Unidade Móvel – Saúde em Movimento, criada para prestar cuidados multidisciplinares de natureza preventiva, de promoção, tratamento, reabilitação e apoio social. Esta unidade atende pessoas em situação de isolamento social e/ou geográfico, idosos, pessoas com elevado grau de dependência e indivíduos com patologias mentais. Entre as principais intervenções, incluem-se a reorganização

da terapêutica medicamentosa, o apoio psicopedagógico aos munícipes e seus cuidadores, e a articulação com entidades da rede para promover o bem-estar. As atividades abrangem formação teórica e prática, educação para a saúde com foco em alimentação, higiene, medicação e prevenção de acidentes domésticos, bem como adaptações no domicílio e medidas preventivas para melhorar a qualidade de vida.

No âmbito da saúde oral, o Município implementou programas inovadores em parceria com instituições locais e nacionais. O Paços com Sorriso +, em colaboração com a CESPU, encaminha crianças, jovens, adultos e seniores de famílias carenciadas para tratamentos dentários a custo reduzido e com transporte gratuito.

O projeto, Paços com Sorriso Júnior, oferece tratamentos dentários gratuitos a crianças do 1.º ciclo.

O Projeto C.A.S.O., em parceria com a Associação Mundo a Sorrir, visa a reabilitação oral de munícipes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, incluindo a disponibilização de próteses dentárias e kits de higiene. Adicionalmente, o projeto Escovagem a Seco, em colaboração com a Unidade de Cuidados à Comunidade, promove a escovagem dentária nas escolas.

Desde 2017, o Gabinete de Psico-Oncologia, em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, presta apoio psicológico a doentes oncológicos e seus familiares.

O projeto Saúde em Linha para melhorar o acesso a serviços de apoio social, promovendo informações sobre apoios municipais, sinalização de necessidades sociais e médicas e facilitação de processos administrativos. Complementando estas ações, o Banco Local de Ajudas Técnicas disponibiliza equipamentos em regime de empréstimo temporário a pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades específicas, garantindo apoio a indivíduos e cuidadores em situações de dependência

O Município está a preparar a implementação de um protocolo de prescrição social, e outros projetos inovadores na área da literacia mental, digitalização dos serviços, reforço dos cuidados domiciliários e alargamento da rede de cuidados, promovendo uma integração mais eficiente entre os serviços de saúde e de apoio social. Estas iniciativas consolidam o compromisso de

Paços de Ferreira com a saúde, o bem-estar e a inclusão social, garantindo respostas eficazes e inovadoras aos desafios enfrentados pelas populações mais vulneráveis, mesmo em tempos de pandemia, o município implementou uma série de medidas coordenadas no âmbito do Plano de Contingência Municipal para a COVID-19, com o objetivo de mitigar os impactos sociais, económicos e de saúde pública da crise. Foi elaborado o Plano Municipal da Divisão de Ação Social – Intervenção COVID-19, que estruturou as principais iniciativas. Entre as medidas destacam-se os apoios sociais e económicos aos munícipes, destinados a auxiliar famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, bem como a criação de um armazém para aquisição de bens e acondicionamento de donativos, permitindo uma logística eficiente para a receção e distribuição de ajuda material. Além disso, foi disponibilizado apoio psicológico para atender a população afetada pela pandemia, oferecendo acompanhamento em situações de isolamento, ansiedade e luto. Campanhas de informação e formação foram realizadas para sensibilizar e capacitar a comunidade sobre medidas de prevenção e boas práticas. Para facilitar o acesso às informações, foi criada uma lista de perguntas frequentes (FAQ), e a Linha de Solidariedade Municipal foi implementada para oferecer suporte direto e imediato aos munícipes.

No âmbito social, foi organizada a Brigada de Intervenção Comunitária, uma equipa para atuar em emergências sociais e prestar auxílio a famílias em isolamento ou risco. Adicionalmente, foi disponibilizado apoio ao domicílio em situações emergentes, garantindo assistência direta a pessoas em quarentena, idosos ou doentes crónicos. O município também implementou medidas específicas para apoiar cuidadores informais, proporcionando suporte especializado para lidar com os desafios adicionais impostos pela pandemia. A nível de saúde e gestão de casos, foi formada a Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento de Paços de Ferreira (E.M.A.), composta por profissionais de diferentes áreas para monitorizar e apoiar casos específicos no município. Foi criada ainda a Estrutura de Apoio de Retaguarda de Paços de Ferreira, um hospital de campanha destinado a ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde local e oferecer suporte a pacientes em recuperação. Por fim, foi implementado o programa “Vacinação SNS Local”, em colaboração com o Serviço Nacional de Saúde, para garantir o acesso eficiente e local às vacinas contra a COVID-19.

Estas ações refletem o compromisso do município em proteger e apoiar a sua população durante a crise, através de uma resposta ágil, integrada e abrangente, ajustada às necessidades emergentes da pandemia.

Na área da Infância, destaca-se como referência nacional e europeia na área da educação, o Município alcançou reconhecimentos como o Prémio de Excelência e Inovação na Educação e o primeiro lugar na categoria de Empreendedorismo e Literacia Financeira, com o projeto "Capital do Móvel Tech Challenge", que desenvolve competências cruciais para o futuro. Adicionalmente, com o projeto "Vamos Aprender a Nadar", Paços de Ferreira obteve o segundo lugar no programa "Erasmus+ Sport Be Active Awards 2024". Este programa, gratuito e destinado a crianças do terceiro e quarto anos do concelho, foi finalista europeu, reforçando o prestígio da autarquia em boas práticas educativas e inovação.

As medidas implementadas incluem a oferta de manuais escolares, a introdução pioneira de refeições gratuitas até ao 12.º ano e uma rede de transporte escolar gratuito em todas as freguesias, assegurando igualdade no acesso à educação. Complementando estas ações, programas como o "Vamos Aprender a Nadar" promovem hábitos saudáveis e competências essenciais. Desde 2018, o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar instalou "Salas do Futuro" em escolas do concelho, reforçando as competências científicas e tecnológicas dos alunos.

Na área da proteção à infância e juventude, desde 2017, funciona o Gabinete de Apoio à Vítima da APAV, em parceria com a Câmara Municipal, atendendo crianças e jovens vulneráveis. Este apoio é integrado por uma atuação em rede que valoriza as especificidades de cada caso, diagnosticando as necessidades e recursos adequados. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) trabalha com um enfoque técnico e colaborativo, envolvendo diversas entidades na identificação e resolução de situações de risco.

Ao longo do ano, o Município desenvolve projetos e ações que promovem os direitos das crianças, reforçando valores familiares e competências pessoais. Destacam-se programas de férias como o Verão Azul, que proporciona atividades iniciativa organizada e promovida pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, proporcionou a cerca de jovens do concelho uma experiência inesquecível. Destinado a jovens entre os 10 e 17 anos, o programa teve como

destaque uma estadia de três dias e duas noites no de lazer e culturais, promovendo o bem-estar das crianças e jovens, e criando oportunidades para o fortalecimento da parentalidade e da inclusão social. Desenvolvimento de atividades em todas as freguesias durante o período de verão.

Este esforço contínuo reflete o compromisso do Município em garantir o desenvolvimento integral das suas crianças e jovens, consolidando Paços de Ferreira como um exemplo de inovação e cuidado comunitário.

Na área da Juventude, desde 2022, Paços de Ferreira figura entre os 10 melhores municípios do país em políticas de juventude, tendo recebido o Selo de Município Amigo da Juventude na categoria de 5 estrelas. Este prémio, obtido no II Encontro Nacional de Municípios Amigos da Juventude, reflete o sucesso das medidas desenvolvidas e a visão inovadora da autarquia em relação à juventude.

Destaca -se no âmbito da habitação e urbanismo, a isenção de taxas e licenças para a renovação ou aquisição da primeira habitação para jovens até aos 35 anos, mantendo, há mais de uma década, a taxa mínima de impostos sobre imóveis. Estas medidas promovem a atratividade do concelho para jovens e novas famílias.

Paralelamente, o Município tem desenvolvido uma estratégia abrangente de suporte à juventude e à população ativa, com investimentos em programas educacionais, de formação profissional e iniciativas de orientação vocacional, preparando os jovens para o mercado de trabalho. No desporto e lazer, foram requalificados parques desportivos em todas as freguesias e criados vários parques de lazer, proporcionando espaços de qualidade para a prática desportiva e o convívio comunitário. A inscrição de atletas federados é assegurada, e as crianças e jovens beneficiam de férias gratuitas, incentivando a ocupação saudável dos tempos livres. Adicionalmente, a programação cultural diversificada e gratuita garante o acesso universal à cultura.

Na integração e fixação de emigrantes, o concelho acolhe crianças de 25 nacionalidades diferentes. Com o Projeto Educativo Municipal, construído de forma participativa, o Município trabalha em três eixos estratégicos: cidadania, conhecimento e emprego, e empreendedorismo.

Este projeto reflete o compromisso de apoiar a juventude, promover o bem-estar da população e preparar os cidadãos para os desafios futuros, consolidando Paços de Ferreira como um território inclusivo e dinâmico.

O Município de Paços de Ferreira tem implementado uma série de iniciativas estratégicas para promover a participação ativa, a capacitação e o bem-estar dos jovens, consolidando-se como um exemplo em políticas de juventude.

Em 2019, o principal objetivo foi criar oportunidades para que os jovens pudessem participar ativamente, expor as suas ideias e contribuir com as suas potencialidades para o desenvolvimento do concelho, através de iniciativas como o Conselho Municipal da Juventude. Este órgão consultivo representa os jovens de Paços de Ferreira, funcionando como um espaço de diálogo, aprendizagem mútua e participação democrática. No Conselho, são debatidas diversas temáticas que dizem respeito à juventude, promovendo a cidadania ativa e a construção de políticas ajustadas às necessidades e desafios da população jovem.

Decorre todos os anos as Assembleias municipais jovem com o objetivo, dar voz aos mesmos, levando-os a participar ativamente, nas decisões das políticas públicas.

A Semana da Juventude, realizada anualmente, é uma das principais iniciativas do Município, com o objetivo de incentivar a participação dos jovens em atividades lúdicas, didáticas e formativas. Este evento promove o envolvimento dos jovens em questões como associativismo, empreendedorismo social, voluntariado, educação para a saúde, educação ambiental e cidadania.

No âmbito do apoio à formação, o Município atribui Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior, de acordo com o Regulamento Municipal, facilitando o acesso à educação superior para estudantes que ingressem ou frequentem instituições de ensino superior. Esta medida demonstra o compromisso com a igualdade de oportunidades e a valorização do capital humano.

Entre as atividades recreativas e desportivas, destacam-se as Férias a Mexer – Verão Azul, um programa de sucesso que promove atividades lúdico-recreativas e pedagógicas, como contacto com a natureza e desportos aquáticos, proporcionando momentos de socialização e capacitação

para adaptação a novos contextos sociais e culturais. Esta iniciativa reforça a aposta do Município na ocupação saudável dos tempos livres dos jovens.

Outro destaque é o Cartão Municipal Jovem (C.M.J.), lançado em 2018 e atribuído gratuitamente a jovens entre os 12 e os 35 anos. Este cartão facilita o acesso a bens e serviços a preços reduzidos em áreas como saúde, desporto, lazer e comércio local, promovendo a inclusão social e o acesso equitativo a oportunidades. O Município está atualmente a negociar um acordo com a MoviJovem para ampliar os benefícios do cartão, fortalecendo ainda mais esta medida.

No campo da cidadania ativa, o Banco Local de Voluntariado promove o encontro entre jovens e organizações que procuram voluntários, incentivando o envolvimento em iniciativas solidárias e organizadas. Desde 2019, o Município tem participado em programas do IPDJ, como os Programas de Ocupação de Tempos Livres (OTL), proporcionando aos jovens oportunidades de educação não formal, aquisição de novas competências e experiências sociais enriquecedoras.

Em 2023, foi criado o Programa de Voluntariado Jovem, que organiza sessões de trabalho e promove a co-criação de projetos para o concelho, envolvendo dezenas de jovens em ações direcionadas para diversas áreas. Este programa reflete o compromisso do Município em capacitar a juventude para a prática do voluntariado e para o desenvolvimento de soluções que beneficiem a comunidade.

O Município de Paços de Ferreira continua a investir na juventude como um pilar essencial para o desenvolvimento do concelho, promovendo iniciativas que valorizam a participação ativa, a educação, o voluntariado e o bem-estar social, consolidando-se como uma referência nacional em políticas juvenis. Valorização do voluntariado juvenil para as causas ambientais e de proteção animal, assim como a possibilidade de participação de voluntariado como monitores de crianças e jovens, nos programas de férias. Este compromisso do Município reflete a preocupação em envolver os jovens em ações que desenvolvem competências, profissionais, sociais e cívicas com foco na consciência coletiva, essencial para um futuro sustentável e inclusivo e boas práticas de cidadania.

Desde 2009, o Município tem liderado projetos cofinanciados, como o CLDS 4G Guerreiros, Percursos Detalhados, integrados no Programa Escolhas. Estes projetos visam a inclusão social

de crianças e jovens vulneráveis, incluindo descendentes de migrantes e crianças ciganas. As atividades abrangem áreas como educação, formação, qualificação profissional, emprego, empreendedorismo e participação cívica. Exemplos incluem o Atelier de Apoio ao Estudo, o Espaço TIC, ações de voluntariado e atividades culturais e desportivas que fortalecem o desenvolvimento comunitário.

Em 2019, lançou o projeto HABILIT'ARTE, projeto inovador que visou capacitar a comunidade, reforçando competências pessoais, sociais e culturais dos residentes, enquanto promove o sentimento de pertença.

Complementando estas iniciativas, o Conselho Municipal da Juventude e o Orçamento Participativo incentivam a participação jovem na vida comunitária.

Projetos como o SPARKLE, aprovado pela Portugal Inovação onde o município é investidor social, este projeto tem como foco a literacia emergente em crianças do pré-escolar e 1.º ciclo.

O Erasmus+ é um programa da União Europeia que apoia a educação, formação, juventude e desporto, promovendo inclusão social, transições ecológica e digital, e a participação ativa dos jovens na vida democrática. O programa oferece oportunidades de mobilidade e cooperação em vários níveis de ensino e áreas, contribuindo para o crescimento sustentável, criação de empregos de qualidade e coesão social, reforçando a identidade europeia e a cidadania ativa.

Por fim, a valorização do voluntariado juvenil em causas ambientais e de proteção animal reflete o compromisso do Município em envolver os jovens em ações que desenvolvem competências cívicas e promovem uma consciência coletiva, essencial para um futuro sustentável e inclusivo.

Incapacidade e ou deficiência, neste âmbito das políticas de reabilitação e inclusão social dirigidas a pessoas com deficiência, o Município de Paços de Ferreira tem priorizado o reforço das respostas sociais destacando-se a construção de 3 Residências de Autonomização e Inclusão (RAI). Esta resposta social, tem capacidade para acolher 15 utentes, surge da necessidade de superar a ausência de respostas residenciais no concelho. A taxa de cobertura da cooperação (TCC) para respostas sociais residenciais no concelho é atualmente de 0%, o que inviabiliza a inclusão de jovens com deficiência, maiores de 18 anos, em processos de autonomização

socioprofissional. A RAI representa uma resposta estratégica para preencher esta lacuna e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência no território.

No Dia Municipal Para a Igualdade, o Município de Paços de Ferreira foi galardoado com o prémio Viver em Igualdade atribuído pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que reconhece, deste modo, as boas práticas implementadas por esta Autarquia na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, a nível interno e no âmbito do território.

O Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação, orienta as estratégias locais para a redução de desigualdades tem com o objetivo de promover a valorização pessoal, a inclusão social e a plena cidadania deste público-alvo. Estas ações inserem-se num diagnóstico a que se sucedeu um Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação, que orienta as estratégias locais para a redução de desigualdades.

A criação da Equipa de Vida Local e a nomeação de conselheiros para a igualdade refletem o compromisso do Município em assegurar uma abordagem integrada e inclusiva. Este esforço foi reconhecido em 2021, quando o Município recebeu o prémio de Entidade Empregadora Inclusiva, destacando-se pela adoção de contratos de trabalho para pessoas com deficiência.

Reconhecendo que o emprego é uma das fragilidades mais significativas enfrentadas por esta população, foi desenvolvida uma estratégia de emprego inclusivo, que incluiu a sensibilização e capacitação de entidades empregadoras, promovendo a integração socioprofissional de pessoas com deficiência.

Estas iniciativas integram-se numa visão holística que procura garantir a inclusão e a proteção social, promovendo a igualdade de oportunidades e uma cidadania ativa para todos.

O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) de Paços de Ferreira é uma ferramenta essencial para o planeamento de políticas públicas locais, focada na transformação das assimetrias de género identificadas no território. Este plano, em vigor entre 2022 e 2025, estabelece objetivos, indicadores, metas e estratégias específicas, integrando o conceito de mainstreaming de género em todas as políticas municipais. Desde 2017, com o Ano Municipal para a Igualdade, o Município tem priorizado a equidade de oportunidades, promovendo o

acesso à educação, emprego, habitação, saúde, desporto, lazer e integração comunitária, independentemente de género, orientação sexual, etnia ou estrato socioeconómico.

A elaboração do plano envolveu uma estreita colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e parceiros locais, como IPSS, órgãos sociais e agrupamentos de escolas, culminando em 2021 com a realização de um diagnóstico municipal. Este diagnóstico identificou lacunas e orientou a criação de estratégias para promover a igualdade e combater a discriminação. Como reconhecimento do impacto destas políticas, o Município foi distinguido, em 2021, com a Marca Entidade Empregadora Inclusiva, destacando-se pelas boas práticas na integração de trabalhadores com deficiência.

O PMIND é implementado em conformidade com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, focando-se na integração da perspetiva de género em todas as políticas locais. A Câmara Municipal assume um compromisso de cooperação e transparência, articulando esforços com entidades públicas e privadas para criar um território mais inclusivo e igualitário. O plano é guiado por princípios como a promoção de uma cidadania inclusiva, o respeito pela igualdade e a definição de objetivos comuns para construir uma sociedade com uma cultura igualitária.

No combate à violência doméstica e de género, o Município tem desenvolvido programas de capacitação, formação e sensibilização, com destaque para o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), criado em 2017 em parceria com a APAV. Este gabinete oferece apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de crime, prevenindo formas de violência interpessoal. Outras iniciativas incluem a prevenção de fraudes financeiras junto de idosos vulneráveis e a promoção da segurança residencial. Paralelamente, o programa “Hora de Ser” visa prevenir a violência doméstica e de género em crianças dos 6 aos 10 anos, promovendo competências interpessoais e sociais desde cedo. Este programa utiliza uma abordagem ecológica, que considera as influências do contexto familiar, escolar e comunitário, e trabalha valores como cooperação, respeito, diversidade e empatia.

O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Paços de Ferreira reflete o compromisso da autarquia em eliminar desigualdades, criar oportunidades equitativas e

promover uma transformação cultural, social e económica. Com ações integradas e sustentadas, o Município continua a construir um território mais justo, inclusivo e orientado para o futuro.

Destaca -se a realização de candidaturas ao Programa Acessibilidade 360º- Intervenções em Habitações (PIH), no âmbito do PRR. O PIH visa a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição da sua habitação, nomeadamente mediante aplicação das normas técnicas de acessibilidades, tem como objetivo apoiar as intervenções, especificamente relacionadas com a condição de deficiência em concreto.

No âmbito das candidatura PRR, foi realizada uma candidatura à resposta social, CACI, para 60 pessoas, não tendo sido elegível, no entanto existe, o projeto com aceitação e validação da segurança social, para a resposta social.

Na área do apoio aos Cuidadores, foi criado o gabinete “Paços para Cuidar”, iniciativa destinada a reforçar o apoio aos cuidadores. Este gabinete surge da necessidade de enfrentar os desafios que os cuidadores frequentemente enfrentam, muitos deles familiares que, sem preparação adequada, assumem o papel de cuidar de pessoas dependentes. Predominantemente mulheres, os cuidadores informais lidam com a sobrecarga emocional e física, a falta de informação sobre doenças, dúvidas na prestação de cuidados, e limitações em recursos económicos e apoio social, funciona uma vez por semana em todas as freguesias, promovendo uma política de proximidade.

As principais áreas de intervenção incluem apoio socioemocional e psicológico, formação e informação sobre cuidados, orientação para prestações sociais, apoio técnico especializado e iniciativas para reduzir a sobrecarga dos cuidadores e promover o autocuidado. Além disso, o Gabinete tem como público-alvo a população em geral residente no concelho, oferecendo informações sobre os direitos das pessoas em situação de dependência e valorizando o trabalho dos cuidadores.

Para melhorar as condições de vida dos cuidadores, o Município definiu estratégias integradas, como garantir a proximidade dos serviços sociais e desenvolver soluções personalizadas baseadas nas necessidades locais. Foi também proposta a criação de uma Bolsa de Cuidadores

Informais, a promoção de campanhas de sensibilização em cooperação com a Rede Social, e a implementação de programas de requalificação profissional e reinserção social, incluindo apoio psicológico e social contínuo. Estas iniciativas contribuem significativamente para a redução da sobrecarga dos cuidadores, fortalecendo a rede de suporte e garantindo uma maior inclusão social.

No âmbito do programa dirigido aos cuidadores informais que tem por objetivo promover, com regularidade, um conjunto de iniciativas que permitam, a quem está dedicado 24 horas por dia a cuidar de outros, poder usufruir de momentos de convívio e de lazer, contribuindo assim para uma melhoria do seu bem-estar.

O plano de atividades prevê, atividades socio culturais, tais como: desfrutar de um momento de relaxamento Termal, um Cruzeiro "das Pontes no rio Douro, uma visita ao museu Wine Experience com almoço convívio em Gaia e assistir a um Jogo da seleção Nacional. Estas iniciativas.

No âmbito das políticas da Ação Social foi implementado o Balcão Social Único em 2014 pelo Município de Paços de Ferreira como resposta às necessidades crescentes dos munícipes, configurando-se como um serviço estruturado para apoiar as famílias do concelho. Este serviço tem como objetivo promover a equidade e a cidadania, adotando uma política de proximidade no atendimento personalizado. Trabalhando em rede com entidades municipais e intermunicipais, o Balcão Social Único contribui para a promoção do bem-estar da população, assegurando a concretização dos direitos dos cidadãos e a melhoria das condições de proteção social.

O serviço atua em parceria com diversas entidades para maximizar os recursos disponíveis e reforçar as estratégias de intervenção social. As principais áreas de atuação incluem o apoio na orientação e acompanhamento de famílias em situações de risco, promovendo o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, e a mediação entre os indivíduos e a comunidade, fornecendo informações, orientações e encaminhamentos que ajudem a encontrar soluções adequadas às suas necessidades. Desde o início da sua operação, o Balcão foi concebido como uma ferramenta acessível e inclusiva, capaz de responder de forma eficiente às dificuldades enfrentadas pelos munícipes. Em cada atendimento, a equipa avalia as reais

dificuldades e necessidades dos cidadãos, identificando o tipo de apoio necessário, a qualidade do serviço prestado e os recursos que podem ser mobilizados para promover a sua autonomia e inclusão social e profissional.

A Loja Social, associada ao Balcão Social Único, desempenha um papel complementar, ajustando as respostas sociais às necessidades imediatas das pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. A Loja Social promove o envolvimento da comunidade local na recolha de bens, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental, ao reutilizar roupas e outros artigos, evitando a necessidade de novas aquisições.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira tem assumido um papel cada vez mais ativo na gestão e execução de serviços sociais, promovendo uma mudança de paradigma social através da descentralização de competências. Este processo é suportado por um plano estratégico que visa monitorizar a qualidade das respostas sociais e garantir a proximidade dos serviços à população. Desde outubro de 2022, o Município implementou a descentralização de competências, criando 17 postos de atendimento descentralizados nas freguesias, com o objetivo de melhorar a acessibilidade dos cidadãos aos serviços, agilizar processos de avaliação e intervenção, e identificar de forma mais eficiente os problemas e necessidades locais.

Um diagnóstico das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) encontra-se em elaboração para orientar o desenvolvimento de um plano estratégico que combata as desigualdades sociais, económicas e profissionais. Este plano estratégico foca-se na implementação de medidas que assegurem a acessibilidade aos serviços sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, como os sem-abrigo, garantindo a proximidade dos pontos de atendimento. Além disso, inclui o desenvolvimento de serviços de apoio personalizados às necessidades individuais, mecanismos de identificação precoce de problemas sociais, económicos e educacionais, e intervenções preventivas.

A transferência de competências para a Câmara Municipal apresenta vantagens significativas para os cidadãos, dado o conhecimento aprofundado que a autarquia possui sobre o território, os beneficiários e os recursos disponíveis. Este conhecimento permite à autarquia prestar um atendimento mais próximo e eficiente. A expansão do atendimento social a todas as freguesias

do concelho reforça a capacidade de identificação imediata de problemas, necessidades e a desmaterialização de processos, garantindo uma resposta célere e eficaz.

Para operacionalizar a descentralização de competências, está em desenvolvimento uma Estratégia Municipal para a Ação Social, que funcionará como instrumento de trabalho para definir a visão, os princípios e os objetivos estratégicos e operacionais do Município. Esta estratégia será construída em articulação com a Rede Social, com a principal finalidade de atenuar e corrigir situações de pobreza e exclusão social, promovendo o desenvolvimento social.

Destaca-se ainda além dos apoios sociais, como eletricidade, bens de primeira necessidade, óculos, cuidados de saúde oral, frequência em piscinas municipais, são disponibilizadas tarifas especiais para promover a inclusão social e apoiar as famílias, especialmente as mais vulneráveis. Incluem-se a Tarifa Familiar de Água, Saneamento Básico e Resíduos Sólidos Urbanos, que ajustam os custos às necessidades das famílias, e a Tarifa Social para os mesmos serviços, destinada a famílias em situação de vulnerabilidade económica, garantindo preços reduzidos e maior equidade no acesso a serviços essenciais. Essas medidas reforçam o compromisso com a justiça social e a melhoria da qualidade de vida.

Habitação tem sido uma prioridade estratégica para a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, refletindo uma preocupação contínua com os munícipes, em especial os residentes nos complexos de habitação social do concelho. Em fevereiro de 2019, o Município viu aprovada a candidatura ao programa 1.º Direito - Estratégia Local de Habitação (ELH), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, com o objetivo de responder às necessidades de pessoas ou agregados familiares que vivam em condições indignas e enfrentem carências financeiras significativas. Este projeto também visa programar a intervenção municipal no domínio da habitação e enquadrar candidaturas a programas de financiamento para implementar soluções habitacionais eficazes.

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) aprovou a Estratégia Local de Habitação do Município, representando o maior investimento de sempre na área da habitação em Paços de Ferreira. Este plano prevê, ao longo dos próximos anos, a implementação de soluções que assegurem o direito fundamental à habitação condigna, abrangendo também segmentos da classe média que, tradicionalmente, não são beneficiários de políticas públicas

habitacionais. A estratégia inclui ainda a resolução do problema habitacional das classes de minorias étnicas como também está previsto a medida de construção por parte do IRU a oportunidade de arrendamento acessível para os jovens, reforçando o compromisso do Município com a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

Desde a aprovação inicial, em 2019, e da atualização da estratégia em janeiro de 2022, o Município tem trabalhado na identificação e quantificação das necessidades habitacionais no território. A abordagem adotada procura garantir uma política de habitação universalista, com medidas robustas que promovem um habitat adequado para todos, compreendendo a habitação no seu sentido amplo de integração comunitária. Esta visão rompe com lógicas assistencialistas, propondo soluções inclusivas e sustentáveis que beneficiem toda a população.

O diagnóstico social realizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação identificou problemas sociais e lacunas nos recursos existentes. Este diagnóstico serviu de base para a construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), um instrumento de planeamento estratégico que define, de forma conjunta e negociada, metas e objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local.

Além disso, o Município tem dinamizado atividades no âmbito de programas como o Habilitar e o Projeto Escolhas, visando a inclusão social e o reforço das competências pessoais, sociais e profissionais das populações beneficiárias. Estas iniciativas complementam a implementação da Estratégia Local de Habitação, garantindo uma abordagem integrada que vai além da construção ou requalificação de infraestruturas habitacionais, promovendo também a coesão social e a sustentabilidade.

O projeto Habilit'Arte tem sido uma referência na criação de um suporte institucional que evita os problemas comuns em muitos projetos sociais, onde, após o fim do cofinanciamento, cada entidade envolvida retorna ao seu trabalho isolado, restringindo o impacto coletivo. Este consórcio, inspirado no significado etimológico de "Consors" (parceiro), representa a união de esforços e recursos de várias entidades, com um objetivo comum de transformação social. Durante os 24 meses de experiência, o projeto não só desenvolveu as atividades planeadas, mas também consolidou uma filosofia de intervenção sustentável. O foco foi promover a autonomia

das comunidades envolvidas, garantindo a sustentabilidade financeira e técnica do projeto através de fontes de financiamento futuras.

A Casa de Transição é um projeto piloto voltado para o acompanhamento próximo de pessoas em situação de sem-abrigo, considerando os desafios associados aos seus contextos sociais, familiares e profissionais. Estes percursos frequentemente envolvem consumos de álcool e drogas, bem como processos de rutura familiar e conjugal. Mais do que oferecer um abrigo, a Casa de Transição promove a reintegração social com suporte interdisciplinar e personalizado.

Os utentes são acompanhados em várias dimensões: procura ativa de emprego, formação em parceria com projetos onde se prevê, acompanhamento clínico, apoio psicológico, aquisição de medicação e desenvolvimento de competências sociais, incluindo regras de convivência e partilha de espaços comuns. Este suporte é complementado por um trabalho de proximidade com as famílias. Pequenos sucessos e progressos são valorizados, uma vez que representam mudanças significativas no percurso dos indivíduos, mesmo que a saída definitiva da condição de sem-abrigo seja um processo longo.

A reinserção social na Casa de Transição começa desde o primeiro atendimento, que se assume como um processo contínuo e interdisciplinar, adaptado às necessidades de cada indivíduo. O foco está no desenvolvimento de capacidades, melhoria de aptidões sociais e promoção de acesso ao emprego e à habitação. Este trabalho visa garantir que os indivíduos, muitas vezes com baixa escolaridade, deixem de estar socialmente excluídos.

Cada utente tem um Plano Individual de Inserção, desenvolvido em conjunto com o gestor de caso. Este plano define ações adaptadas às potencialidades e necessidades diagnosticadas e é ajustado ao longo do acompanhamento. O gestor de caso atua como mediador, facilitando a articulação com diferentes entidades e recursos necessários para o percurso de reintegração.

A Rede Social continuará a desempenhar um papel essencial como pilar de concertação social, promovendo oportunidades de capacitação socioeconómica e articulando parcerias nos domínios da segurança social, educação, saúde, emprego, habitação e formação profissional. A igualdade entre os parceiros, a consensualização dos objetivos e a concertação das ações desenvolvidas são princípios fundamentais desta rede.

Desta forma, o Município de Paços de Ferreira, retrata uma década demonstrativa do seu compromisso com as PESSOAS no combate às desigualdades sociais e económicas, através da implementação de um plano estratégico e plano desenvolvimento social fundamentado em diagnósticos, garantindo que as respostas sociais sejam acessíveis, eficientes e de qualidade de uma forma equitativa, promovendo uma cidadania ativa.

Este retrato reflete uma gestão integrada e estratégica, posicionando Paços de Ferreira como um exemplo de sustentabilidade, inclusão, inovação e bem-estar comunitário, alinhado com os desafios do presente e as aspirações do futuro.

15 dezembro de 2024

Mónica Cardoso

Diretora de Departamento de Saúde, intervenção e inovação social,

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
CAPÍTULO I	39
RETRATO TERRITORIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	39
1.1. TERRITÓRIO	40
1.2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS	44
1.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE	44
1.2.2. ESTRUTURAS ETÁRIAS	46
1.2.3. ESTRUTURA FAMILIAR	49
1.2.4. RENOVAÇÃO POPULACIONAL: CRESCIMENTO NATURAL, NATALIDADE E MORTALIDADE.....	50
1.2.5. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, LONGEVIDADE E DEPENDÊNCIA.....	53
1.3. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	55
1.3.1. MERCADO DE TRABALHO.....	56
1.3.2. DESEMPREGO E NÍVEIS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	58
1.3.3. REMUNERAÇÃO E RENDIMENTO	60
1.4. JUSTIÇA E SEGURANÇA	61
1.5. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	64
CAPÍTULO II	67
SAÚDE	67
2.1. INDICADORES DE SAÚDE DE PAÇOS DE FERREIRA.....	68
2.2. INDICADORES DE SAÚDE PARA O ACES.....	69
2.3. SAÚDE ORAL	72
2.4. AUTISMO.....	72
2.5. SAÚDE MENTAL	73
2.6. CONSUMOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS.....	74
2.7. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	82
CAPÍTULO III.....	85
EDUCAÇÃO	85
3.1. PERFIL DAS DINÂMICAS ESCOLARES	86

3.2. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	92
CAPÍTULO IV	93
INCLUSÃO SOCIAL	93
4.1 PESSOAS SÉNIORES	94
4.1.1 RESPOSTAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO SÉNIOR	95
4.2 PESSOAS COM INCAPACIDADE E/OU DEFICIÊNCIA	100
4.1.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU DIFICULDADE	101
4.1.3 RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	104
4.3. CUIDADORES INFORMAIS	106
4.4. IGUALDADE DE GÉNERO	110
4.5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO	112
4.6. CRIANÇAS E JOVENS	120
4.7.1 RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS	121
4.7.2 CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	124
4.7. EMERGÊNCIA SOCIAL	130
4.8. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	133
4.9. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	135
CAPÍTULO V	142
HABITAÇÃO	142
5.1. MERCADO DE HABITAÇÃO	144
5.2. HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	145
5.3. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO	146
5.4. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	148
BIBLIOGRAFIA	150

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - FREGUESIAS DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA E RESPECTIVA ÁREA (KM² E %); FONTE: CAOP 2022, DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2023)

TABELA 2 - DENSIDADE POPULACIONAL (N.º/ KM²) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2023); FONTE: INE 2024

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO (2023); FONTE: INE 2024

TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (EM %); FONTE: INE 2024

TABELA 5 - VARIAÇÃO ENTRE 2011 E 2021 DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS; FONTE: XV E XVI RECENTSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, INE (2024)

TABELA 6 - SALDOS POPULACIONAIS ANUAIS: NATURAL, MIGRATÓRIO E TOTAL; FONTE: INE 2024

TABELA 7 - NADOS-VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL; FONTE: INE 2024

TABELA 8 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%); FONTE: INE 2024

TABELA 9 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%); FONTE: INE 2024

TABELA 10 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO; FONTE: INE 2024

TABELA 11 - ÍNDICE DE LONGEVIDADE; FONTE: INE 2024

TABELA 12 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL; FONTE: INE 2024

TABELA 13 - PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS (Nº); FONTE: GEE / INE 2024

TABELA 14 - EMPRESAS (Nº); FONTE: GEE / INE 2024

TABELA 15 - FONTE: CCDRN – INDICADORES REGIONAIS 2024

TABELA 16 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (Nº); FONTE: IEFP ESTATÍSTICAS MENSAS POR CONCELHOS (11/2024)

TABELA 17 - DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (Nº) POR GÉNERO FONTE: IEFP ESTATÍSTICAS MENSAS POR CONCELHOS (11/2024)

TABELA 18 - FONTE: CCDRN – INDICADORES REGIONAIS 11/2024

TABELA 19 - GANHO MÉDIO MENSAL (€); FONTE: INE 2024

TABELA 20 - TAXA DE CRIMINALIDADE (%); FONTE: INE 2024

TABELA 21 - CRIMES (Nº) TOTAL E POR TIPO; FONTE: INE 2024

TABELA 22 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%); FONTE: INE 2024

TABELA 23 - INDICADORES DE SAÚDE 2018/2022 (%); FONTE: INE 2024

TABELA 24 - CENTRO DE SAÚDE DE PAÇOS DE FERREIRA; FONTE: FONTE: RNU 11/2024

TABELA 25 - MÉDICO POR 1000 HABITANTES (Nº); FONTE: INE 2024

TABELA 26 - FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR 1000 HABITANTES (Nº); FONTE: INE 2024

TABELA 27 - UTENTES INSCRITOS (Nº) COM E SEM MÉDICO DE FAMÍLIA EM 2024; FONTE: RNU 11/2024

TABELA 28 - AUTISMO ANO LETIVO 2024/25; FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 29 - UTENTES EM TRATAMENTO (Nº) COM PROBLEMAS RELACIONADOS COM ABUSO DE ÁLCOOL; FONTE: RELATÓRIO ANUAL 2022 – A SITUAÇÃO DO PAÍS EM MATÉRIA DE ÁLCOOL. SICAD

TABELA 30 - UTENTES EM TRATAMENTO (Nº) COM PROBLEMAS RELACIONADOS COM USO DE DROGAS; FONTE: RELATÓRIO ANUAL 2022 – A SITUAÇÃO DO PAÍS EM MATÉRIA DE DROGAS E TOXICODEPENDÊNCIAS. SICAD

TABELA 31 - GÉNERO E TIPO DE INSCRIÇÃO; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 32 - GÉNERO E ESCALÕES ETÁRIOS; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 33 – NACIONALIDADE; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 34 – TIPO DE ALOJAMENTO; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 35 – ESTADO CIVIL; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 36 – FONTE DE RENDIMENTO; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 37 – SITUAÇÃO PROFISSIONAL; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 38 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 39 – SUBSTÂNCIA PRINCIPAL; FONTE: CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) PORTO ORIENTAL 2023

TABELA 40 - ALUNOS MATRICULADOS NOS ENSINOS PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO: TOTAL E POR NÍVEL DE ENSINO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 41 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO – TOTAL E MODALIDADE DE ENSINO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 42 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO – TOTAL E MODALIDADE DE ENSINO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 43 - ALUNOS MATRICULADOS— TOTAL E POR SUBSISTEMA DE ENSINO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 44 -TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 1º CICLO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 45 -TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 2º CICLO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 46 -TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 3º CICLO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 47 -TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA ENSINO SECUNDÁRIO; FONTE: DGEEC 2024

TABELA 48 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO; FONTE: INE, CENSOS 2011 E 2021

TABELA 49 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO; FONTE: INE, CENSOS 2021

TABELA 50 – CUIDADORES INFORMAIS – ESCALÃO ETÁRIO; FONTE: ISS 2024

TABELA 51 – CUIDADORES INFORMAIS – GÉNERO; FONTE: ISS 2024

TABELA 52 – CUIDADORES INFORMAIS – ESTADO CIVIL; FONTE: ISS 2024

TABELA 53 – CUIDADORES INFORMAIS – TIPO DE RELAÇÃO FAMILIAR; FONTE: ISS 2024

TABELA 54 – IDADE DA VÍTIMA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 55 – MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 56 – IDADE DO AUTOR DA AGRESSÃO; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 57 – RELAÇÃO AUTOR-VÍTIMA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 58 – DURAÇÃO DA VITIMAÇÃO; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 59 – LOCAL DE CRIME E DE OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 60 – LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA QUEIXA/DENÚNCIA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

TABELA 61 - CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES; FONTE: WWW.CARTASOCIAL.PT 11/2024

TABELA 62 - CRECHE; FONTE: WWW.CARTASOCIAL.PT 11/2024

TABELA 63 – DADOS RELATIVOS AOS PROCESSOS DO ANO 2023, DA CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 - CPCJ PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 64 – VOLUME PROCESSUAL DA CPCJ; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 65 – ECPCBEDC; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 66 - DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS ACOMPANHADOS PELA CPCJ EM 2023 POR NACIONALIDADE; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 67 - ENTIDADES SINALIZADORAS EM PROCESSOS NO ANO DE 2023; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 68 – MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO EM EXECUÇÃO EM 2023; FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2023 CPCJ DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 69 – HORÁRIO DE ATENDIMENTO NAS JUNTAS DE FREGUESIA; FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 70 – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO 11/2024; FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 71 – SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL 11/2024; FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

TABELA 72 - NÚMERO DE HABITAÇÕES DO PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA; FONTE:
MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA 11/2024

TABELA 73 - ELH (MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA, 11/2024)

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DENSIDADE POPULACIONAL (2023); FONTE: INE 2024

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011 E 2021) NOS CONCELHOS QUE INTEGRAM A NUT III – TÂMEGA E SOUSA; FONTE: XV E XVI RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, INE 2024

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011 E 2021) NO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA, POR CLASSES ETÁRIAS QUINQUENAIS; FONTE: XV E XVI RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, INE 2024

GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPO ETÁRIO E POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA (2021); FONTE: XV E XVI RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, INE 2024

GRÁFICO 5 – COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES; FONTE: XVI RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, INE 2024

GRÁFICO 6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO; FONTE: INE 2024

GRÁFICO 7 – NÚMERO DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA; FONTE: IEFEP ESTATÍSTICAS MENSIS POR CONCELHOS (11/2024)

GRÁFICO 8 – GANHO MÉDIO MENSAL POR GÉNERO 2022; FONTE: INE 2024

GRÁFICO 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO; FONTE: INE, CENSOS 2021

GRÁFICO 10- POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO; FONTE: INE, CENSOS 2021

GRÁFICO 11 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO; FONTE: INE, CENSOS 2021

GRÁFICO 12 – SEXO DA VÍTIMA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

GRÁFICO 13 – NACIONALIDADE DA VÍTIMA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

GRÁFICO 14 – SEXO DO AUTOR DA AGRESSÃO; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

GRÁFICO 15 – TIPO DE VITIMAÇÃO; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

GRÁFICO 16 – QUEIXA/DENÚNCIA; FONTE: ESTATÍSTICAS APAV -GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE PAÇOS DE FERREIRA 2023

CAPÍTULO I

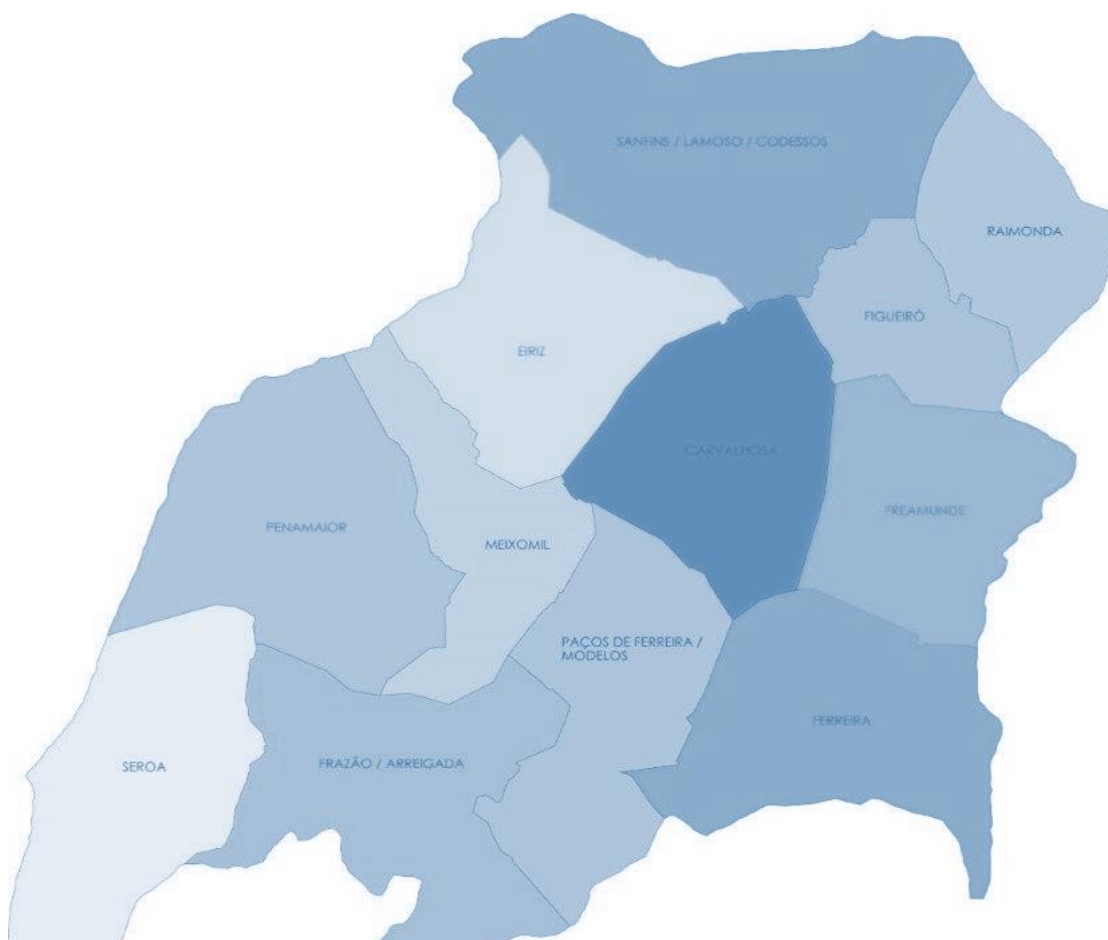
RETRATO TERRITORIAL DE PAÇOS DE FERREIRA



1.1. TERRITÓRIO

O concelho de Paços de Ferreira, enquadrado na região Norte de Portugal Continental, situa-se na sub-região do Tâmega e Sousa, sendo um dos 18 municípios que integra o distrito do Porto. Ocupa uma área total de 70,99 km². Constituído por 12 freguesias, o município é limitado a leste pelo município de Lousada, a sul por Paredes, a sudoeste por Valongo e a oeste e norte por Santo Tirso.

MAPA DAS FREGUESIAS DE CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA



Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

FREGUESIAS DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA E RESPETIVA ÁREA (KM2 E %)		
Carvalhosa	5,99	8,44
Eiriz	6,02	8,48
Ferreira	6,75	9,51
Figueiró	2,85	4,01
Frazão Arreigada	7,28	10,25
Freamunde	5,15	7,25
Meixomil	4,38	6,17
Paços de Ferreira	6,08	8,56
Penamaior	6,72	9,47
Raimonda	3,37	4,75
Sanfins Lamoso Codessos	10,11	14,24
Seroa	6,29	8,86
Concelho de Paços de Ferreira	70,99	100,00

Tabela 1 - Freguesias do concelho de Paços de Ferreira e respetiva área (km2 e %); Fonte: CAOP 2022, Direção-Geral do Território (2023)

Após a reorganização administrativa de 2013, o concelho de Paços de Ferreira, ficou com 9 freguesias, a saber: Carvalhosa (vila); Eiriz; Ferreira; Figueiró; Freamunde (cidade); Meixomil; Penamaior; Raimonda; Seroa e 3 uniões de freguesia, a saber: Frazão Arreigada- resulta da agregação das freguesias de Frazão (vila) e Arreigada, com sede na primeira; Paços de Ferreira - resulta da anexação da freguesia de Modelos à cidade sede de concelho; Sanfins Lamoso Codessos –resulta da agregação das freguesias de Codessos, Lamoso e Sanfins de Ferreira, com sede nesta última.

Juntamente com os municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende, fazem parte da região do Tâmega e Sousa, a norte de Portugal continental.

A povoação do território é muito antiga, tendo sido um couto dependente da vila de Ferreira, a qual está na origem do nome do concelho.

O concelho de Paços de Ferreira foi criado por decreto de 6 de novembro de 1836, na comarca de Penafiel, em consequência da notável reforma administrativa levada a cabo por D. Maria II que acabou com os pequenos concelhos e dividiu as freguesias dos grandes para melhor comodidade dos povos. Até 1836 a Câmara funcionou em Sobrosa, freguesia do atual concelho de Paredes, de honrosas tradições, e em acórdão de 20 de janeiro.

Em termos de acessibilidades, o concelho de Paços de Ferreira é servido por uma rede considerável de estradas nacionais:

- EN 207: Agrela (EN 105 Alfena, Porto)- Seroa-Frazão-Paços de Ferreira-Freamunde-Lousada- Felgueiras
- EN 209: Gondomar-Valongo-Lordelo- Arreigada-Frazão-Meixomil-Carvalhosa-Figueiró-Raimonda- Lustosa (EN 106 Vizela/Guimarães)
- EN 319: Paredes-Ferreira - Paços de Ferreira - Meixomil-Santo Tirso.

O concelho é ainda servido de Sul para Norte pela A4, que liga o Porto a Amarante e pela A42, que liga Matosinhos a Lousada. Sendo também atravessadas de Oeste para Este pela A11, que liga Guimarães / Fafe a Penafiel.

Às referidas vias está associado um importante papel em termos de posicionamento geoestratégico do concelho em relação a dinâmicas económicas e sociais regionais e suprarregionais, com destaque para a proximidade com o território polarizador da Área Metropolitana do Porto (AMP). Estabelecem, ainda, um acesso fácil e célere ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e ao Porto de Leixões, duas importantes infraestruturas de transporte e distribuição da região Norte.

Situado num planalto denominado de “Chã de Ferreira”, o concelho é delimitado por várias elevações, de entre as quais se destacam a serra da Agrela e o monte do Pilar, e a serra de São Tiago e o monte da Senhora do Socorro. No referente à hidrografia, o território é atravessado por vários cursos de água, embora de pequeno caudal, sendo o rio Ferreira o mais significativo. Apesar da variedade de ecossistemas presentes, a biodiversidade no concelho apresenta tendência declinante, em resultado da pressão urbana, da fragmentação dos habitats e dos incêndios ocorridos nos últimos anos (Município de Paços de Ferreira, 2016).

O território concelhio alberga um património cultural e histórico relevante, contado com cinco imóveis classificados, dos quais: dois monumentos nacionais e três imóveis de interesse público. Os monumentos nacionais referem-se à Igreja de São Salvador de Ferreira (também designada de Convento de São Pedro de Ferreira), testemunho da arquitetura românica do século XII que integra a Rota do Românico do Vale do Sousa, e à Citânia de Sanfins, testemunho de um povoado castrejo do século II A.C. Quanto aos imóveis classificados como de interesse público, dois enquadram-se na categoria de arqueologia (uma inscrição gravada num penedo existente na Bouça de Fervenças e um Dólmen existente no terreno designado «Leira Longa», junto a uma veiga de terras lavradas chamadas «As Mourinhas») e um na categoria de arquitetura civil (Pelourinho de Paços de Ferreira).

Também como evidências da relevância patrimonial que o concelho encerra, há ainda a mencionar a existência de um imóvel em vias de classificação (edifício principal e conjunto da entrada e acessos, excluindo todos os anexos, da Quinta de Vista Alegre), enquanto outros dois (Mamoia do Taio / Anta das Castanheiras e Capela de São Francisco e Casa-Hospício) viram os seus procedimentos de classificação caducar ou encerrar. Para além do património classificado, identificam-se ainda diversos conjuntos edificados e elementos patrimoniais singulares não classificados, mas com enorme valor histórico e identitário para Paços de Ferreira.

O concelho assume a designação de "capital do móvel", afigurando-se como um grande polo industrial da fileira do mobiliário, concentrando um conjunto de pequenas, médias e grandes empresas nesta atividade económica, que é também marcadamente representativa da população ativa que trabalha no território. Para além da indústria de mobiliário, também os setores têxteis, de metalomecânica, alimentar, de serração de madeiras e transformação de granitos caracterizam a atividade económica do concelho. A agricultura, à qual se encontra muitas vezes associada a pecuária e a exploração florestal, é também importante para a economia de Paços de Ferreira.

Paços de Ferreira apresenta semelhanças, no seu perfil socioeconómico, com os municípios do Vale do Ave (Vizela, Famalicão e Guimarães) e da AMP (Paredes, Santo Tirso e Trofa). Trata-se de um centro estruturante sub-regional, segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, que apresenta fortes relações com Paredes e Penafiel.

1.2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

1.2.1. POPULAÇÃO RESIDENTE

De acordo com os dados provisórios do último recenseamento da população portuguesa, o Município de Paços de Ferreira tinha em 2023, 55.981 habitantes. Com cerca 71 km², Paços de Ferreira é o mais pequeno dos 11 concelhos da sub-região do Tâmega e Sousa, mas o mais densamente povoado, com 788,6 habitantes por km²(INE,2024), e o terceiro mais populoso, contabilizando 55.981 residentes (INE, 2023).

DENSIDADE POPULACIONAL (N.º/ KM ²) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2023)	
Local de Residência	N.º médio de indivíduos por Km ²
Portugal	115,4
Norte	172,6
Tâmega e Sousa	223,5
Paços de Ferreira	788,6

Tabela 2- Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (2023); Fonte: INE 2024

No gráfico seguinte é possível perceber o movimento de concentração populacional do concelho e a discrepância com a região do Norte, Tâmega e Sousa e o país.

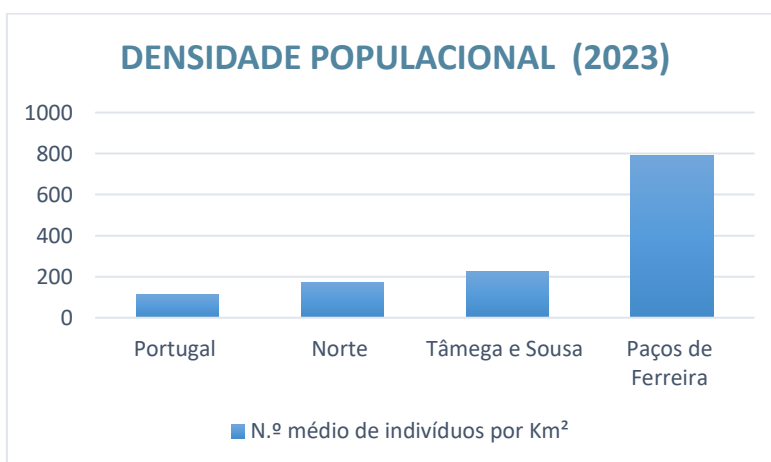


Gráfico 1 – Densidade Populacional (2023); Fonte: INE 2024

No que concerne ao conjunto de concelhos que integram a sub-região, é transversal a tendência de perda populacional. Não obstante, importa mencionar que o concelho de Paços de Ferreira evidenciava a segunda quebra menos significativa, sendo a mais baixa auferida pelo concelho de Lousada (-0,05%). A perda mais elevada, por sua vez, pertencia ao concelho de Baião (-14,6%).

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011 E 2021) NOS CONCELHOS QUE INTEGRAM A NUT III – TÂMEGA E SOUSA

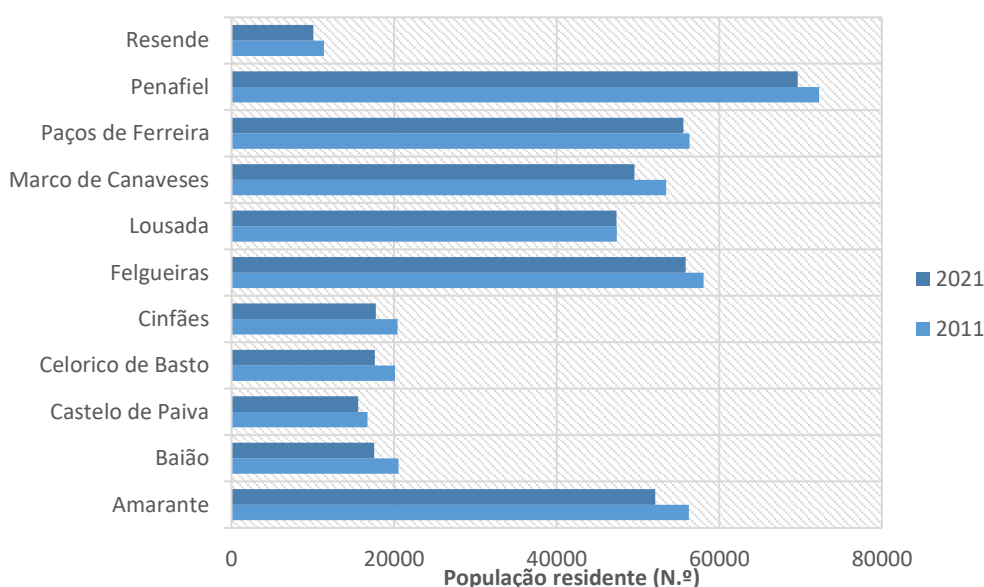


Gráfico 2 - Variação da população residente (2011 e 2021) nos concelhos que integram a NUT III – Tâmega e Sousa;
 Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE 2024

Denote-se, ainda, o facto de o concelho de Paços de Ferreira ser, em 2021, dentre os concelhos da sub-região, o terceiro mais populoso, antecedido por Penafiel (69.629 habitantes) e por Felgueiras (55.848 habitantes).

Dentro da região Norte, Paços de Ferreira destaca-se com uma densidade muito superior à média regional e à sub-região de Tâmega e Sousa, o que demonstra ser uma área com grande desenvolvimento económico e residencial.

Relativamente à distribuição por sexo da população do concelho de Paços de Ferreira, a proporção de residentes divide-se em 28.275 (50,5%) do sexo feminino e 27.641 (49,5%) do

sexo masculino, sendo congruente com a estrutura populacional portuguesa, conforme se pode verificar na tabela que se segue.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO (2023)			
	Masculino	Feminino	Total
Portugal	5 083 568	5 556 158	10 639 726
Norte	1 759 847	1 914 014	3 673 861
Tâmega e Sousa	198 508	210 840	409 348
Paços de Ferreira	27 706	28 275	55 981

Tabela 3- Distribuição da população por sexo (2023); Fonte: INE 2024

1.2.2. ESTRUTURAS ETÁRIAS

A análise da população por grandes grupos etários permite verificar o peso relativo de cada grupo na totalidade da população. Neste sentido podemos concluir que a população do grupo etário dos 65 ou mais anos é a única que cresceu na última década, sendo que todos os grupos etários diminuíram, com exceção do grupo dos 15-64 que se manteve estabilizado.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (EM %)								
	0-14		15-24		25-64		65 +	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	14.7	12.8	10.6	10.3	54.7	52.8	20	24.1
Norte	14.4	12.1	11.3	10.3	56.2	53.8	18.1	23.8
Tâmega e Sousa	15.8	12.2	12.9	11.5	56.4	55.7	14.9	20.6
Paços de Ferreira	16.8	12.9	13.3	11.9	57.5	57.4	12.4	17.7

Tabela 4- População residente por grandes grupos etários (EM %); Fonte: INE 2024

Podemos, ainda, verificar que a população de Paços de Ferreira é comparativamente mais jovem do que a nível nacional e regional, apresentando valores superiores sobretudo no grupo etário em idade ativa, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

Procedendo a uma análise mais pormenorizada por classe etária, confirma-se a tendência de decréscimo das camadas mais jovens (embora haja um ligeiro incremento da população com idades entre os 20 e 24 anos quantificado em 1,8%) e de aumento do número de efetivos com idades mais avançadas, com especial destaque para a população com 85 ou mais anos, cujo crescimento populacional é quantificado em 102,8%.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA, POR CLASSES ETÁRIAS QUINQUENAIS (2011-2021)

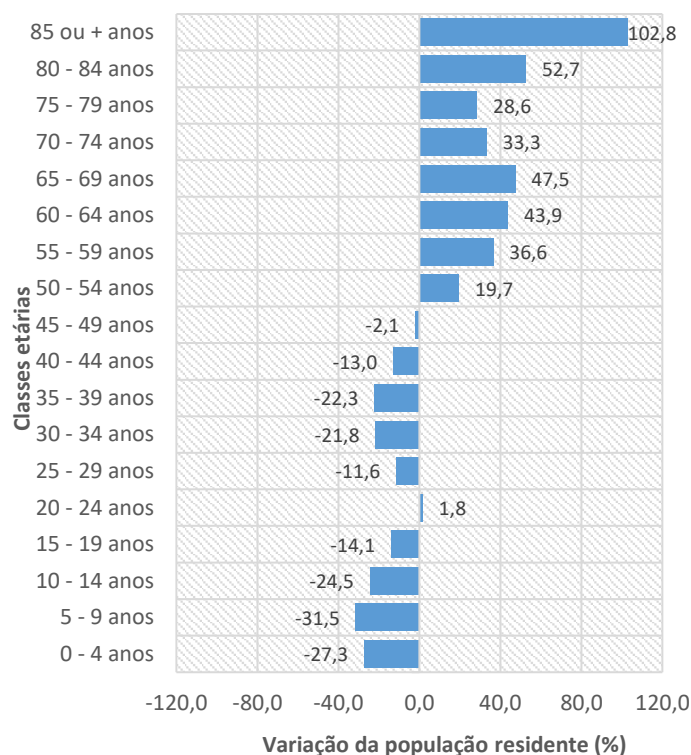


Gráfico 3 - Variação da população residente (2011 e 2021) no concelho de Paços de Ferreira, por classes etárias quinquenais; Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE 2024

Nas 12 freguesias do concelho, entre 2011 e 2021, existia uma clara tendência de envelhecimento da população, pelo que, no grupo etário com 65 e mais anos, as taxas de variação se situavam entre 33,91% em Penamaior e 70,64% em Figueiró. Por outro lado, a população com menos de 15 anos havia diminuído significativamente em todas as freguesias. Não obstante, o grupo etário dos 25 aos 64 anos era o mais representativo, abarcando mais de metade de população em todas as freguesias

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPO ETÁRIO E POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA (2021)

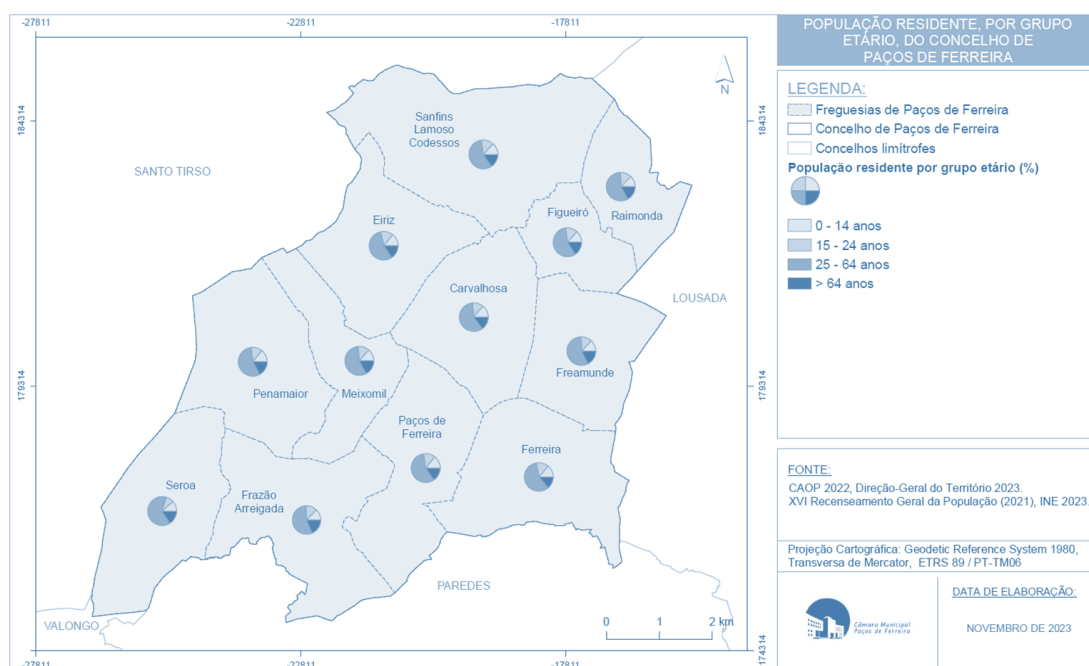
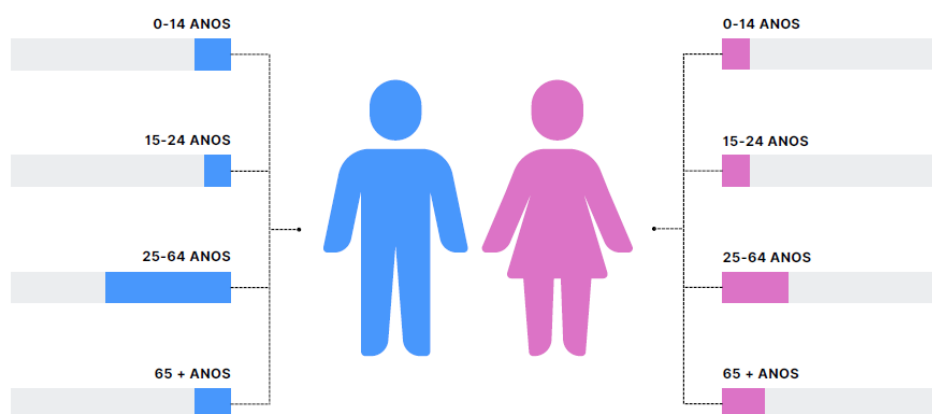


Gráfico 4 – População residente, por grupo etário e por freguesia, no concelho de Paços de Ferreira (2021); Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE 2024

Podemos concluir que população é composta por uma proporção significativa de idosos, mas também há uma presença notável de jovens e adultos em idade ativa.

População residente por sexo e faixa etária



Fonte: INE 2024

1.2.3. ESTRUTURA FAMILIAR

No concelho de Paços de Ferreira existiam, em 2021, cerca de 19.098 agregados domésticos privados, representando um acréscimo de 6,6% relativamente a 2011, ano em que se encontravam no território concelhio 17.908 agregados. Esta é uma tendência evolutiva que acompanha as unidades territoriais que enquadram o concelho, embora mais expressiva neste, conforme exposto no seguinte quadro.

	AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS		VARIAÇÃO (%)
	2011	2021	(2011-2021)
Portugal (Continente)	3.869.188	3.968.951	2,6
Norte	1.330.892	1.380.696	3,7
Tâmega e Sousa	143.935	148.154	2,9
Paços de Ferreira	17.908	19.098	6,6

Tabela 5 – Variação entre 2011 e 2021 dos Agregados Domésticos Privados; Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2024)

No que diz respeito à sua composição, em 2021, no concelho de Paços de Ferreira eram preponderantes os agregados com 3 pessoas (28,7%), seguindo-se, em termos representativos, os agregados com 2 pessoas (27,7%), os agregados compostos por 4 pessoas (21,1%), os agregados com apenas 1 pessoa (13,9%) e, com uma proporção mais reduzida, os agregados com 5 pessoas ou mais.

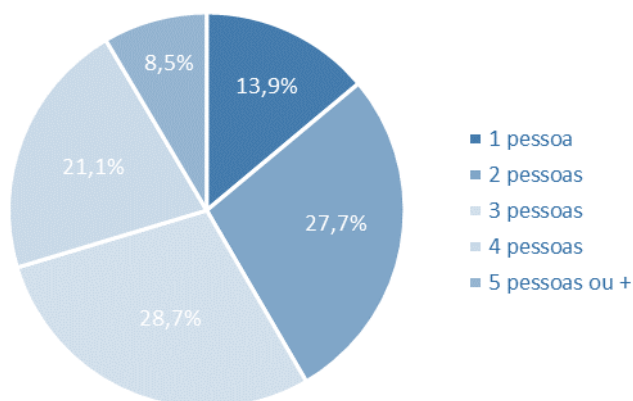


Gráfico 5 – Composição dos Agregados Familiares; Fonte: XVI Recenseamento Geral da População e Habitação, INE 2024

Quanto aos núcleos familiares, contabilizavam-se 17.006 no concelho de Paços de Ferreira em 2021, verificando-se um ligeiro incremento relativamente ao ano de 2011 (1,2%), o que contraria a tendência nacional (-3,1%), regional (-2,2%) e sub-regional (-3,0%).

1.2.4. RENOVAÇÃO POPULACIONAL: CRESCIMENTO NATURAL, NATALIDADE E MORTALIDADE

A dinâmica demográfica de Paços de Ferreira, no que respeita à população, segue uma tendência semelhante à do país e da região, mas de forma mais pronunciada, com um saldo natural que passou de ligeiramente positivo em 2013 para negativo em 2023, como podemos verificar na tabela seguinte.

SALDOS POPULACIONAIS ANUAIS: NATURAL, MIGRATÓRIO E TOTAL						
	Saldo natural		Saldo migratório		Saldo total	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	-23768	-32596	-36029	155701	-59797	123105
Norte	-6311	-11033	-15772	44600	-22083	33567
Tâmega e Sousa	-440	-981	-3432	1904	-3872	1464
Paços de ferreira	60	-7	-325	106	-265	99

Tabela 6 - Saldos Populacionais anuais: natural, migratório e total; Fonte: INE 2024

Os dados mostram que, embora o saldo natural em Paços de Ferreira tenha sido ligeiramente negativo em 2023, o saldo migratório positivo ajudou a equilibrar e até a melhorar a população total do concelho. O saldo migratório em 2023 é o que realmente faz a diferença para manter um saldo total positivo, mostrando que a migração tem um impacto particularmente significativo neste concelho.

Relativamente aos nascimentos, podemos verificar na tabela seguinte que, na última década, o aumento no número de nascimentos a nível nacional é positivo, indicando uma ligeira recuperação na natalidade. O Norte e a região do Tâmega e Sousa apresentam uma ligeira diminuição relativamente a este período, sendo que Paços de Ferreira se destaca pela inversão desta tendência a nível regional, mostrando um aumento no número de nascimentos.

NADOS-VIVOS DE MÃES RESIDENTES EM PORTUGAL		
	2013	2023
Portugal	82787	85699
Norte	26672	26173
Tâmega e Sousa	3097	2967
Paços de Ferreira	413	465

Tabela 7 - Nados-vivos de mães residentes em Portugal; Fonte: INE 2024

Em termos sintéticos, podemos verificar na tabela abaixo que a taxa bruta de natalidade aumentou em Paços de Ferreira na última década, ao contrário da região do norte e sub-região do Tâmega e Sousa.

Estes dados permitem concluir que existe capacidade de rejuvenescimento da população no concelho de Paços de Ferreira, e as políticas de apoio à natalidade e às famílias são essenciais para continuar neste rumo.

TAXA BRUTA DE NATALIDADE (%)		
	2013	2023
Portugal	7.9	8.1
Norte	7.3	7.2
Tâmega e Sousa	7.3	7.3
Paços de Ferreira	7.3	8.3

Tabela 8 - Taxa bruta de Mortalidade (%); Fonte: INE 2024

No outro lado do espectro da dinâmica demográfica, de acordo com a tabela seguinte, constatamos que a taxa bruta de mortalidade na última década, aumentou em todas as regiões. Estes incrementos podem ser influenciados por vários fatores, incluindo o envelhecimento populacional. Importa referir que, em Paços de Ferreira, mesmo com o aumento, a taxa ainda é relativamente baixa comparada com o resto do país e região.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%)		
	2013	2023
Portugal	10.2	11.2
Norte	9.0	10.2
Tâmega e Sousa	8.3	9.7
Paços de Ferreira	6.3	8.4

Tabela 9 - Taxa bruta de Mortalidade (%); Fonte: INE 2024

1.2.5. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, LONGEVIDADE E DEPENDÊNCIA

O envelhecimento da população é o fenómeno demográfico mais marcante e determinante da realidade da sociedade atual. Conforme podemos confirmar na tabela seguinte, todas as regiões apresentam um aumento significativo no índice de envelhecimento, sugerindo que a população está a envelhecer em todo o país.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
	2013	2023
Portugal	136.4	188.1
Norte	125.9	197.4
Tâmega e Sousa	94.5	169.0
Paços de Ferreira	73.4	137.2

Tabela 10 - índice de envelhecimento; Fonte: INE 2024

Em comparação com o nível regional, Paços de Ferreira, apesar de enfrentar um aumento substancial do índice de envelhecimento, tem o índice mais baixo na última década, comparativamente com a região e o país. Esta realidade é verificável no gráfico seguinte com relativamente mais baixo índice de envelhecimento em Paços de Ferreira no contexto regional e nacional.

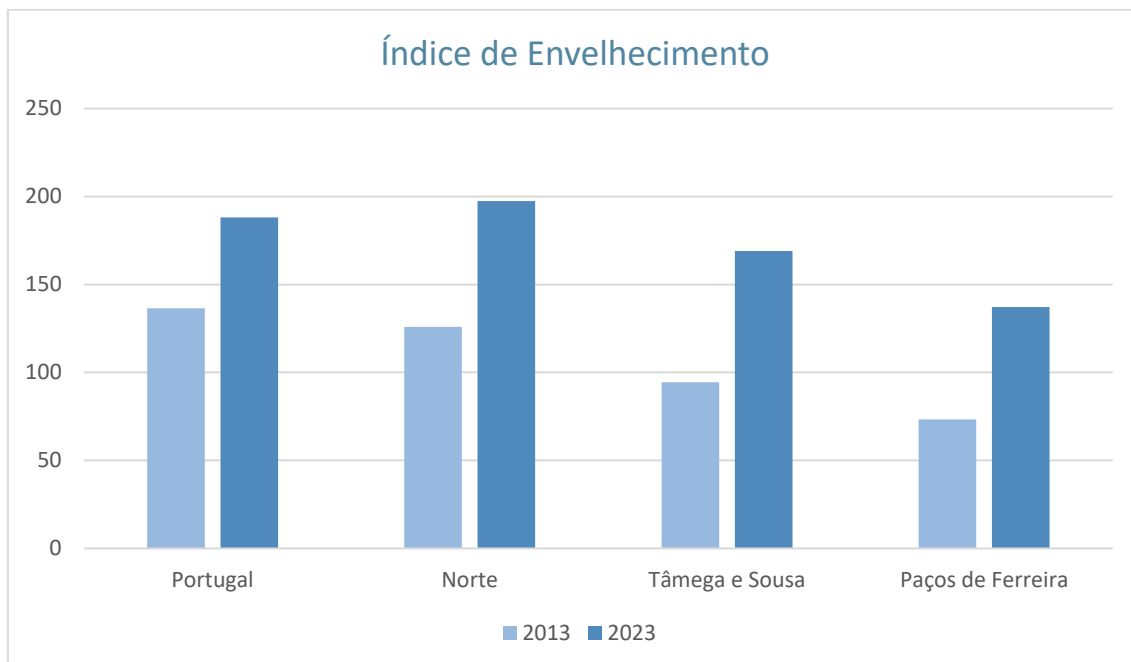


Gráfico 6 – Índice de Envelhecimento; Fonte: INE 2024

Associado ao índice de envelhecimento, o índice de longevidade apresenta valores ligeiramente inferiores em Paços de Ferreira, relativamente à média regional e nacional. De acordo com a tabela seguinte, podemos verificar que, na última década, sofreu uma queda quer a nível nacional como a nível regional, sendo que com mais expressão a nível regional. Importa referir que, apesar de uma diminuição menos acentuada em relação à região, Paços de Ferreira, continua a apresentar um índice abaixo da média regional e nacional.

ÍNDICE DE LONGEVIDADE		
	2013	2023
Portugal	49.5	49.1
Norte	48.4	47.0
Tâmega e Sousa	48.7	44.1
Paços de Ferreira	43.2	42.0

Tabela 11 – índice de Longevidade; Fonte: INE 2024

O aumento do índice de dependência total está diretamente relacionado com o envelhecimento da população e o aumento da taxa de dependência dos jovens e dos idosos. Podemos verificar na tabela seguinte que o índice de dependência aumentou a nível geral em todo o território, o que reflete os dados anteriores relativos ao envelhecimento da população. Ainda assim, Paços de Ferreira apresenta o menor aumento do índice total, o que indica uma proporção maior da população ativa em relação à região e ao país.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL		
	2013	2023
Portugal	53.0	58.5
Norte	48.2	55.8
Tâmega e Sousa	44.2	48.9
Paços de Ferreira	41.2	44.1

Tabela 12 - índice de dependência total; Fonte: INE 2024

Perante os dados apresentados, podemos concluir que, no concelho de Paços de Ferreira, a par do que acontece a nível nacional, o índice de envelhecimento aumentou significativamente nos últimos 10 anos. Isto indica uma proporção crescente de população idosa em relação aos jovens. A subida na taxa de mortalidade pode estar relacionada com o envelhecimento da população, apresentando mais pessoas na faixa etária mais velha. Verificamos também que houve um saldo positivo no número de nascimentos, sugerindo que, apesar do envelhecimento, ainda há crescimento na população jovem.

1.3. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

A distribuição da população e das atividades económicas não é constante no tempo e no espaço, sendo múltiplos os fatores que contribuem para a dinâmica (socio)económica de um território. A distribuição das pessoas nas empresas e setores de atividade clarifica a base em que as

problemáticas sociais ocorrem, e as mutações em curso nesta mesma base. Com efeito, afigura-se relevante o estudo das dinâmicas económicas do concelho de Paços de Ferreira.

1.3.1. MERCADO DE TRABALHO

Em 2022 existiam 24 486 pessoas ativas no mercado de trabalho de Paços de Ferreira, tendo este número subido aproximadamente 18,31% desde 2012. Os dados mostram um crescimento significativo no emprego tanto a nível nacional como regional. Paços de Ferreira, especificamente, tem visto um aumento estável, embora ligeiramente inferior à média nacional e regional, indicando um desenvolvimento sólido, mas mais gradual.

PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS (Nº)		
	2012	2022
Portugal	3 386 175	4 487 322
Tâmega e Sousa	127 391	161 395
Paços de Ferreira	20 694	24 486

Tabela 13 - Pessoal ao serviço nas empresas (nº); Fonte: GEE / INE 2024

O mesmo acontece com o número de empresas, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

EMPRESAS (Nº)		
	2012	2022
Portugal	1 005 173	1 437 254
Tâmega e Sousa	32 666	44 057
Paços de Ferreira	5 022	5 980

Tabela 14 - Empresas (nº); Fonte: GEE / INE 2024

No que diz respeito ao volume de negócios das empresas e estabelecimentos, Paços de Ferreira apresentou um crescimento significativo no volume de negócios tanto dos estabelecimentos quanto das empresas entre 2012 e 2022, com um aumento de 77,7%. Esse crescimento é superior à média regional de Tâmega e Sousa, que foi de 76,2% para os estabelecimentos e 85,7% para as empresas, conforme podemos verificar nas tabelas abaixo.

VOLUME DE NEGÓCIOS DOS ESTABELECIMENTOS: TOTAL		
	2012	2022
TÂMEGA E SOUSA	6 672 017 459	11 756 529 189
Amarante	711 388 258	1 504 802 634
Baião	121 318 615	226 401 441
Castelo de Paiva	203 357 598	261 754 398
Celorico de Basto	102 618 648	288 277 708
Cinfães	100 582 177	302 015 741
Felgueiras	1 570 499 212	2 421 307 502
Lousada	675 358 582	1 205 986 202
Marco de Canaveses	689 045 694	1 314 812 827
Penafiel	1 148 847 943	1 848 579 730
Resende	75 286 473	119 489 748
Paços de Ferreira	1 273 714 259	2 263 101 258
VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS: TOTAL		
	2012	2022
TÂMEGA E SOUSA	6 014 349 585	11 169 040 789
Amarante	641 651 575	1 551 071 763
Baião	115 169 695	218 937 432
Castelo de Paiva	173 285 708	241 541 743
Celorico de Basto	115 961 798	316 271 718
Cinfães	94 706 894	298 585 299
Felgueiras	1 497 284 253	2 338 566 600
Lousada	627 077 794	1 170 374 178
Marco de Canaveses	705 842 162	1 310 711 053
Penafiel	1 014 306 599	1 765 213 373
Resende	73 738 206	123 741 225
Paços de Ferreira	955 324 901	1 834 026 405

Tabela 15 - Fonte: CCDRN – Indicadores regionais 2024

1.3.2. DESEMPREGO E NÍVEIS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Relativamente ao desemprego, podemos observar na tabela seguinte uma redução no número de desempregados, na última década, no concelho de Paços de Ferreira. Esta é uma redução de aproximadamente 58%, indicando uma melhoria relativamente mais acentuada em comparação com o continente e a região do Tâmega e Sousa (cerca de 47%).

DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (Nº)		
	2014	2024
Portugal (Continente)	564 312	299 159
Tâmega e Sousa	31 859	16 875
Paços de Ferreira	4404	1870

Tabela 16 - Desempregados inscritos no centro de emprego (nº); Fonte: IEFP Estatísticas Mensais por Concelhos (11/2024)

Ao analisarmos os dados de desemprego por género em 2024 para Portugal, a região de Tâmega e Sousa, e o concelho de Paços de Ferreira, podemos observar que existe um maior número de mulheres desempregadas em comparação com os homens, refletindo potenciais desigualdades no mercado de trabalho.

DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (Nº) POR GÉNERO		
	2024	
	HOMENS	MULHERES
Portugal	128 054	171 537
Tâmega e Sousa	5 347	11 528
Paços de Ferreira	662	1208

Tabela 17 - Desempregados inscritos no centro de emprego (nº) por género Fonte: IEFP Estatísticas Mensais por Concelhos (11/2024)

Quanto ao nível de escolaridade da população desempregada, existe uma grande percentagem de desempregados com baixo nível de escolaridade no concelho de Paços de Ferreira, ainda que comparativamente à última década se verifique uma melhoria.

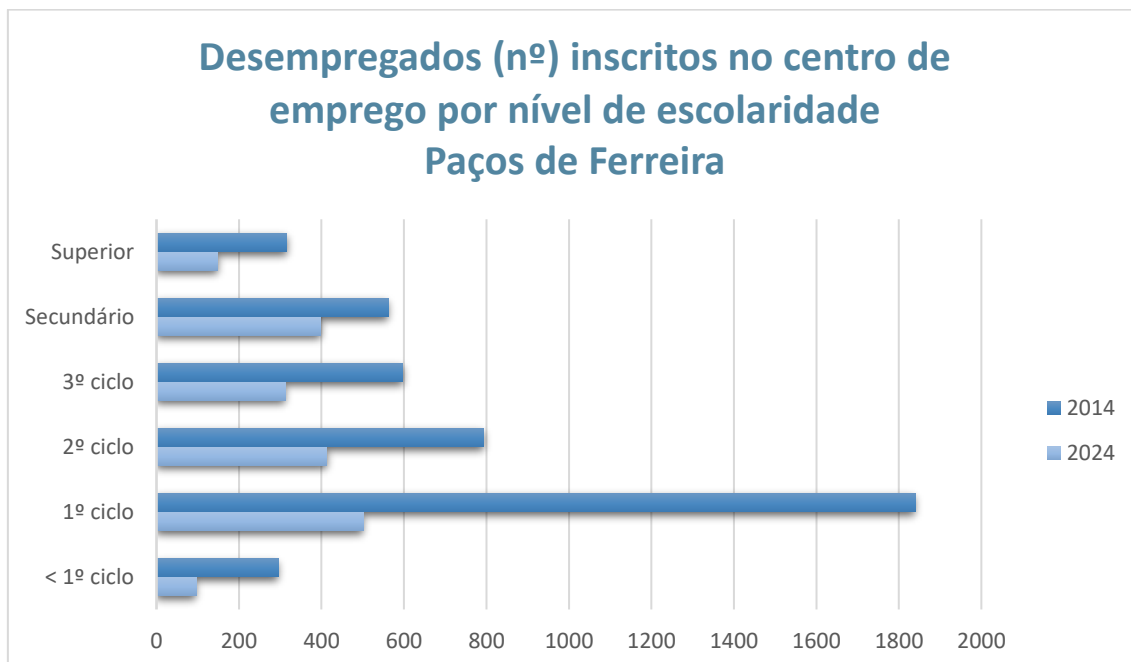


Gráfico 7 – Número de Desempregados inscritos no Centro de Emprego, por nível de escolaridade, no concelho de Paços de Ferreira; Fonte: IEFP Estatísticas Mensais por Concelhos (11/2024)

Relativamente ao subsídio de desemprego, houve uma redução significativa no número de beneficiários a receber subsídio de desemprego em todas as áreas analisadas, conforme se pode verificar na tabela infra.

BENEFICIÁRIOS A RECEBER SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (Nº)		
	2012	2022
Portugal (Continente)	638 317	335 222
Tâmega e Sousa	29 540	12 883
Paços de Ferreira	4758	1739

Tabela 18 - Fonte: CCDRN – Indicadores regionais 11/2024

A redução em Paços de Ferreira (63,5%) é mais acentuada do que a média regional de Tâmega e Sousa (56,4%) e a média nacional (47,5%).

Em termos gerais podemos salientar que Paços de Ferreira viveu um período de forte aceleração económica na última década.

Apesar das melhorias observadas nos últimos anos, no que respeita ao desemprego e baixa escolaridade ainda existe um longo caminho a percorrer, quer no reforço dos programas já em funcionamento, quer na implementação de novos programas e iniciativas por forma a favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal, dos desempregados, em estreita cooperação com as unidades locais do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.). É crucial sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social, designadamente na inserção socioprofissional e regresso ao mercado de trabalho do cuidador informal, de pessoas com deficiência, de pessoas LGBTQIA+ e migrantes, e no combate à segregação do género, de grupos vulneráveis e discriminados em razão da origem étnico-racial e da nacionalidade. A par destas estratégias é fundamental desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras e de inovação social de jovens e de outras pessoas em idade ativa, numa perspetiva de reforço da iniciativa, inovação e criatividade, que constituam uma abordagem à atividade empresarial.

1.3.3. REMUNERAÇÃO E RENDIMENTO

Os rendimentos da população no concelho de Paços de Ferreira têm mostrado variações ao longo dos anos. Podemos verificar na seguinte tabela que o rendimento médio mensal no concelho de Paços de Ferreira é ligeiramente inferior à média mensal regional e nacional.

GANHO MÉDIO MENSAL (€)		
	2012	2022
Portugal	1094,7	1368
Tâmega e Sousa	757,5	1026,1
Paços de Ferreira	712,9	1012,8

Tabela 19 - Ganho médio mensal (€); Fonte: INE 2024

No concelho de Paços de Ferreira, o ganho médio mensal cresceu de 712,9 euros em 2012 para 1.012,8 euros em 2022. Este aumento de 299,9 euros, ou 42,06%, é o maior entre as regiões analisadas. Este crescimento substancial sugere uma forte melhoria nas condições económicas

locais. No entanto, o facto da média mensal ser inferior a nível regional e nacional, pode estar relacionada com o facto de existir um número considerável de trabalhadores com baixas qualificações.

Relativamente ao género, podemos verificar que, no concelho de Paços de Ferreira, as mulheres recebem menos comparativamente aos homens, em consonância com tendência nacional e regional.

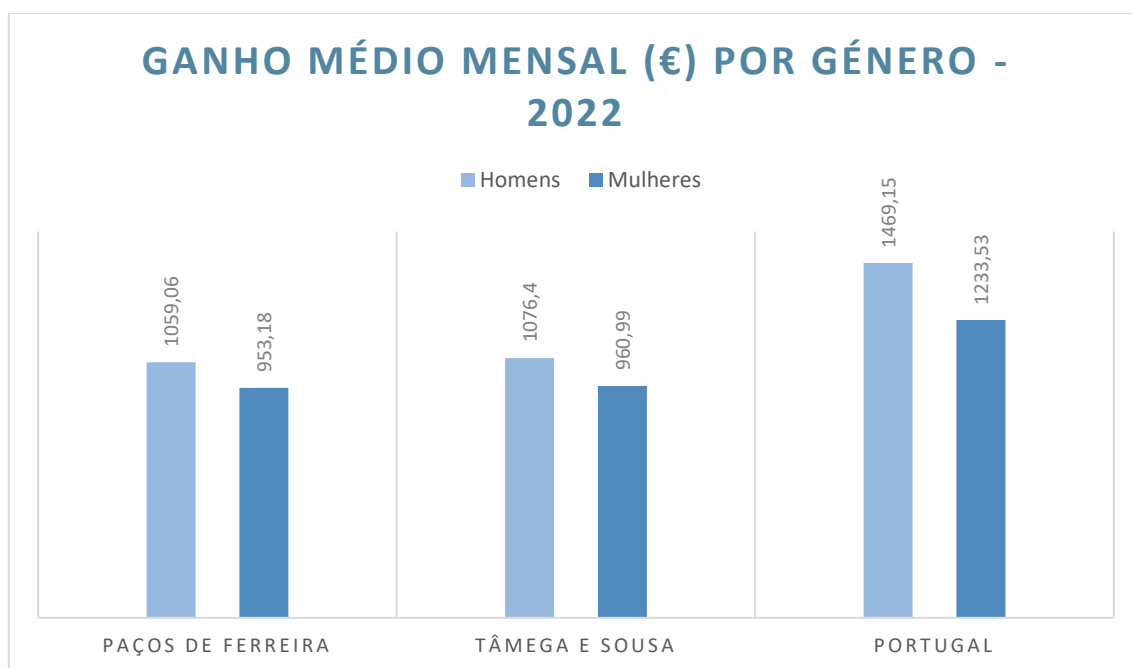


Gráfico 8 – Ganho médio mensal por género 2022; Fonte: INE 2024

1.4. JUSTIÇA E SEGURANÇA

A justiça e a segurança são pilares fundamentais para o desenvolvimento e o bem-estar de qualquer território. A justiça é essencial para garantir a equidade e a proteção dos direitos de todos os cidadãos e a segurança é dos principais ativos de competitividade e atratividade de uma região. Analisar os dados relativos à criminalidade torna-se fundamental para criar medidas e políticas mais eficazes de combate à criminalidade.

Ao analisar os dados acerca da realidade criminal do país, região e concelho verificamos que a taxa de criminalidade em Paços de Ferreira caiu de 28,8% em 2012 para 23,3% em 2022. Trata-

se de uma redução absoluta de 5,5 pontos percentuais, resultando numa queda relativa de cerca de 19,1%, conforme podemos verificar na tabela abaixo.

TAXA DE CRIMINALIDADE (%)		
	2012	2022
Portugal	38.5	32.8
Tâmega e Sousa	27.4	22.2
Paços de Ferreira	28.8	23.3

Tabela 20 - Taxa de criminalidade (%); Fonte: INE 2024

Podemos concluir que todas as regiões apresentaram uma diminuição na taxa de criminalidade ao longo da última década, sendo que Paços de Ferreira teve uma redução ainda mais expressiva, indicando melhorias na segurança e nas políticas de combate ao crime nesta área.

No entanto, é importante analisarmos os dados pela perspetiva do tipo de crime. Assim, seguem na seguinte tabela dados relativos aos números e tipo de crime cometidos entre 2012 e 2022.

CRIMES (Nº) TOTAL E POR TIPO						
	2012			2022		
	PT	TS	PF	PT	TS	PF
Crimes contra as pessoas	86847	3078	372	85841	2738	372
Crimes de homicídio voluntário consumado	149	0	0	97	6	0
Crimes contra a integridade física	56652	1959	196	55367	1790	255
Ofensa à integridade física voluntária simples	26477	975	96	21667	731	109
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	22254	758	75	26073	837	118
Crimes contra o património	219078	5810	809	17268	3271	514

Roubo por esticção e na via pública	14459	158	28	7074	41	11
Furto de veículo e em veículo motorizado	48791	959	146	29755	725	134
Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	7	0	0	289	0	0
Crimes contra a vida em sociedade	53228	1706	264	4415	2179	257
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	25366	729	174	22071	883	141
Crimes contra o Estado	6822	166	24	6593	179	17
Crimes contra animais de companhia	NA	NA	NA	2022	48	12
Crimes previstos em legislação avulsa	38935	949	154	30817	640	132
Condução sem habilitação legal	15844	427	86	14265	406	66
Total	404917	11709	1623	343845	9056	1304

Tabela 21 - Crimes (nº) Total e por tipo; Fonte: INE 2024

Estes dados mostram uma tendência geral de redução da criminalidade, com algumas variações dependendo do tipo de crime e da região. Podemos verificar uma leve redução nos crimes contra as pessoas a nível nacional e na região de Tâmega e Sousa. Contudo, Paços de Ferreira manteve a mesma quantidade de crimes (372) ao longo dos anos. Relativamente aos crimes de violência doméstica, notou-se um aumento tanto a nível nacional quanto nas regiões específicas.

Concluiu-se que, apesar da Violência Doméstica e alguns tipos de crimes contra a integridade física constituírem áreas preocupantes para o concelho, em termos gerais o concelho de Paços

de Ferreira, poderá ser considerado um território seguro de acordo com a evolução positiva verificada no intervalo temporal de 2012/2022.

1.5. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os aspetos demográficos e socioeconómicos estão interligados com várias áreas, como a saúde, habitação, apoio social, emprego, justiça entre outros. Portanto, os desafios demográficos e socioeconómicos no concelho exigem a aplicação de medidas estratégicas integradas que possam mitigar dificuldades em todos esses setores.

Assim, as políticas demográficas e socioeconómicas, devido ao seu amplo escopo, precisam considerar e alinhar estratégias globais que reflitam uma visão abrangente, realista e integradora.

Relativamente às **dinâmicas demográficas** verificamos que, nos últimos 10 anos, Paços de Ferreira experimentou um aumento significativo no **índice de envelhecimento**, alinhando-se com as tendências nacional e regional. Isso indica uma proporção crescente de idosos em comparação aos jovens. Para enfrentar o desafio do envelhecimento da população em Paços de Ferreira, é necessário adotar uma abordagem estratégica que promova a natalidade, apoio à juventude e à população ativa, além de cuidados especializados para os idosos.

Para promover a natalidade e apoiar as famílias, é importante a implementação de medidas de apoio às famílias com filhos. Além disso, é essencial expandir a rede de creches e jardins de infância acessíveis, bem como proporcionar programas de apoio à parentalidade.

Em relação ao suporte à juventude e à população ativa, investir em programas educacionais e de formação profissional para preparar os jovens para o mercado de trabalho é uma medida a ter em conta. Adicionalmente, é importante estabelecer parcerias com empresas locais para estágios e programas de aprendizagem. Dentro da população mais jovem, e relativamente aos jovens NEET (que não estudam, nem trabalham) e que se encontram, portanto, em elevado risco de exclusão social, devem ser implementadas estratégias de promoção de escolarização,

formação e empregabilidade específicas para este segmento populacional, atendendo às suas características particulares.

Em relação aos cuidados especializados para idosos, melhorar e expandir os serviços e equipamentos de resposta a esta população é fundamental para atender às suas necessidades. Para além disso, a promoção de programas de envelhecimento ativo que incentivem a atividade física e a socialização dos idosos, e criar centros de convivência com uma variedade de atividades sociais, culturais e recreativas, são medidas eficazes.

Por fim, oferecer cursos de alfabetização digital para ensinar os idosos a usar tecnologias modernas, e promover o uso de dispositivos, são estratégias essenciais para a inclusão digital e o bem-estar dos idosos. Implementar essas medidas contribuirá para um ambiente mais inclusivo e sustentável em Paços de Ferreira.

No que concerne às **dinâmicas socioeconómicas**, do quadro socioeconómico exposto, e que demonstram que o concelho de Paços de Ferreira tem tido um crescimento económico considerável nos últimos tempos, ressalta, no entanto, a necessidade de implementar estratégias que consigam atenuar as consequências negativas associadas aos baixos rendimentos e baixas qualificações. No mercado de trabalho, torna-se fulcral implementar estratégias de facilitação do acesso a esse mercado e de promoção da empregabilidade dos grupos mais vulneráveis (como por exemplo, os jovens e os adultos ativos com mais idade, como anteriormente referido).

Adicionalmente é importante o desenvolvimento de respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego, designadamente, apostar na qualificação e formação ao longo da vida da população ativa (que, como anteriormente referido, apresentava baixos níveis de escolaridade) de forma a dotar a essa população e, especialmente, as pessoas em situação de vulnerabilidade de novas competências, adaptadas ao padrão produtivo específico das empresas. Globalmente, estas e outras estratégias devem também reforçar a eficácia das políticas ativas de emprego, pelo incremento da proximidade com as autarquias e outras instituições locais.

Relativamente às questões de **género**, os dados ressaltam a importância de continuar a desenvolver e aplicar políticas eficazes que promovam a igualdade de género no mercado de trabalho. As diferenças observadas no desemprego por género não só refletem desigualdades existentes, mas também oferecem uma oportunidade para formular estratégias direcionadas que possam melhorar a equidade e a inclusão.

Paços de Ferreira assistiu a uma queda significativa no que diz respeito à taxa de criminalidade. Houve uma redução nos crimes contra as pessoas e o património, embora a violência doméstica tenha aumentado. Continuar a implementar medidas e reposta de combate à violência doméstica é essencial.

Para além das medidas apresentadas, seria importante promover e aprofundar o trabalho de parceria, articulação e comunicação entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade e as que têm responsabilidades, essencialmente, ao nível das políticas de emprego, da educação e formação e da saúde. Por outro lado, apostar na consolidação e qualificação da rede institucional e de respostas sociais, numa lógica de serviços de proximidade. Uma maior adequação da cobertura dos serviços, bem como a requalificação e otimização das respostas sociais, deve ser reforçada. Por exemplo, torna-se necessário promover a capacidade de resposta e a reconversão ou melhoria de equipamentos e serviços sociais e de saúde que são fulcrais na resolução dos desequilíbrios decorrentes do envelhecimento populacional.

Para além de tudo isto, é também fundamental incrementar o potencial de inovação e de empreendedorismo social das organizações de economia social, fomentando este setor, nas suas múltiplas vertentes de intervenção social e de geração de riqueza, pelo importantíssimo papel que assume no combate à exclusão social, fazendo face aos desafios da coesão social e territorial.

CAPÍTULO II

SAÚDE



2.1. INDICADORES DE SAÚDE DE PAÇOS DE FERREIRA

A leitura dos indicadores de Saúde *Standard* apresentados nos relatórios do ACES, nomeadamente como bons indicadores do estado de saúde dos habitantes de Paços de Ferreira, permite a comparabilidade do concelho num ranking de saúde da sua população.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%)					
	2018	2019	2020	2021	2022
Portugal	10.9	10.8	11.9	12.0	11.9
Tâmega e Sousa	8.8	8.9	10.6	9.1	9.7
Paços de Ferreira	7.2	7.0	9.1	7.5	8.3

Tabela 22 - Taxa bruta de mortalidade (%); Fonte: INE 2024

No caso da taxa bruta de mortalidade, na tabela anterior, verificamos que Paços de Ferreira apresentou uma taxa de mortalidade mais baixa do que a média nacional e regional ao longo dos anos.

A taxa subiu de 7.2% em 2018 para 9.1% em 2020, e teve uma variação nos anos subsequentes, caindo para 7.5% em 2021 e subindo novamente para 8.3% em 2022.

INDICADORES DE SAÚDE 2018/2022 (%)				
	Taxa quinzenal de mortalidade infantil (2018/2022)	Taxa quinzenal de mortalidade neonatal (2018/2022)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (2022)	Taxa de mortalidade por tumores malignos (2022)
Portugal	2.7	1.8	3.2	2.7
Tâmega e Sousa	2.3	1.4	2.5	2.2
Paços de Ferreira	4.4	3.1	1.9	1.9

Tabela 23 - Indicadores de saúde 2018/2022 (%); Fonte: INE 2024

Na tabela anterior podemos constatar que a taxa de mortalidade infantil e neonatal em Paços de Ferreira é significativamente mais alta do que a média e da região de Tâmega e Sousa. Já a

taxa de mortalidade pelas doenças com maior prevalência de óbitos (doenças do aparelho circulatório e tumores malignos), é mais baixa do que a média regional e nacional.

Os dados apresentam indicadores gerais positivos relativos à mortalidade, no entanto, os dados infantis e pré-natais, indicam que existe necessidade reavaliar e melhorar os cuidados pré-natais e pediátricos no concelho.

2.2. INDICADORES DE SAÚDE PARA O ACES

O acesso à saúde é aqui analisado na relação de adequação entre os profissionais, os serviços e a comunidade de Paços de Ferreira. O grau de cobertura adequada às necessidades da população é a medida com que se poderá avaliar o acesso à saúde.

Em Paços de Ferreira a prestação de cuidados de saúde primários é feita nos espaços físicos da antiga sede do Centro de Saúde de Paços de Ferreira e na antiga Unidade Funcional de Freamunde. Apresentamos na tabela seguinte as valências existentes.

CENTRO DE SAÚDE DE PAÇOS DE FERREIRA	
<u>Paços de Ferreira</u>	<u>Freamunde</u>
Unidade de Saúde Familiar Citânia (USF)	Unidade de Saúde Familiar Freamunde
Unidade de Saúde Familiar Terras de Ferreira	Unidade de Saúde Familiar Santa Luzia
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Nova Esperança	Unidade e Cuidados na Comunidade (UCC)
Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP)	
Unidade de Saúde Pública (USP)	
Centro de Respostas Integradas (CRI)	
Serviço de Atendimento em Situações Urgentes (SASU)	
Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)	
Gabinete do Cidadão	

Tabela 24 - Centro de Saúde de Paços de Ferreira; Fonte: Fonte: RNU 11/2024

MÉDICO POR 1000 HABITANTES (Nº)		
	2013	2023
Portugal	4.3	5.8
Tâmega e Sousa	1.2	2.5
Paços de Ferreira	1.4	2.8

Tabela 25 - Médico por 1000 habitantes (nº); Fonte: INE 2024

A análise da tabela anterior revela um aumento significativo no número de médicos por 1.000 habitantes ao longo da década, o que é um indicador positivo da melhoria dos serviços de saúde. Apesar do crescimento, ainda existem disparidades entre as diferentes regiões, com Tâmega e Sousa e Paços de Ferreira a apresentar números inferiores à média nacional. No entanto, as taxas de crescimento percentual nestas áreas são muito superiores, sugerindo esforços significativos para melhorar o acesso à saúde.

Relativamente ao acesso a medicamentos, Paços de Ferreira e a região de Tâmega e Sousa apresentaram 0,2 farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes, o que significa uma farmácia ou posto para cada 5.000 habitantes. Este valor está abaixo da média nacional, indicando uma menor disponibilidade desses serviços na região.

FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR 1000 HABITANTES (Nº)	
2023	
Portugal	0.3
Tâmega e Sousa	0.2
Paços de Ferreira	0.2

Tabela 26 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (nº); Fonte: INE 2024

A menor proporção de farmácias e postos farmacêuticos móveis no Tâmega e Sousa e Paços de Ferreira em comparação com a média nacional sugere a necessidade de melhorar o acesso a serviços farmacêuticos nestas regiões.

Analisando o valor dos utentes inscritos nas diferentes unidades funcionais dos Centros de Saúde do concelho – Paços de Ferreira e Freamunde -, verificamos que é na unidade funcional USF Freamunde que este número é mais elevado (15 093), seguido da unidade funcional USF Citânia (14 753).

CENTRO DE SAÚDE	UNIDADE FUNCIONAL	TOTAL
Centro de Saúde de Paços de Ferreira	USF Terras de Ferreira	14 667
Centro de Saúde de Paços de Ferreira	USF Citânia	14 753
Centro de Saúde de Freamunde	USF Freamunde	15 093
Centro de Saúde de Freamunde	USF Santa Luzia	13 048
Centro de Saúde / Concelho de Paços de Ferreira	Total	57 551

Tabela 27 - Uteses inscritos (nº) com e sem médico de família em 2024; Fonte: RNU 11/2024

No concelho de Paços de Ferreira, em novembro de 2024, estavam inscritos um total de 57 551 utentes nos centros de saúde. Deste número apenas 2 utente não tem médico de família por opção.

2.3. SAÚDE ORAL

Promover a saúde oral é um investimento na saúde geral e no bem-estar das pessoas. Uma boa higiene oral, para além de prevenir doenças que podem ter implicações mais amplas na saúde geral (como doenças cardíacas e diabetes), é uma componente essencial do bem-estar geral e da qualidade de vida. Problemas dentários podem afetar a capacidade de comer, falar e socializar. A promoção da saúde oral não só beneficia a saúde individual, mas também tem repercussões positivas nas interações sociais, educação, mercado de trabalho e qualidade de vida. Programas de saúde oral aumentam a conscientização e educam a população sobre a importância dos cuidados dentários, promovendo práticas preventivas.

2.4. AUTISMO

Autismo, ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta a forma como uma pessoa percebe o mundo e interage com outras pessoas. No ambiente escolar, o autismo pode ser manifestado de várias formas, e é importante que as escolas estejam preparadas para fornecer o suporte necessário para os estudantes com TEA.

Na tabela seguinte podemos verificar dados sobre o número de estudantes diagnosticados com autismo e aqueles que estão em fase de diagnóstico em diferentes agrupamentos escolares (AE) de Paços de Ferreira, no presente ano letivo (2024/2025). Este enquadramento visa fornecer um contexto para interpretar os números e refletir sobre as implicações.

AUTISMO ANO LETIVO 2024/25		
	Diagnosticado	Em fase de diagnóstico
AE Eiriz	13	3
AE Freamunde	13	1
AE Paços de Ferreira	15	17
AE Frazão	11	5
ESPF	6	0
Total	45	26

Tabela 28 - Autismo ano letivo 2024/25; Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Os dados podem servir como base para desenvolver políticas educacionais mais inclusivas e para alocar recursos de forma mais equitativa entre os diferentes agrupamentos escolares.

Esta análise destaca a importância de um suporte adequado e equitativo para estudantes com autismo. A identificação precoce e o diagnóstico são cruciais para fornecer os recursos necessários para que esses estudantes possam prosperar academicamente e socialmente. É vital que as escolas e as autoridades educativas continuem a trabalhar juntas para melhorar as práticas de inclusão e apoio.

2.5. SAÚDE MENTAL

A Saúde Mental é uma componente integral e essencial da saúde de cada indivíduo. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental não é apenas a simples ausência de perturbação mental ou deficiência, mas sim um estado de bem-estar físico, mental e social que possibilite a cada indivíduo lidar com os desafios normais da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a sua comunidade, realizando assim o seu próprio potencial.

Promover a literacia em saúde e bem-estar psicológico quer nos jovens, quer na pessoa idosa no Concelho de Paços de Ferreira, tem vindo a ser uma preocupação, dado que a Literacia em Saúde é a capacidade de compreender e aplicar informações sobre saúde, envolvendo

conhecimento, motivação e as competências necessárias para que as pessoas possam aceder, compreender, avaliar e aplicar informações relacionadas à saúde.

2.6. CONSUMOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

O abuso crónico de álcool em Paços de Ferreira atinge sobretudo homens, conforme podemos constatar na tabela abaixo.

UTENTES EM TRATAMENTO(Nº) COM PROBLEMAS RELACIONADOS COM ABUSO DE ÁLCOOL			
2022			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Portugal	11 120	2 707	13 827
Tâmega e Sousa	549	135	684
Paços de Ferreira	122	26	148

Tabela 29 - Utentes em tratamento (Nº) com problemas relacionados com abuso de álcool; Fonte: Relatório anual 2022 – A situação do país em matéria de Álcool. SICAD

Em termos de proporção com a população geral, podemos concluir que cerca de 0,27% da população de Paços de Ferreira estava em tratamento devido ao consumo excessivo de álcool em 2022, 0,13% em Portugal e 0,17% na região do Tâmega e Sousa. Paços de Ferreira destaca-se do cenário nacional e regional, com uma percentagem muito superior comparativamente a estas regiões.

No que diz respeito ao consumo de drogas, verifica-se na tabela seguinte que, no ano de 2022, Paços de Ferreira tinha 161 pessoas em tratamento para dependências de drogas, sendo que na sua esmagadora maioria homens, a par do cenário nacional e regional.

UTENTES EM TRATAMENTO(Nº) COM PROBLEMAS RELACIONADOS COM USO DE DROGAS			
2022			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Portugal	20 329	3 847	24 176
Tâmega e Sousa	579	44	623
Paços de Ferreira	150	11	161

Tabela 30 - Utentes em tratamento (Nº) com problemas relacionados com uso de drogas; Fonte: Relatório anual 2022 – A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências. SICAD

Em termos de proporção em relação ao número de habitantes por região, verificamos que Paços de Ferreira se destaca, com aproximadamente 0,29% da população em tratamento, comparativamente com 0,23% a nível nacional e 0,15% na região do Tâmega e Sousa.

Paços de Ferreira tem o Centro e Respostas Integradas (CRI – Porto Oriental) e outros serviços, no âmbito da intervenção com munícipes expostos a problemáticas de toxicodependência. Este serviço faz acompanhamento da evolução dos tratamentos destes munícipes nas Comunidades Terapêuticas e articulação com os diversos serviços envolvidos com vista a reintegração destes indivíduos na comunidade. Analisando os dados do CRI relativos aos utentes com residência no concelho de Paços de Ferreira, no ano de 2023 acompanhavam um total de 634 utentes, 96 dos quais com início nesse próprio ano.

GÉNERO E TIPO DE INSCRIÇÃO			
Substância Principal	Feminino	Masculino	Total
Consumo de outras substâncias psicoativas	14	142	156
Problemas ligados ao álcool	28	109	137
Outras tipologias de inscrição	10	8	18
Total	52	259	311

Tabela 31 - Género e tipo de inscrição; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

Observa-se que há uma predominância significativa de indivíduos do sexo masculino (142) em relação ao sexo feminino (14) no consumo de outras substâncias psicoativas. Os homens representam cerca de 91% dos casos nesse tipo de inscrição. Nos problemas ligados ao álcool, novamente, os homens (109 casos) superam as mulheres (28 casos). Aqui, os homens representam aproximadamente 80% dos casos.

Género e escalões etários			
Escalões etários	Feminino	Masculino	Total
20-24		10	10
30-34	4	13	17
35-39	5	30	35
40-44	13	41	54
45-49	6	53	59
50-54	7	42	49
55-59	7	29	36
60-64	4	11	15
15-19	6	30	36
25-29			
>=65			
Total	52	259	311

Tabela 32 - Género e escalões etários; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

Da análise da tabela supra, constata-se que existe uma distribuição desigual entre géneros. Em todos os escalões etários, a quantidade de indivíduos do sexo masculino é significativamente maior que a do sexo feminino. No total, os homens representam cerca de 83% (259 de 311) dos casos, enquanto as mulheres representam apenas cerca de 17% (52 de 311).

O escalão etário de 45-49 anos apresenta o maior número de casos, com um total de 59, sendo 6 mulheres e 53 homens. O escalão etário de 40-44 anos também tem uma alta representação, com 54 casos (13 mulheres e 41 homens).

Os escalões etários de 20-24 e 60-64 anos têm a menor representação, com 10 e 15 casos, respetivamente. É importante notar que não há registos no escalão etário de 25-29 anos e maiores de 65 anos.

A diferença de género é mais pronunciada nos escalões etários de 45-49 anos e 35-39 anos, onde há uma grande disparidade entre o número de homens e mulheres. A distribuição é mais equilibrada no escalão etário de 60-64 anos, onde há 4 mulheres e 11 homens.

Nacionalidade	
Bulgária	4
Brasil	
Portugal	307
Total	311

Tabela 33 – Nacionalidade; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

Em relação à nacionalidade, apenas 4 de um total de 311 é de nacionalidade estrangeira.

Tipo de alojamento	
Desconhecido	15
Familiar clássico	278
Familiar não clássico	4
Centro de abrigo	14
Hotéis, pensões e similares	
Outras situações	
Outro alojamento coletivo de convivência	
Rua	
Serviço de Saúde	311
Total Geral	

Tabela 34 – Tipo de alojamento; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

Relativamente ao tipo de alojamento, o Familiar Clássico predomina, com 89,4%. No que diz respeito ao estado civil, a maioria dos utentes acompanhados são solteiros, conforme se pode constatar na tabela abaixo:

Estado civil	
Casado/Junto	135
Separado/Divorciado	65
Solteiro	104
Viúvo	6
Desconhecido	1
Total	311

Tabela 35 – Estado Civil; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

A maior parte da população (135 pessoas) está casada ou vive em união de facto. Isto representa aproximadamente 43% do total, indicando uma predominância de pessoas em relações estáveis. Um número significativo de indivíduos, 65 pessoas, são separados ou divorciados, o que equivale a cerca de 21% da população. Este dado sugere a existência de uma parcela substancial da população que já passou por uma separação formal. Os solteiros representam 104 pessoas, ou aproximadamente 33% do total. Este número mostra uma considerável proporção de indivíduos que ainda não se casaram ou não vivem em união de facto. Apenas 6 pessoas são viúvas, o que corresponde a cerca de 2% da população. Este grupo é o menor entre as categorias de estado civil, refletindo a menor incidência de viuvez.

Fonte de Rendimento	
A cargo de familiares	32
Desconhecida	24
Outra	5
Rendimento do trabalho	162
Reforma	30
Subs. Temporários – Outros	11
Subs. Temporários – RSI	31
Trabalho Ocasional	10
A cargo de uma instituição	6
Atividades ilícitas	
Arrumar carros	
Prostituição	
Total	311

Tabela 36 – Fonte de Rendimento; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

A análise da fonte de rendimento dos utentes acompanhados, demonstra que existe uma predominância do rendimento do trabalho, sendo que a maioria dos utentes (52,1%) depende do rendimento do trabalho, indicando integração no mercado de trabalho formal.

Uma parte significativa dos utentes depende de subsídios temporários (10% RSI e 3,5% outros) e de familiares (10,3%), refletindo vulnerabilidade econômica. 9,6% dos utentes são aposentados, destacando a importância de suporte para idosos.

Situação profissional	
Desocupado há menos de um ano	24
Desocupado há um ano ou mais	92
Estudante/ Formação Profissional	6
Outra situação	7
Reformado/Pensão Social por idade	12
Reformado/Pensão Social por invalidez	15
Trabalho estável/regular	139
Trabalho ocasional	11
Doméstica	5
Desconhecido	
Total Geral	311

Tabela 37 – Situação Profissional; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

Os dados relativos à situação profissional revelam uma situação diversificada. Enquanto 139 utentes têm emprego estável, 103 estão desempregadas, com 92 deles desocupados há um ano ou mais. Estes dados destacam a importância de iniciativas de requalificação e apoio ao emprego para melhorar a situação económica geral.

Habilitações literárias	
1º Ciclo do Ensino Básico	106
2º Ciclo do Ensino Básico	119
3º Ciclo do Ensino Básico	38
Desconhecido	7
Ensino Secundário	28
Sem escolaridade	5
Sem escolaridade, mas sabe ler e escrever	8
Frequência Universitária	
Grau Universitário	
Total Geral	311

Tabela 38 – Habilitações Literárias; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

A maioria da população tem o ensino básico completo ou incompleto, com o 2º Ciclo do Ensino Básico representando a maior parte (119 pessoas), seguido pelo 1º Ciclo do Ensino Básico (106 pessoas). O 3º Ciclo do Ensino Básico tem uma queda significativa, com apenas 38 pessoas. Apenas 28 pessoas concluíram o ensino secundário, indicando uma taxa relativamente baixa de continuação após o ensino básico. Não existem indivíduos com frequência universitária ou grau universitário. Há uma pequena percentagem de pessoas sem escolaridade (5) e algumas que, embora sem escolaridade formal, sabem ler e escrever (8).

Esses dados revelam um cenário em que a maior parte da população possui níveis básicos de educação, com uma minoria alcançando o ensino secundário e nenhuma frequência ou conclusão de ensino superior.

Substância principal	
Álcool - Abuso	46
Álcool - Cons. de risco	16
Álcool - Dependência	56
Álcool - Uso moderado	18
Cannabis	13
Cocaína	13
Heroína	112
Tabaco	17
Heroína e Cocaína (Speedball, Rebolau)	
Jogo	
Metadona	
Opiáceos - Outros	
Opiáceos (Não específico)	
Cannabis - Outros	
Crack/Base de coca	
Outras Substâncias	
Sem Droga Principal	
Sem Informação	20
Total	311

Tabela 39 – Substância principal; Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Oriental 2023

O álcool é a substância mais prevalente, com um total de 136 pessoas afetadas de alguma forma. A dependência de álcool é a mais comum, seguida pelo abuso. A heroína é a droga ilícita mais prevalente, com um número significativamente maior de usuários em comparação com cannabis e cocaína. O uso de tabaco é relativamente baixo em comparação com outras substâncias. Há um número considerável de pessoas para as quais não há informação disponível sobre a substância principal.

2.7. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A análise dos indicadores de saúde de Paços de Ferreira fornece uma base para desenvolver orientações estratégicas que possam ser implementadas para enfrentar os desafios identificados.

De facto, não tendo sido possível aceder a dados específicos no domínio da saúde mental que permitissem uma caracterização detalhada no domínio, e sendo a saúde mental condição importantíssima, pelo elevado impacto que a doença mental tem, não só no bem-estar dos indivíduos, mas também nos domínios do trabalho (em termos de absentismo e produtividade) e familiar (pela sobrecarga que representa a diversos níveis para as famílias), seria fundamental uma caracterização minuciosa e exaustiva nesse domínio ao nível concelhio, para poderem ser implementadas estratégias eficazes de promoção/restabelecimento da saúde mental. Estas poderão passar pela implementação de programas de literacia em saúde mental nas escolas e comunidades para jovens e idosos, aumentando a compreensão e capacidade de lidar com problemas de saúde mental. Levar a inteligência artificial (IA) aos idosos, melhorando a sua saúde mental e funcional através de terapias físico-cognitivas virtuais imersivas supervisionadas. Esta abordagem inovadora visa enfrentar os desafios da fraca literacia digital nos idosos e proporcionar-lhes acesso a cuidados de saúde de forma moderna e eficiente.

O Autismo, ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta a forma como uma pessoa percebe o mundo e interage com os outros. Os dados sobre o número de estudantes diagnosticados com autismo e aqueles em fase de diagnóstico nas escolas de

Paços de Ferreira para o ano letivo de 2024/2025 fornecem um contexto valioso para desenvolver políticas educacionais mais inclusivas.

Os problemas relacionados ao abuso de álcool e dependência de drogas são prevalentes em Paços de Ferreira. Deveria apostar-se fortemente na implementação de estratégias preventivas, de formação, sensibilização e mudança de atitudes, ao nível dos estilos de vida saudáveis. Fortalecer os programas de reabilitação para dependentes de álcool e drogas, com uma abordagem integrada que inclua suporte psicológico e social; implementar programas de intervenção precoce para identificar e apoiar indivíduos em risco de desenvolver dependências; desenvolver iniciativas de requalificação profissional e apoio ao emprego para dependentes em recuperação, facilitando a reintegração no mercado de trabalho e incentivar programas comunitários que promovam a integração social, fortalecendo redes de apoio e reduzindo o estigma associado às dependências poderão ser potenciais orientações estratégicas para enfrentar os desafios identificados.

Também seria essencial continuar a apostar e reforçar o investimento em serviços de saúde continuados, serviços de proximidade e/ou apoio domiciliário, principalmente para determinados segmentos populacionais especialmente vulneráveis, como a população sénior ou as pessoas com deficiência e incapacidade, até porque o envelhecimento populacional e o aumento da esperança de vida da população, implicam mais necessidades a este nível.

Ao nível institucional e de prestação de serviços no domínio da saúde, e seguindo as recomendações do Plano Nacional de Saúde, seria importante desenvolver um plano de comunicação interinstitucional e implementar um sistema de informação e monitorização. Igualmente importante seria o reforço do investimento na formação dos recursos humanos, na humanização do atendimento em saúde e na capacitação institucional das organizações com áreas de atuação no domínio.

No mesmo sentido, revela-se fulcral apostar na articulação entre os diferentes agentes envolvidos no domínio da saúde, fomentando a sinergia entre os organismos/instituições aos diferentes níveis (estatal, local, comunitário), mobilizar e envolver os principais agentes e promover a articulação de recursos (humanos e materiais), contribuindo, dessa forma, para o incremento da eficácia das intervenções e das respostas.

Em suma, a implementação dessas orientações estratégicas pode contribuir significativamente para a melhoria da saúde mental, combate às dependências e acesso a serviços de saúde em Paços de Ferreira. Ao focar na educação, reabilitação, acesso a serviços e promoção de estilos de vida saudáveis, a comunidade pode criar um ambiente mais saudável e de apoio para todos os seus habitantes. A continuidade dos esforços e a colaboração entre diversas entidades são essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO



A dinâmica escolar no concelho permite identificar movimentos demográficos e populacionais que determinam o contexto social do concelho. A uma dinâmica escolar expansiva podemos associar a vitalidade social do concelho com mais crianças e jovens nas escolas, com melhores resultados ou mais apoiados socialmente. Ao contrário, a regressão da rede e da respetiva utilização e ocupação permite-nos antever problemáticas emergentes associadas à resiliência e sustentabilidade social do concelho.

3.1. PERFIL DAS DINÂMICAS ESCOLARES

Os alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino esclarecem o fluxo escolar, positivo ou negativo do concelho.

De acordo com a tabela seguinte podemos verificar que o total de alunos no concelho de Paços de Ferreira, oscilou negativamente. Os dados referentes ao ano letivo de 2013/2014 apontam um valor (10.166 alunos) matriculados em todos os níveis de ensino, valor que em 2022/23 é mais reduzido (9.204). Este decréscimo está em linha com o envelhecimento da população do concelho, dado já identificado no ponto inicial. A inversão da pirâmide etária tem aqui uma clara consequência.

ALUNOS MATRICULADOS NOS ENSINOS PRÉ ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO: TOTAL E POR NÍVEL DE ENSINO						
	Total		Educação Pré-escolar		Ensino Básico - 1º ciclo	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	1 708 083	1 605 438	265 414	265 025	424 284	388 316
Tâmega e Sousa	73 442	61 451	11 034	9 861	18 447	13 695
Paços de Ferreira	10 166	9 204	1179	1062	2503	1829
	Ensino Básico - 2º ciclo		Ensino Básico - 3º ciclo		Ensino Secundário	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	249 754	210 345	383 421	346 788	385 210	394 964
Tâmega e Sousa	11 247	7 690	18 241	14 025	14 473	16 180
Paços de Ferreira	1534	1140	2443	1980	1773	2245

Tabela 40 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: Total e por nível de ensino; Fonte: DGEEC 2024

As matrículas dos níveis de ensino pré-escolar e básico diminuíram, com exceção do ensino secundário, onde se verificou um aumento.

Relativamente às modalidades de ensino, no ensino básico, Paços de Ferreira também apresentou uma redução no número total de alunos matriculados, de 6.782 em 2013/2014 para 5.507 em 2022/2023, uma redução de aproximadamente 18,8%.

As matrículas em cursos orientados para jovens diminuíram, enquanto as matrículas em cursos orientados para adultos aumentaram quase duas vezes.

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO – TOTAL E MODALIDADE DE ENSINO						
	Total		Cursos orientados para jovens		Cursos orientados para adultos	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	1 057 459	945 449	1 044 122	922 511	17 337	22 938
Tâmega e Sousa	47 935	35 410	47 541	33 929	394	1481
Paços de Ferreira	6782	5507	6601	5165	181	342

Tabela 41 - Alunos matriculados no ensino básico – total e modalidade de ensino; Fonte: DGEEC 2024

Apesar da tendência de diminuição nas matrículas no ensino básico, o ensino secundário teve um aumento geral nas matrículas, especialmente nas modalidades orientadas para adultos.

Relativamente ao ensino secundário, Paços de Ferreira também apresentou um aumento no número total de alunos matriculados, de 1.773 em 2013/2014 para 2.245 em 2022/2023, um aumento de aproximadamente 26,6%.

As matrículas em cursos orientados para jovens aumentaram ligeiramente, enquanto as matrículas em cursos orientados para adultos aumentaram significativamente.

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO – TOTAL E MODALIDADE DE ENSINO						
	Total		Cursos orientados para jovens		Cursos orientados para adultos	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	385 210	394 964	363 245	344 797	21 965	50 167
Tâmega e Sousa	14 473	16 180	14 095	13 654	378	2526
Paços de Ferreira	1773	2245	1694	1885	79	360

Tabela 42 - Alunos matriculados no ensino secundário – total e modalidade de ensino; Fonte: DGEEC 2024

O aumento significativo nas matrículas em cursos orientados para adultos pode refletir uma maior valorização da educação contínua e a necessidade de requalificação profissional.

Relativamente ao subsistema de ensino, podemos verificar na tabela abaixo que as matrículas no ensino público diminuíram, enquanto as matrículas no ensino privado aumentaram quase duas vezes em Paços de Ferreira, sendo que em maior proporção relativamente ao país e à região.

ALUNOS MATRICULADOS— TOTAL E POR SUBSISTEMA DE ENSINO						
	Total		Público		Privado	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	1 708 083	1 605 438	1 376 153	1 264 216	331 930	341 222
Tâmega e Sousa	73 442	61 451	65 869	52 011	7573	9440
Paços de Ferreira	10 166	9 204	9278	7593	888	1611

Tabela 43 - Alunos matriculados— total e por subsistema de ensino; Fonte: DGEEC 2024

O declínio nas matrículas no ensino público pode ser atribuído a fatores demográficos, como a diminuição da taxa de natalidade, migração e possíveis preferências por ensino privado. O aumento nas matrículas no ensino privado pode refletir uma maior valorização da educação privada ou a procura por alternativas de ensino.

A análise da retenção e desistência nos diferentes ciclos de ensino permite-nos enquadrar a realidade do sucesso ou insucesso escolar num quadro mais amplo que o universo escolar em

si. O insucesso escolar é multifatorial e as condições sociais dos alunos têm um peso altamente relevante sobretudo nos primeiros ciclos.

Podemos estabelecer correlações entre os níveis de insucesso escolar e as flutuações do emprego/desemprego, crise económica e social, e outras variáveis como a população escolar em si e a respetiva nacionalidade.

É um facto bem conhecido da investigação e sobretudo de quem está na primeira linha com os alunos que as variações do ambiente sociofamiliar se repercutem diretamente nos níveis de sucesso escolar, sem ser a causa única do fenómeno do insucesso.

De acordo com as tabelas seguintes verificamos que a taxa de retenção diminuiu significativamente ao longo da última década, em todos os ciclos de ensino.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 1º CICLO										
	Total		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano	
	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023
Portugal	5	1.9	0.4	0	10.4	3.8	5.2	1.6	3.6	2.2
Tâmega e Sousa	4.2	0.8	0	0	9.1	1.8	3.8	0.4	3.3	0.8
Paços de Ferreira	4.3	0.8	0	0	10.2	1.4	3.8	1	2.1	0.7

Tabela 44 -Taxa de retenção e desistência 1º ciclo; Fonte: DGEEC 2024

É possível perceber que existe uma tendência geral de redução das taxas de retenção e desistência no 1º ciclo ao longo dos anos, tanto a nível nacional como regional. Esta diminuição é especialmente acentuada nas taxas do 2º ano e reflete esforços bem-sucedidos em promover a continuidade e sucesso escolar.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 2º CICLO						
	Total		5º ano		6º ano	
	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023	2013/2014	2022/2023
Portugal	11.4	3.6	11	3.4	11.8	3.9
Tâmega e Sousa	9.6	1	8.8	0.8	10.4	1.2
Paços de Ferreira	11.7	2.4	10.5	1.5	12.9	3.1

Tabela 45 -Taxa de retenção e desistência 2º ciclo; Fonte: DGEEC 2024

Os valores mostram uma melhoria significativa nas taxas de retenção e desistência tanto no 5º quanto nos 6º anos entre 2013/2014 e 2022/2023. Esta tendência de redução reflete possivelmente os esforços implementados para melhorar o sucesso escolar e diminuir a desistência entre os alunos do 2º ciclo. É notável a redução acentuada das taxas ao longo desse período, indicando um avanço positivo na educação.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA 3º CICLO								
	Total		7º ano		8º ano		9º ano	
	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023
Portugal	15.1	6.2	17	6.4	13.3	5.5	15.1	6.6
Tâmega e Sousa	13.7	2.4	13.7	2	12.4	2.5	15	2.6
Paços de Ferreira	17.1	1.9	17.4	1.9	17	1.8	16.8	2

Tabela 46 -Taxa de retenção e desistência 3º ciclo; Fonte: DGEEC 2024

Os dados mostram uma redução significativa nas taxas de retenção e desistência no 3º ciclo entre 2013/2014 e 2022/2023, tanto a nível nacional quanto regional. Esta tendência de diminuição reflete os esforços bem-sucedidos em melhorar o sucesso escolar e reduzir a desistência escolar. Paços de Ferreira, em particular, apresenta uma das maiores reduções, destacando-se pelo progresso no combate à retenção e desistência.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA ENSINO SECUNDÁRIO								
	Total		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023	2013/ 2014	2022/ 2023
Portugal	18.5	9.8	13	11.2	9.9	4.8	34	13.2
Tâmega e Sousa	13.1	4.8	8.1	5.4	5.7	3.3	27.9	5.9
Paços de Ferreira	15.1	4.8	10.3	7.1	8.6	2.8	29.8	4.4

Tabela 47 - Taxa de retenção e desistência ensino secundário; Fonte: DGEEC 2024

Dos indicadores apresentados podemos afirmar que se verifica uma melhoria significativa nas taxas de retenção e desistência no ensino secundário entre 2013/2014 e 2022/2023, tanto a nível nacional como regional. Esta tendência de diminuição é particularmente notável no 12.º ano, sugerindo um aumento do sucesso escolar e uma maior capacidade de retenção dos alunos até à conclusão do ensino secundário. Em Paços de Ferreira, a redução acentuada das taxas de retenção e desistência reflete os esforços eficazes para melhorar a retenção escolar e o sucesso educativo dos alunos.

3.2. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre 2013/2014 e 2022/2023, o número total de alunos matriculados em todos os níveis de ensino em Paços de Ferreira diminuiu de 10.166 para 9.204. Este decréscimo está fortemente relacionado ao envelhecimento da população local, o que influenciou diretamente a redução das matrículas nos níveis de ensino pré-escolar e básico. Contudo, apesar dessa tendência de diminuição nas matrículas do ensino básico, observou-se um aumento significativo no ensino secundário e nos cursos voltados para adultos. Essa mudança reflete uma adaptação às necessidades da população e uma crescente valorização da educação contínua, que é essencial para enfrentar os desafios decorrentes do envelhecimento populacional.

O panorama educacional de Paços de Ferreira também apresenta uma melhoria significativa nas taxas de retenção e desistência em todos os ciclos de ensino. Esses avanços são evidentes nas taxas reduzidas de retenção e desistência no 1º, 2º e 3º ciclos, bem como no ensino secundário. Em particular, no 12º ano, a diminuição destas taxas sugere um aumento do sucesso escolar e uma maior capacidade de retenção dos alunos até à conclusão do ensino secundário.

Esses resultados refletem os esforços eficazes do município em criar um ambiente educacional mais inclusivo e de suporte, promovendo a continuidade escolar e o sucesso educativo. As políticas e iniciativas implementadas têm demonstrado impactos positivos significativos, destacando-se pelo progresso no combate ao insucesso e abandono escolar. No geral, Paços de Ferreira tem mostrado um avanço notável na educação, adaptando-se às novas necessidades e desafios demográficos e garantindo que mais alunos completem os seus estudos com sucesso.

Para continuar esse progresso, o município pode adotar estratégias como reforçar a educação básica e pré-escolar, promover a educação contínua, valorizar o ensino profissional, investir em inovação e tecnologia na educação, fornecer suporte e inclusão escolar, envolver a comunidade, estabelecer parcerias e colaborações e apoiar o empreendedorismo juvenil. Além disso, é importante monitorar e avaliar constantemente as iniciativas implementadas. Essas orientações estratégicas visam assegurar que Paços de Ferreira continue a evoluir e a oferecer uma educação de qualidade que promova o sucesso escolar e profissional dos seus alunos.

CAPÍTULO IV

INCLUSÃO SOCIAL



4.1 PESSOAS SÉNIORES

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) “O envelhecimento demográfico traduz alterações na distribuição etária de uma população expressando uma maior proporção de população em idades mais avançadas. Esta dinâmica é consequência dos processos de declínio da natalidade e de aumento da longevidade e é entendida internacionalmente como uma das mais importantes tendências demográficas do século XXI.”¹ (p.1)

Segundo o World Population Ageing 2013², citado pelo INE “o envelhecimento da população está a progredir rapidamente em muitos dos países pioneiros no processo de transição demográfica - processo pelo qual o declínio da mortalidade é seguido por reduções na natalidade. Segundo as Nações Unidas, este processo deverá continuar ao longo das próximas décadas e irá, provavelmente, afetar todo o mundo. (...) Ainda de acordo com os dados divulgados naquele relatório, a proporção mundial de pessoas com 60 e mais anos de idade aumentou de 9,2% em 1990 para 11,7% em 2013, e espera-se que continue a aumentar, podendo atingir 21,1% em 2050. Em valores absolutos, as projeções das Nações Unidas apontam para que o número de pessoas com 60 e mais anos de idade passe para mais do dobro, de 841 milhões de pessoas em 2013 para mais de 2 mil milhões em 2050, e o número de pessoas com 80 e mais anos de idade poderá mais do que triplicar, atingindo os 392 milhões em 2050.”³ (pp.1-2). O aumento da longevidade, consequência da melhoria das condições de vida e dos cuidados de saúde, e que representa um importante e positivo aspeto da evolução das sociedades, associado ao envelhecimento da população, coloca desafios particularmente exigentes à sociedade como um todo.

¹ Publicação do INE “Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia”, acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

² Disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing2013.pdf>

³ Publicação do INE “Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia”, acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

De facto, não importa apenas viver mais anos. É necessário que esse acréscimo, em termos de anos de vida, se faça acompanhar por condições que permitam uma vivência com qualidade, bem-estar e dignidade, tal como preconizado pela Estratégia Nacional Para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025⁴, que decorre do compromisso de Portugal com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia.

4.1.1 RESPOSTAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO SÉNIOR

Centros de Dia

Conceito:

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Objetivos:

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes;
- Contribuir para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento;
- Prestar apoio psicossocial;
- Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;
- Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

- Pessoas que necessitem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, prioritariamente pessoas com 65 e mais anos⁵.

⁴ <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>

⁵ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

No concelho de Paços de Ferreira, existiam, dez Instituições com a valência de Centro de Dia e que são as seguintes:

- Centro Social e Paroquial de Carvalhosa;
- Centro Social e Paroquial de Ferreira;
- Centro Social e Paroquial de Figueiró;
- Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada, polo de Frazão;
- Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada, polo de Arreigada;
- Centro Social e Paroquial de Freamunde;
- Centro Paroquial da Paróquia de Penamaior;
- Centro Social e Paroquial da Raimonda;
- Centro Social e Paroquial de Sanfins de Ferreira;
- Associação Paços 2000, Centro de dia Seroa;

Os **Centros de Dia** existentes têm uma capacidade de acolhimento que varia entre os 15 e os 50 utentes, que perfaz uma capacidade total para 295, com uma taxa de ocupação de 79,3% ainda a alguma distância de estar esgotada.

Estrutura Residencial para Idosos

Conceito:

Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Objetivos:

- Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida;
- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência;
- Proporcionar alojamento temporário, como forma de apoio família;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar;

- Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

Destinatários:

- Pessoas de 65 e mais anos ou de idade inferior em condições excecionais, a considerar caso a caso⁶.

No que concerne às **Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas** o número de vagas existentes no concelho aumentou nos últimos anos, sendo que, atualmente, existem 3 equipamentos deste tipo com capacidade total para 111 idosos, apresentando uma taxa de ocupação de 100% com lista de espera extensa. As ERPI's existentes são:

- Lar de Idosos do Centro Social e Paroquial de Freamunde;
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira;
- Lar André Almeida – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Freamunde;

Centro de Convívio

Conceitos:

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

Objetivos:

- Prevenir a solidão e o isolamento;
- Incentivar a participação e potenciar a inclusão social;
- Fomentar as relações interpessoais e intergeracionais;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.

Destinatários:

⁶ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

- Pessoas residentes numa determinada comunidade, prioritariamente com 65 e mais anos⁷.

Em relação aos **Centros de convívio**, são dez as respostas existentes no Município e que são as seguintes:

- Associação Paços 2000, Centros de Convívio de Eiriz; Modelos e Seroa;
- Centro Social e Paroquial de Carvalhosa;
- Centro Social e Paroquial de Ferreira;
- Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada, polo de Frazão;
- Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada, polo de Arreigada;
- Centro Social e Paroquial de Figueiró;
- Centro Social e Paroquial de Freamunde;
- Centro Social e Paroquial da Raimonda;
- Centro Social e Paroquial de Sanfins de Sanfins;

No total, existe uma capacidade de acolhimento de 375 utentes, com uma taxa de ocupação, ao momento, de 80.8%.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Conceito:

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

⁷ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

Objetivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, contribuindo para o seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e atividades da vida diária;
- Criar condições que permitem preservar e incentivar as relações intrafamiliares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde; contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

- Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência⁸.

Relativamente ao **Serviço de Apoio Domiciliário**, verifica-se que, existem freguesias cujo serviço prestado é insuficiente, quer por incapacidade da instituição quer por falta de reconhecimento e vontade dos utentes em aceitar os diferentes serviços.

Neste momento as Instituições que prestam apoio domiciliário no concelho, são as seguintes:

- Centro Social e Paroquial de Carvalhosa;
- Centro Social e Paroquial de Ferreira;
- Centro Social e Paroquial de Figueiró;
- Centro Social e Paroquial de Frazão Arreigada, polo de Frazão;
- Centro Social e Paroquial de Freamunde;
- Centro Paroquial da Paróquia de Penamaior;
- Centro Social e Paroquial da Raimonda;

⁸ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

- Centro Social e Paroquial de Sanfins de Ferreira;
- Centro de dia Paços 2000 – Seroa;
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira;

Este é um serviço muito solicitado, sobretudo, pelos familiares que, na sua ausência, pretendem que sejam garantidos todos os cuidados básicos necessários aos seus idosos.

A capacidade total das instituições para prestar este serviço é de 243 idosos, sendo a taxa média de ocupação de 80,2%.

O Município de Paços de Ferreira fomenta uma política ativa para a Terceira Idade com vista a promover a sua qualidade de vida, numa perspetiva de inclusão social, valorizando os direitos para a cidadania, e contribuindo, consequentemente, para um envelhecimento ativo segundo as orientações da Organização Mundial de Saúde (2006).

4.2 PESSOAS COM INCAPACIDADE E/OU DEFICIÊNCIA

“A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio da igualdade de todos os cidadãos e reafirma expressamente no seu n.º 1 do artigo 71 que “Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados”. Dando cumprimento a este imperativo constitucional, a Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, que aprovou as bases da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, definiu como grandes objetivos a promoção (1) da igualdade de oportunidades, (2) de oportunidades de educação, trabalho e formação ao longo da vida, (3) do acesso a serviços de apoio e a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação das barreiras e (4) da adoção de medidas que visem a plena participação das pessoas com deficiência (Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006 de 21 de setembro, p. 6955 do Diário da República, 1.ª série — N.º 183 — 21 de setembro de 2006).

O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), adotando a definição da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU⁹ assume que “As pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros”¹⁰.

4.1.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA OU DIFICULDADE

A abordagem sobre Deficiência e Incapacidade adotada nos Censos 2011 e 2021 passou a assumir as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), e nesse sentido, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação). Desta forma, a partir dos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência passou a ser realizada através de dimensões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender), deixando de ser diferenciado o tipo de deficiência, assim como o seu grau.

Analisando os dados disponibilizados neste âmbito, verifica-se um aumento significativo da proporção da população residente no Concelho, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade na última década (15,05% em 2011 e 43,25% em 2021).

⁹ Acessível, na versão em português em <http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf> e na versão original em Inglês em http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf

¹⁰ Da Exclusão à Igualdade: Reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência. Manual para Parlamentares. Instituto Nacional para a Reabilitação (2011). Acessível em: <https://www.agora-parl.org/sites/default/files/manualparlamentares.pdf>

POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR SEXO				
Ano	Total	Homens	Mulheres	Proporção da população (total)
2011	8023	3389	4634	15,05%
2021	23 090	10 263	12 827	43,25%

Tabela 48 - População residente no concelho, com pelo menos uma dificuldade, por sexo; Fonte: INE, CENSOS 2011 e 2021

No ano de 2021, cerca de 23 090 residentes no concelho da Paços de Ferreira referiram ter pelo menos uma das dificuldades acima enumeradas, destacando-se as freguesias de Paços de Ferreira (16.6%) e Freamunde (14,39%) com maior percentagem de residentes com dificuldades.

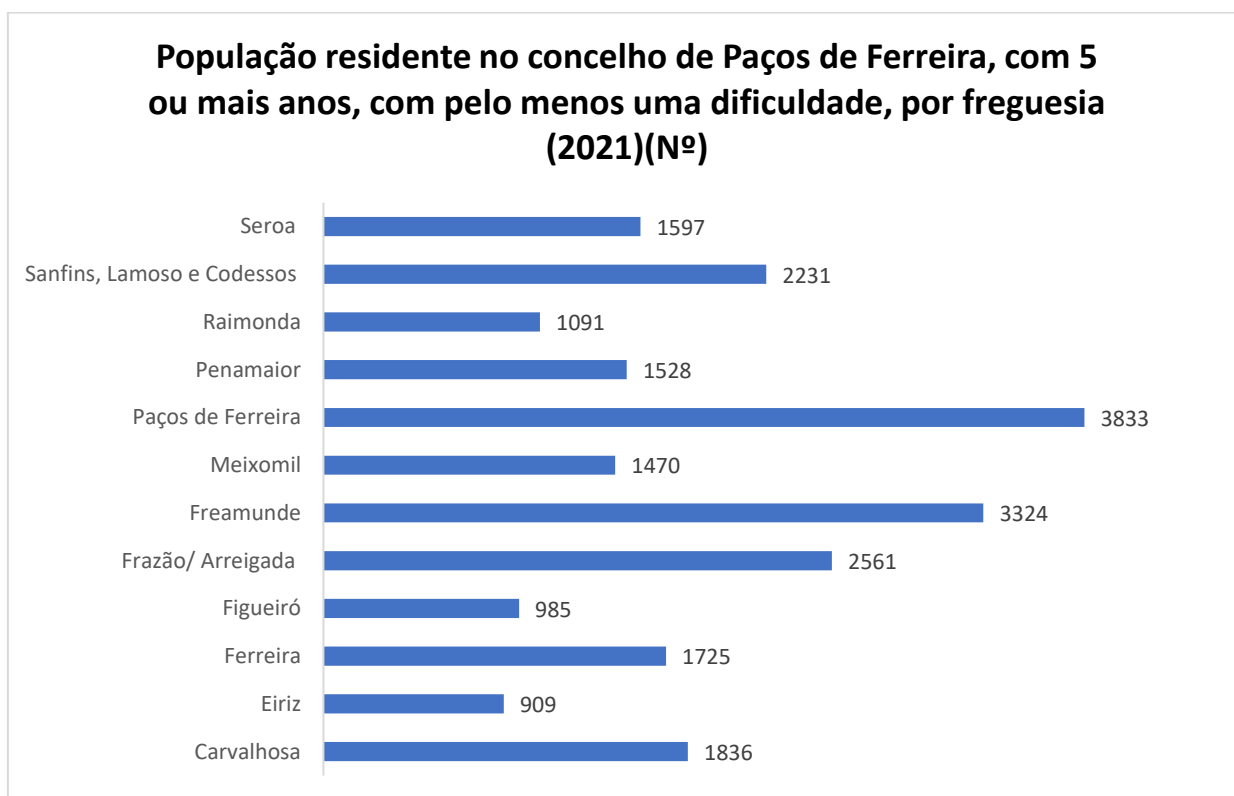


Gráfico 9 - População residente no concelho, com pelo menos uma dificuldade, por sexo; Fonte: INE, CENSOS 2021

Os dados indicam que a prevalência de dificuldades aumenta com a idade, especialmente a partir dos 40 anos. Isso pode refletir a maior incidência de problemas de saúde e limitações físicas à medida que a população envelhece, conforme se verifica no gráfico infra.

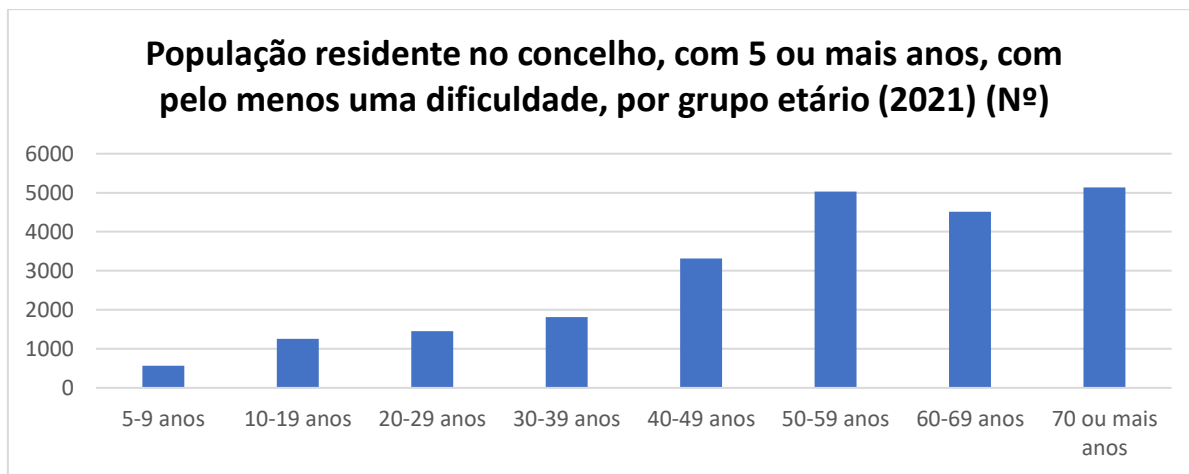


Gráfico 10- População residente no concelho, com pelo menos uma dificuldade, por sexo; Fonte: INE, CENSOS 2021

Identificando os principais tipos de dificuldades sentidas, as dificuldades de visão e memória ou concentração são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de audição.

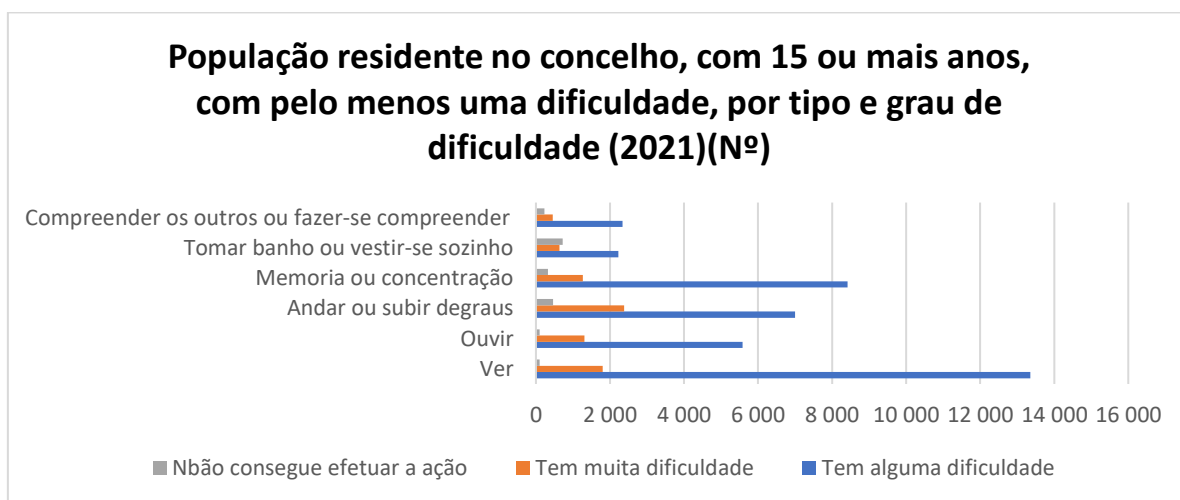


Gráfico 11 - População residente no concelho, com pelo menos uma dificuldade, por sexo; Fonte: INE, CENSOS 2021

No que concerne à principal fonte de rendimento, a maior parte da população com dificuldades depende do rendimento proveniente do trabalho (39.86%) e da reforma/pensão (37.07%). De destacar que as pessoas que se encontravam a cargo da família (10,85%) surgem logo a seguir.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, COM 15 OU MAIS ANOS, COM PELO MENOS UMA DIFICULDADE, POR FONTE DE RENDIMENTO (2021)	
Total	21 933
Trabalho	8742
Reforma/pensão	8129
Subsídio de desemprego	614
Rendimento social de inserção	380
Outro subsídio temporário (doença, maternidade,etc,...)	490
Rendimento da propriedade ou da empresa	127
A cargo da família	2379
Outra situação	1078

Tabela 49 - População residente no concelho, com pelo menos uma dificuldade, por sexo; Fonte: INE, CENSOS 2021

4.1.3 RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nas respostas sociais direcionadas para as crianças e para as/os jovens com deficiência ou incapacidade existe um Equipamentos de Intervenção Precoce, composta por 3 Educadores de Infância; 1 Terapeuta da Fala; 1 Terapeuta Ocupacional; 1 Psicólogo e 1 Assistente Social e 3 Enfermeiras. A ELI de Paços de Ferreira, em 2023, acompanhou 86 crianças/famílias com diferentes problemáticas identificadas (com provável diagnóstico de Autismo) sendo que a sua intervenção passa pela capacitação nos diferentes contextos.

A intervenção precoce refere-se a um conjunto de serviços e apoios destinados a crianças em risco de atraso no desenvolvimento ou com deficiências, geralmente dos zero aos seis anos de idade. Esta abordagem tem como objetivo identificar e tratar precocemente possíveis problemas no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças, aproveitando a fase de maior plasticidade do cérebro.

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), ao integrar um conjunto de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Segurança Social e da Educação, tem continuado a assegurar a missão de garantir às crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com limitações ao nível das funções ou estruturas do corpo, bem como, em risco de atraso no desenvolvimento, o suporte profissional adequado às famílias e crianças, nos seus contextos de vida. Os principais objetivos que norteiam a ação do SNIPI (art.º 4º do DL 281/2009, de 6 de outubro) são:

- Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades;
- Identificar e referenciar todas as crianças que necessitam de Intervenção Precoce;
- Intervir em função das necessidades do contexto familiar de cada criança, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento;
- Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação;
- Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.

Nas respostas sociais para as/os adultas/os com deficiência ou incapacidade no concelho de Paços de Ferreira, existia uma única entidade com resposta de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), com capacidade para 30 utentes. Esta resposta social caracteriza-se por:

Conceito:

Resposta Social, desenvolvimento em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Objetivos:

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de autoestima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interação com a família e com comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;

- Promover o encaminhamento, sempre que possível para programas adequados de integração socioprofissional.

Destinatários:

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cuja capacidade não permitam temporária ou prementemente, o exercício de uma atividade produtiva;
- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos¹¹.

4.3. CUIDADORES INFORMAIS

Cuidadores informais são aqueles que assumem a responsabilidade de cuidar de alguém, como crianças, idosos ou pessoas com deficiência. O Estatuto do Cuidador Informal (Estatuto), aprovado pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, é um conjunto de normas que regula os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio. O Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro, estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto do cuidador informal bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas.

O Decreto Regulamentar nº 1/2022, de 10 de janeiro, especifica as condições e os procedimentos para o reconhecimento formal do estatuto de cuidador informal. Este decreto detalha as medidas de apoio previstas, que podem incluir:

- Apoios financeiros - Subsídios e apoios monetários para aliviar a carga financeira sobre os cuidadores;
- Apoio psicológico e social - Serviços de aconselhamento e suporte emocional para cuidadores;

¹¹ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

- Formação e capacitação - Programas de formação para dotar os cuidadores de conhecimentos e competências necessárias;
- Direitos laborais - Possibilidade de conciliação da atividade de cuidador com a vida profissional, como horários de trabalho flexíveis ou licenças específicas.

Estes mecanismos são essenciais para garantir que os cuidadores informais possam continuar a prestar cuidados de qualidade, sem comprometer o seu próprio bem-estar e qualidade de vida.

Em Portugal, existem atualmente 15.873 cuidadores informais, sendo a maioria deles (84%) do sexo feminino. A média de idade desses cuidadores é de 58 anos, refletindo uma população dedicada que muitas vezes está na fase madura da vida. Estes cuidadores, que desempenham um papel crucial no apoio aos seus entes queridos, recebem uma prestação média mensal de 351,84 euros. Em Paços de Ferreira, de acordo com o ISS, há um total de 126 cuidadores informais, num universo de 129 pessoas cuidadas, que seguem a tendência nacional em termos de distribuição de género e faixa etária. Este grupo dedica-se a garantir o bem-estar das pessoas que necessitam de cuidados, muitas vezes sacrificando o seu próprio tempo e recursos para proporcionar apoio contínuo e de qualidade.

Estes dados sublinham a importância de reconhecer e valorizar o trabalho dos cuidadores informais, oferecendo-lhes o suporte necessário para que possam continuar a desempenhar as suas funções com dignidade e eficácia. Deste modo é pertinente manter e reforçar o apoio prestado pelo Município a esta franja da população de modo a agilizar todas solicitações e atividades propostas.

Um estudo realizado no âmbito de um estágio académico, inserido na licenciatura em Educação Social no ano letivo 2022/2023, denominado de “O Perfil dos Cuidadores do concelho de Paços de Ferreira e as suas Dificuldades – Capacitar para Cuidar”, identificou o perfil dos Cuidadores Informais, do concelho de Paços de Ferreira e as suas dificuldades. Na primeira etapa do estudo, foram identificados os cuidadores de pessoas dependentes, na sua maioria prestadores de cuidados a idosos, de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos. Os critérios de inclusão foram: ser cuidador, residir no concelho de Paços de Ferreira e aceitar participar voluntariamente na investigação. Foram considerados cuidadores os familiares (filhos, mães, esposas, entre outros) que de alguma forma possuíam vínculo com o idoso, caracterizando-se

por ser, acima de tudo, voluntários que se dispõem, sem formação profissional específica, a exercer esta função. Numa segunda etapa aplicaram-se os inquéritos a 50 cuidadores, com o objetivo de traçar o perfil de cuidador (idade, género, estado civil, habilitações literárias, ocupação e grau parentesco) do concelho e identificar as principais dificuldades que surgem no trabalho desenvolvido como prestadores cuidados, de onde resultou a amostra analisada.

A análise dos dados dos cuidadores de idosos dependentes revela importantes informações sobre a demografia e os desafios enfrentados por estes indivíduos.

Verificamos pelo estudo realizado e de acordo com a amostra analisada, que existe predominância de cuidadores com mais de 51 anos, como se pode confirmar na tabela seguinte:

ESCALÃO ETÁRIO	
Faixa Etária dos Cuidadores	Nº de cuidadores
30 a 39 anos	10
40 a 49 anos	18
50 a 59 anos	48
60 a 65 anos	30
>65 anos	20
TOTAL	126

Tabela 50 – Cuidadores Informais – Escalão Etário; Fonte: ISS 2024

Relativamente ao género, os dados indicam uma clara predominância feminina, conforme se pode verificar na tabela abaixo. Este dado reflete a tendência cultural de que as mulheres assumem mais frequentemente o papel de cuidadoras.

GÉNERO (Nº DE CUIDADORES)	
Masculino	12
Feminino	114

Tabela 51 – Cuidadores Informais – Género; Fonte: ISS 2024

No que diz respeito ao estado civil, a maioria dos cuidadores estão em relacionamentos estáveis, o que pode proporcionar um suporte emocional e social crucial na execução de suas funções.

ESTADO CIVIL (%)	
Casados/União de facto	58%
Viúvos	24%
Solteiros	12%
Separados/Divorciados	6%

Tabela 52 – Cuidadores Informais – Estado civil; Fonte: ISS 2024

De acordo com a tabela seguinte, podemos também alcançar o retrato dos elos dos cuidadores com as pessoas cuidadas, que apresenta predominância dos familiares/descendentes diretos como suporte e cuidado.

TIPO DE RELAÇÃO FAMILIAR	Nº PESSOAS CUIDADAS
Pai/Mãe	42
Filho/a	38
Cônjuge	15
Companheiro/a (união de facto)	9
Sogro/a	9
Irmão/irmã	8
Outro/a	8
Total concelho Paços de Ferreira	129

Tabela 53 – Cuidadores Informais – Tipo de relação familiar; Fonte: ISS 2024

De acordo com estudo realizado foi possível concluir que os cuidadores enfrentam diversas dificuldades no exercício de suas funções, nomeadamente:

- Falta de Apoio Familiar: Muitos cuidadores enfrentam a tarefa sem o suporte necessário de outros familiares, o que pode aumentar o nível de stress e sobrecarga.
- Cansaço Físico e Emocional: A responsabilidade contínua e a intensidade dos cuidados prestados resultam em fadiga física e desgaste emocional.
- Falta de Tempo para Si Próprios: Os cuidadores muitas vezes não conseguem dedicar tempo suficiente para suas próprias necessidades pessoais, afetando seu bem-estar.

- **Preocupação Constante:** A preocupação contínua com a saúde e o bem-estar dos idosos cuidados é uma fonte significativa de stress.
- **Problemas de Saúde:** Os cuidadores são suscetíveis a problemas de saúde devido à carga física e emocional do cuidado.
- **Isolamento Social:** A dedicação aos cuidados pode resultar em isolamento social, já que os cuidadores podem ter menos tempo para interações sociais.
- **Nervosismo e Frustração:** Sentimentos de nervosismo e frustração são comuns devido aos desafios diários e à complexidade da tarefa de cuidar.

A conclusão do estudo realizado aponta para uma maior necessidade de melhorar o suporte reconhecimento para os cuidadores, visando melhorar seu bem-estar e a qualidade dos cuidados prestados. Programas de apoio, políticas públicas e intervenções comunitárias são essenciais para aliviar os desafios enfrentados pelos cuidadores, promovendo um ambiente mais saudável e sustentável para todos os envolvidos.

Estes dados sublinham a importância de reconhecer e valorizar o trabalho dos cuidadores informais, oferecendo-lhes o suporte necessário para que possam continuar a desempenhar as suas funções com dignidade e eficácia. Deste modo é pertinente manter e reforçar o apoio prestado pelo Município a esta franja da população de modo a agilizar todas solicitações e atividades propostas.

4.4. IGUALDADE DE GÉNERO

A igualdade de género é um princípio essencial para a criação de uma sociedade justa e equitativa. O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação (V PNI 2014-2017) sublinha que é uma obrigação do Estado promover a igualdade entre homens e mulheres, sendo proibida qualquer discriminação baseada em sexo ou orientação sexual pela Constituição da República Portuguesa.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND 2018-2030) reforça a importância desta igualdade, destacando que é fundamental para um futuro sustentável em Portugal. Prioriza a intervenção no mercado de trabalho, educação, prevenção e combate à violência doméstica e de género, e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. Portugal é signatário de convenções internacionais importantes que sustentam esses compromissos.

As desigualdades de género afetam diretamente as condições de trabalho, os rendimentos, a qualidade de vida, a participação cívica, e a conciliação entre vida familiar e profissional. As mulheres, apesar de integradas no mercado de trabalho, enfrentam desigualdades nas condições de trabalho e na esfera doméstica. Isso resulta em jornadas mais longas, menores rendimentos e menos reconhecimento profissional, perpetuando um ciclo de desigualdades. Os dados demográficos e socioeconómicos apresentados no capítulo deste documento, indica-nos que no concelho de Paços de Ferreira, a par do que acontece a nível nacional e regional, existem diferenças consideráveis entre homens e mulheres, no que respeita ao mercado de trabalho.

Estereótipos de género, que são preconceitos sobre os papéis e comportamentos adequados para homens e mulheres, perpetuam discriminações no mercado de trabalho, nos rendimentos, e na participação cívica e política. As mulheres enfrentam maiores taxas de pobreza, menores salários, maior desemprego e menos proteção social, além de sobrecarga com tarefas domésticas e de cuidado familiar, o que impacta negativamente suas carreiras e aposentadorias.

Mesmo com avanços nas políticas públicas, persistem grandes disparidades, como a baixa representação de mulheres em posições de decisão económica e as diferenças salariais. A igualdade de género não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um motor para o crescimento e inovação. Sociedades que promovem essa igualdade tendem a ser mais competitivas, produtivas e resilientes, aproveitando plenamente o potencial de sua população. Em suma, a igualdade de género é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para garantir que todos os indivíduos possam contribuir igualmente para a sociedade.

4.5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

A APAV define a violência doméstica como “qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheira/o ou ex-companheira/o, namorada/o ou ex-namorada/o, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade” (p.11).¹²

No sentido de prevenir e combater a violência doméstica e de género foram sendo emanadas políticas públicas, nacionais e internacionais, que têm como objetivo global delinear as ações estratégicas a implementar no domínio.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio), que se encontra alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) de 2011 e da qual decorrem três Planos Nacionais de Ação que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais.

Após esta breve introdução ao domínio apresentam-se, de seguida, um conjunto de indicadores, que permitem uma caracterização no domínio da violência doméstica e de género, no concelho de Paços de Ferreira.

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) resulta de um protocolo de colaboração entre o Município de Paços de Ferreira e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e que tem como objetivo apoiar as vítimas de crimes e os familiares. O GAV é responsável por garantir a máxima

¹² Manuel Alcipe: Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência APAV, acessível em https://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf

otimização de recursos disponíveis para obter a melhor resposta para vítima de crime no concelho e tem desenvolvido um trabalho essencial nesta área.

De acordo com o Relatório “Estatísticas APAV Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023” no ano de 2023, o GAV registou um total de 1642 atendimentos a 328 utentes e assinalou um total de 618 crimes e outras formas de violência.

Avaliando o perfil da vítima a maioria das vítimas que buscaram apoio no GAV de Paços de Ferreira era composta por mulheres (256 pessoas, representando 81,5%). No entanto, é importante destacar que uma percentagem significativa de homens, 17,5% (ou 55 indivíduos), também procurou este serviço após serem vítimas de crimes e outras formas de violência conforme podemos constatar no seguinte gráfico:



Gráfico 12 – Sexo da vítima; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

No que diz respeito à faixa etária, a maior parte das vítimas que buscaram apoio no GAV de Paços de Ferreira estava na faixa etária de 25 a 54 anos, representando 55,2% (173 pessoas) do total de atendimentos realizados.

Idade da Vítima	N	%
0-3 anos	3	1
4-5 anos	1	0,3
6-10 anos	12	3,8
11-17 anos	28	8,9
18-24 anos	11	3,5
25-34 anos	57	18,2
35-44 anos	63	20,1
45-54 anos	53	16,9
55-64 anos	37	11,8
65 ou + anos	35	11,1
Não se sabe	14	4,4
Total	314	100

Tabela 54 – Idade da vítima; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

A grande maioria das vítimas apoiadas no GAV de Paços de Ferreira eram de nacionalidade portuguesa, totalizando 276 pessoas, o que corresponde a 87,9% do total de vítimas atendidas.

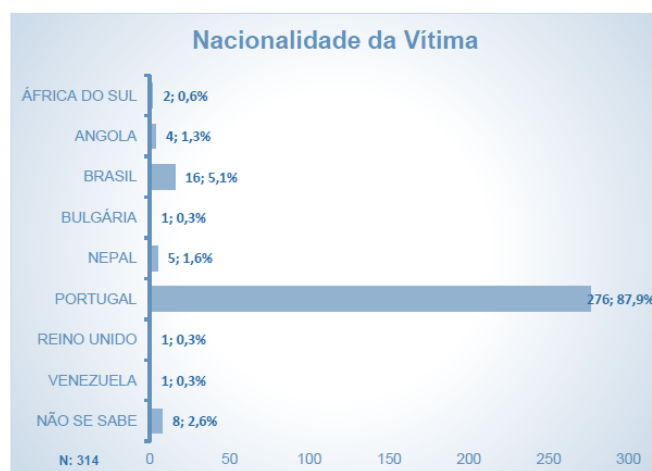


Gráfico 13 – Nacionalidade da vítima; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

A comunidade brasileira foi a nacionalidade estrangeira mais significativa entre as vítimas apoiadas no GAV de Paços de Ferreira, com 16 pessoas representando 5,1% do total.

Município de residência da vítima	N	%
Amarante	5	1,6
Castelo de Paiva	1	0,3
Felgueiras	9	2,9
Lousada	16	5,1
Marco de Canaveses	5	1,6
Matosinhos	2	0,6
Monção	1	0,3
Paços de Ferreira	207	66
Paredes	29	9,2
Penafiel	11	3,5
Porto	1	0,3
Santo Tirso	5	1,6
Trofa	1	0,3
Valongo	4	1,3
Vila Nova de Gaia	1	0,3
Não se sabe	16	5,1
Total	314	100

Tabela 55 – Município de residência da vítima; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

A maioria das vítimas apoiadas residia no próprio município de Paços de Ferreira, totalizando 207 pessoas, o que representa 66% do total de vítimas atendidas.

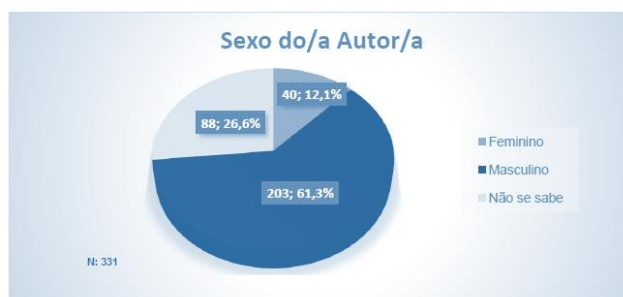


Gráfico 14 – Sexo do autor da agressão; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

A maioria dos autores de crimes e outras formas de violência conhecidos pelo GAV de Paços de Ferreira eram do sexo masculino, representando 61,3% (203 pessoas) do total de autores identificados.

Idade do/a Autor/a	N	%
11-17 anos	4	1,2
18-24 anos	8	2,4
25-34 anos	31	9,4
35-44 anos	34	10,3
45-54 anos	44	13,3
55-64 anos	27	8,2
65 ou + anos	15	4,5
Não se sabe/não se aplica ⁶	168	50,7
Total	331	100

Tabela 56 – Idade do autor da agressão; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

A maioria dos autores de crimes e outras formas de violência conhecidos pelo GAV de Paços de Ferreira em 2023 tinha entre 35 e 54 anos, totalizando 23,6% (78 pessoas) do total de autores.

Relação Autor-Vítima	N	%
Avô/ó	1	0,3
Colega de escola/trabalho	1	0,3
Companheiro/a	29	8,8
Conhecido/a	3	0,9
Cônjuge	67	20,3
Entidade patronal	4	1,2
Ex-companheiro/a	16	4,8
Ex-cônjuge	15	4,5
Ex-namorado/a	16	4,8
Filho/a	29	8,8
Genro/nora	1	0,3
Irmão/ã	5	1,5
Namorado/a	6	1,8
Nenhuma	4	1,2
Padrasto/madrasta	4	1,2
Pai/mãe	22	6,7
Sogro/a	1	0,3
Vizinho/a	3	0,9
Outra relação	7	2,1
Outra relação familiar	13	3,9
Não se sabe	84	25,4
Total	331	100

Tabela 57 – Relação autor-vítima; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

Relativamente à relação entre vítima e autor, Em 2023, no GAV de Paços de Ferreira, 45% dos crimes e outras formas de violência ocorreram em relações de intimidade, incluindo cônjuges, companheiros, ex-companheiros, ex-namorados, ex-cônjuges e namorados. Além disso, houve uma presença significativa de relações familiares de consanguinidade, com 6,7% dos casos envolvendo pais/mães e 8,8% envolvendo filhos/as como autores do crime.



Gráfico 15 – Tipo de vitimação; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

O perfil de vitimação das 314 vítimas apoiadas no GAV de Paços de Ferreira mostra que 45,9% (144 pessoas) sofreram vitimação contínua, ou seja, foram alvos de violência repetida e persistente ao longo do tempo.

Duração da Vitimação	N	%
Entre 1 e 6 meses	14	9,7
Entre 7 meses e 1 ano	20	13,9
Entre 2 e 3 anos	25	17,4
Entre 4 e 5 anos	17	11,8
Entre 6 e 7 anos	9	6,3
Entre 8 e 11 anos	11	7,6
Entre 12 a 20 anos	16	11,1
Entre 21 e 30 anos	15	10,4
Entre 31 e 50 anos	6	4,2
51 ou + anos	1	0,7
Não se sabe	10	6,9
Total	144	100

Tabela 58 – Duração da vitimação; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

Destas 144 vítimas que foram alvo de vitimação continuada, a predominância temporal verificou-se na faixa compreendida entre 7 meses e 3 anos.

Local de Crime e de Outras Formas de Violência ⁷	N	%
Estabelecimento de ensino	2	0,7
Internet e/ou telefone	9	3,4
Local de trabalho	15	5,6
Loja/centro comercial	1	0,4
Lugar/via pública	18	6,7
Residência comum	171	63,9
Residência da vítima	26	9,7
Residência do/a autor/a	19	7,1
Viatura automóvel	2	0,7
Outra residência	3	1,1
Outro local	2	0,7
Total	268	100

Tabela 59 – Local de crime e de outras formas de violência; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

Em 2023, para as vítimas apoiadas pelo GAV de Paços de Ferreira, o local mais comum onde ocorreram os atos de violência foi a residência compartilhada entre vítima e autor, representando 63,9% dos casos.



Gráfico 16 – Queixa/denúncia; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

Relativamente às queixas, 58% (182 pessoas) das vítimas que buscaram apoio no GAV de Paços de Ferreira relataram suas situações de violência às autoridades judiciais ou policiais.

Local de apresentação de queixa/denúncia	N	%
GNR	165	90,7
MP	5	2,7
PJ	3	1,6
PSP	7	3,9
Outro	2	1,1
Total	182	100

Tabela 60 – Local de apresentação da queixa/denúncia; Fonte: Estatísticas APAV -Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023

Em 2023, dentre as 182 vítimas que relataram suas situações de violência às autoridades judiciais ou policiais, 90,7% preferiram registrar a queixa ou denúncia na Guarda Nacional Republicana (GNR)

4.6. CRIANÇAS E JOVENS

A Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos das Crianças 2016-2021 identifica cinco áreas prioritárias para proteger as crianças e os jovens, reconhecendo-os como grupos vulneráveis. Essas áreas são: igualdade de oportunidades, participação ativa, vida livre de violência, justiça adaptada às crianças e direitos no ambiente digital. A Comissão Europeia enfatiza que combater a pobreza infantil é crucial para o futuro da Europa. Em 2017, a UNICEF estimou que 385 milhões de crianças viviam em pobreza extrema, e 689 milhões enfrentavam pobreza multidimensional, afetando educação, saúde e segurança.

O Eurostat revelou que em 2016, 24,8 milhões de crianças na UE estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Em Portugal, essa taxa era superior a 25%, situando-se na média europeia em 2016. A Direção-Geral da Saúde destaca que os maus-tratos a crianças são um problema crescente, refletindo uma maior consciência social e legal sobre a necessidade de proteção infantil. A Constituição da República Portuguesa e a Convenção dos Direitos da Criança atribuem à sociedade e ao Estado a responsabilidade de proteger os jovens.

Em 2004, foram criadas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no concelho do Paços de Ferreira, acompanhadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), para coordenar e avaliar as ações de proteção infantil.

Em resumo, esses dados e medidas refletem a importância da intervenção nas áreas de vulnerabilidade infantil, destacando a necessidade contínua de políticas e ações coordenadas para proteger os direitos e promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens.

4.7.1 RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS

As respostas sociais voltadas para a infância e juventude são essenciais para promover o desenvolvimento pessoal e social, bem como a inclusão e a integração dessas faixas etárias na comunidade. Os tipos de respostas sociais destinadas a esta população existentes no território são seguintes:

Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)

Conceito:

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças, e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de atividades específicas e multiatividades.

Objetivos:

- Criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio;
- Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sociocultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, considerando as características dos grupos e tendo como base maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação socioeducativa e a qualidade de vida das crianças;

Destinatário

- Crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade¹³.

Na tabela seguinte encontra-se as instituições existentes no concelho com esta resposta social:

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	
Equipamento	Capacidade
Centro Social Paroquial de Carvalhosa (polo de Fontão)	75
Centro Social Paroquial de Ferreira	60
Centro Social Paroquial de Frazão/Arreigada (polo de Arreigada)	60
Centro Social Paroquial de Frazão/Arreigada (polo de Frazão)	60
Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	50
Associação Paços 2000 Coquêda (Paços de Ferreira)	25
Associação Paços 2000 Seroa	40

Tabela 61 - Centro de Atividades de Tempos Livres; Fonte: www.cartasocial.pt 11/2024

Creches

Conceitos:

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionando para o apoio às crianças e á família.

Objetivos:

- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;

¹³ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças.
- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;
- Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar

Destinatário:

- Crianças até aos 3 anos de idade¹⁴.

Podemos verificar as respostas publicas existentes no concelho na tabela que se segue.

CRECHE	
Equipamento	Capacidade
Associação Paços 2000 - Creche Dr. José Bastos	39
Centro Social da Paróquia de Penamaior	40
Centro Social Paroquial de Carvalhosa	33
Centro Social Paroquial de Figueiró	39
Centro Social Paroquial de Sanfins	38
Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	34
Centro Infanto-juvenil António Freire Gomes	90
Encosta dos Sonhos	54
Colégio Marca 'água	61
Savantes s-kool, sistema educacional dinâmico, Ida	102

Tabela 62 - Creche; Fonte: www.cartasocial.pt 11/2024

Assiste-se, a nível concelhio, a uma insuficiente resposta social de apoio à criança, nomeadamente na resposta creche, situação já ressaltada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho em sede de reunião de trabalho da rede social, nomeadamente, na reunião do dia 13 de outubro de 2022. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, tem prevista a abertura de 13 creches para janeiro de 2025. Estes projetos

¹⁴ Fonte: Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos, ISS 2006

surgiram de uma candidatura ao Programa de Recuperação e Resiliência (2022), sendo um projeto concelhio inovador de resposta futura com visão integrada, prevê a abertura de uma creche em todas as freguesias do concelho e consiste na remodelação e ocupação de espaços já existentes, nos edifícios dos centros escolares. Pretende-se a criação de novos lugares, destinados a crianças até aos 3 anos de idade, sendo todos os espaços e capacidade passíveis de adaptação a Creche de acordo com os normativos previstos na legislação. Pretende-se, partilhar e potenciar recursos, quer de infraestruturas quer de serviços complementares, existentes no local, permitindo às crianças a continuidade no ensino desde tenra idade até à conclusão do 1º ciclo. A criação de creches, urge da necessidade de respostas sociais na área da infância, de forma a suprir as necessidades das famílias, sendo a taxa de cobertura concelhia para esta valência de 49%.

4.7.2 CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Passando para a análise da parentalidade de risco, esta está diretamente associada à vulnerabilidade familiar sendo apenas diferenciado o enfoque específico do grupo-alvo. No caso da parentalidade de risco são as crianças o alvo prioritário da problemática da parentalidade e na vulnerabilidade familiar é a família no seu todo que é o alvo preferencial da análise.

A parentalidade de risco, em termos gerais, pode definir-se como o exercício de competências parentais que não responde adequadamente às necessidades de cuidados básicos (funcionalidade da família), que não cria uma vinculação afetiva e emocional que apoie de forma correta o desenvolvimento das crianças e jovens e que não crie um quadro de sociabilização e aquisição de regras ou normas comportamentais, valores e perspetivas de vida positivas para os membros do agregado. Este facto justifica e legitima a intervenção das entidades especializadas, nomeadamente a CPCJ que intervém na defesa do superior interesse da criança.

A análise da parentalidade de risco para as crianças e jovens é de difícil avaliação direta. Mas poderão ser analisados através dos indicadores de que a Comissão de Proteção de Crianças e jovens (CPCJ) dispõe. As categorias do relatório anual que a CPCJ elabora categoriza as situações e os casos concretos o que nos permite obter uma perspetiva abrangente da situação no concelho.

Segundo o relatório de 2023 da CPCJ de Paços de Ferreira, verificou-se a existência de um total de 407 crianças e jovens em acompanhamento.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) 2023			
Nº de processos Transitados do ano anterior	Nº de Processos Reabertos	Nº de processos Instaurados	Nº de Processos Trabalhados
207	52	147	407

Tabela 63 – Dados relativos aos processos do ano 2023, da CPCJ de Paços de Ferreira; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 - CPCJ Paços de Ferreira

Este número é elevado em termos absolutos evidenciando a importância e gravidade desta problemática no concelho.

Ao analisar os dados da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Paços de Ferreira nos últimos sete anos, observamos algumas tendências e variações nos processos acompanhados. O volume processual global mostra uma ligeira oscilação, com picos significativos em 2022 e uma leve redução em 2023. O número de processos novos também apresenta variações anuais, refletindo possíveis mudanças nas condições sociais e na eficácia das intervenções preventivas.

Ano	Volume Processual Global	Processos Novos	Processos Transferidos de outras CPCJ	Processos Reabertos
2017	381	143	6	50
2018	370	144	3	62
2019	377	169	9	45
2020	363	140	9	45
2021	353	133	4	60
2022	413	181	11	65
2023	407	174	4	52

Tabela 64 – Volume processual da CPCJ; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 CPCJ de Paços de Ferreira

As principais problemáticas sinalizadas no Relatório Anual de Atividade do ano de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Paços de Ferreira foram:

- Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança: violência doméstica;
- Negligência: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar;
- Absentismo escolar.

Estas problemáticas indicam a necessidade de intervenções abrangentes e integradas, que envolvam múltiplos setores, como educação, saúde, e serviços sociais. A colaboração entre escolas, famílias, e instituições governamentais é crucial para desenvolver soluções eficazes e garantir que todas as crianças possam crescer em ambientes seguros e saudáveis.

Na tabela a seguir apresentamos a distribuição de casos por cada tipo de problemática identificada.

Código	Descrição	Casos
ECPCBEDC	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança; violência doméstica; consumo de álcool; consumos de estupefacientes.	90
NEG	Negligência ao nível da saúde, ao nível educativo, psicoafetivo, falta de supervisão e acompanhamento familiar; negligência face a comportamentos da criança/jovem; negligência grave.	87
SPDE	Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação: absentismo escolar; abandono escolar; insucesso escolar.	39
CJACABED	Criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada: comportamentos graves, antissociais e/ou indisciplina; consumos de estupefacientes; outros comportamentos.	28
MTPIA	Mau trato psicológico ou indiferença afetiva: castigos não corporais que afetam o bem-estar e a integridade da criança; exercício abusivo de autoridade; depreciação/humilhação.	6
AS	Abuso ou importunação sexual: linguagem ou prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto; aliciamento sexual; violação ou outro ato sexual.	2
MT	Mau trato: ofensa física; ofensa física por castigo corporal.	3
CDTR	Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais.	1
CAESP	Ausência temporária de suporte familiar ou outro.	1

Tabela 65 – ECPCBEDC; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 CPCJ de Paços de Ferreira

Este quadro fornece uma visão abrangente da evolução dos casos tratados pela CPCJ, permitindo a identificação de tendências e áreas que necessitam de atenção especial para melhorar a proteção e apoio às crianças e jovens.

Em relação à distribuição das Crianças/jovens acompanhados pela CPCJ em 2023 por Nacionalidade, Portugal representa a maioria absoluta das crianças e jovens acompanhados, totalizando 374 indivíduos, como podemos verificar na tabela seguinte:

País	Global
Angola	2
Brasil	13
Estados Unidos	1
França	4
Luxemburgo	1
Portugal	374
Reino Unido	2
Venezuela	1
Desconhecida	10

Tabela 66 - Distribuição das Crianças/jovens acompanhados pela CPCJ em 2023 por Nacionalidade; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 CPCJ de Paços de Ferreira

O Brasil é a segunda nacionalidade mais representativa com 13 crianças/jovens. Para além de Portugal e Brasil, outras nacionalidades, incluindo Angola, França, Reino Unido, e Venezuela, também estão presentes, embora em números menores.

Relativamente às entidades Sinalizadoras em Processos no ano de 2023 destaca-se a predominância de referências provenientes de estabelecimentos de ensino e autoridades policiais, conforme podemos verificar na tabela abaixo.

Entidade que sinalizou/participou a situação	Global
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	2
Autarquia	1
Autoridade Policial	68
CPCJ	11
Comissão Local de Acompanhamento do RSI	3
DGRS	1
EMAT	1
Estabelecimentos de Ensino	72
Estabelecimentos de Saúde	4
Familiares	7
Mãe	6
Ministério Público	39
NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)	2
Pai	9
Projetos	6
Projetos Comunitários	1
Próprio	1
Sem informação	54
Tribunal	5
Vizinhos e Particulares	3

Tabela 67 - Entidades Sinalizadoras em Processos no ano de 2023; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 CPCJ de Paços de Ferreira

Relativamente às Crianças/jovens acompanhados por escalão etário, as faixas etárias entre os 11 e os 17 anos são as que apresentam mais sinalizações, sendo a maioria relacionadas com as questões escolares.

A tabela a seguir apresenta uma visão detalhada das medidas de promoção e proteção em execução, destacando a quantidade e os tipos de intervenções realizadas. Esta análise visa proporcionar uma compreensão clara das estratégias utilizadas pela CPCJ para proteger e promover o bem-estar das crianças e jovens na região.

Medidas de Promoção e Proteção em Execução em 2023	
Tipo de Medida	Número de Medidas
Total de Medidas em Execução	140
Apoio Junto dos Pais	123
Apoio Junto a Outro Familiar	16
Confiança a Pessoa Idónea	1
Medidas Cautelares executadas	8

Tabela 68 – Medidas de Promoção e Proteção em Execução em 2023; Fonte: Relatório Anual de Atividade 2023 CPCJ de Paços de Ferreira

As medidas em execução refletem uma abordagem integrada e centrada na família para proteger crianças e jovens. A predominância do apoio junto aos pais destaca a importância de fortalecer o núcleo familiar para proporcionar um ambiente seguro e saudável. A presença de medidas cautelares mostra a capacidade de resposta a situações de emergência, garantindo que a segurança das crianças seja prioritária em qualquer circunstância.

4.7. EMERGÊNCIA SOCIAL

A problemática das respostas sociais é aqui abordada na perspetiva das atividades ou respostas de ação social que visam, por um lado prevenir situações de carência, disfunções, marginalização social, e por outro resolver problemas sociais que afetam as pessoas e famílias mais vulneráveis, numa perspetiva de desenvolvimento pessoal, social e económico.

Este duplo desafio exige um esforço de parceria e articulação entre as instituições locais, na convicção de que através dessa articulação e mobilização dos diferentes atores se consiga

resolver um maior número de situações de vulnerabilidade social, privilegiando-se os grupos sociais mais vulneráveis.

A crise económica e social empurrou muitos cidadãos para situações de pobreza e exclusão social e “obrigou-os” a realizar ajustamentos não previstos. A situação de emergência social despoletou nas instituições novas práticas de gestão da vida social na procura de soluções mais ajustadas aos novos problemas locais. As instituições devem oferecer serviços, recursos e relações que dignificam a vida das pessoas e promovam o exercício de uma cidadania ativa.

Nos últimos anos, novos e modernos equipamentos foram construídos no concelho e novas respostas sociais foram disponibilizadas para superar as dificuldades crescentes e proporcionar maior qualidade de vida às pessoas e famílias que residem em Paços de Ferreira.

O concelho de Paços de Ferreira apresenta uma considerável dinâmica social atendendo ao número de instituições particulares de solidariedade social localizadas nas freguesias do concelho. No total, são 14 instituições que servem o concelho com equipamentos e repostas diversas. A maioria delas desenvolve serviços para a infância e para a terceira idade já mencionadas anteriormente. Com efeito, as crianças e os idosos são particularmente mais vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social, e apesar da família ser um fator relevante de inclusão social e de proteção, esta é apoiada nas suas funções pelas redes de suporte institucionais disponíveis, contribuindo para a conciliação entre a vida familiar e pessoal e a atividade profissional.

O Município está plenamente comprometido com o bem-estar de todos, pretendendo contribuir para a melhoria do bem-estar social, do bem-estar físico, psíquico e económico do indivíduo inserido na família e na comunidade.

Na promoção do objetivo estratégico de promoção da melhoria do serviço público na área de ação social, almeja-se um melhor acesso a bens e serviços. No âmbito do desenvolvimento de uma política de maior proximidade aos Municípios e, consequente, acessibilidade aos serviços de apoio a capacitação social destacam-se também um conjunto de medidas e programas em funcionamento.

O município de Paços de Ferreira, assumiu o processo de transferência de competências no âmbito da ação social a 1 de outubro de 2022, onde foram transferidas para os municípios diversas competências, entre elas o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a celebração e acompanhamento dos contratos Rendimento Social de Inserção (RSI).

Por forma a estar mais próximo dos seus munícipes e com a intenção de melhor os servir, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira decidiu estender o atendimento descentralizado a todas as freguesias do concelho, como podemos verificar na seguinte tabela:

HORÁRIO DE ATENDIMENTO NAS JUNTAS DE FREGUESIA			
9h30 – 12h00			
Segunda-feira	Terça-feira	Quinta-feira	Sexta-Feira
Paços de Ferreira*	Sanfins de Ferreira	Freamunde	Carvalhosa
Freamunde	Figueiró	Frazão	Penamaior
Meixomil	Eiriz	Modelos	Seroa
Arreigada	Ferreira	Codessos	Raimonda
Lamoso			

*Atendimento no Edifício da Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Divisão da Ação Social

Tabela 69 – Horário de atendimento nas juntas de freguesia; Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Esta decisão tem vindo tornar os serviços mais acessíveis aos cidadãos, melhorando a identificação dos problemas e necessidades, mas também agilizando o processo de avaliação e intervenção. Mensalmente em média são atendidos no âmbito do SAAS E RSI cerca de 450 utentes nestes postos de atendimento. Nas tabelas seguintes podemos verificar o total de processos em acompanhamento.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO		
2024		
Processos em acompanhamento (nº)	Total de indivíduos acompanhados (nº)	Valor médio da prestação (€)
476	877	314,47€

Tabela 70 – Rendimento Social de Inserção 11/2024; Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
2024
Processos em acompanhamento (nº)
533

Tabela 71 – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social 11/2024; Fonte: Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Em termos de perfil das famílias beneficiários do RSI, são maioritariamente indivíduos isolados, sendo as principais problemáticas associadas as dependências (álcool) e a baixa escolaridade. No âmbito destes acompanhamentos são cedidos vários apoios de vária índole, consoante necessidades apresentadas pelas famílias.

4.8. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A questão das pessoas em situação de sem-abrigo é um desafio social significativo que afeta inúmeras comunidades ao redor do mundo. Trata-se de indivíduos que, por várias razões, não têm uma residência fixa ou acesso a um abrigo adequado. Na análise destes cenários, é crucial distinguir a definição de sem abrigo entre "sem teto" e "sem casa", duas realidades distintas, mas interligadas. Assim, consideram-se:

- sem teto¹⁵: pessoas a viver na rua, noutros espaços públicos (jardins, viadutos, estações de transportes públicos), abrigos de emergência (vagas de emergência em centros de alojamento) ou em locais precários (carros abandonados, vãos de escada, casas abandonadas)
- sem casa¹⁶: pessoas a viver em centros de alojamento temporário (Inclui as respostas da Segurança Social ou outras de natureza similar, locais para indivíduos ou famílias onde a pernoita é limitada, sem acesso a alojamento de longa duração), em alojamentos específicos para pessoas sem casa (apartamentos de transição, onde a pernoita é

¹⁵ Fonte: ENIPSSA (Enquadramento Nacional de Intervenção em Situações de Sem-Abrigo)

¹⁶ Fonte: ENIPSSA (Enquadramento Nacional de Intervenção em Situações de Sem-Abrigo)

limitada, sem acesso a alojamento de longa duração) ou em quartos pagos (total ou parcialmente) pelos serviços sociais ou por outras entidades.

No final de 2023, foi efetuado um levantamento de dados das Pessoas em Situação de Sem-abrigo a viverem no Município de Paços de Ferreira, com o objetivo de monitorizar a evolução do fenómeno no Concelho, bem como proporcionar uma atualização do diagnóstico de necessidades.

Foram identificados um total de 54 casos de pessoas sem-abrigo e sem casa, sendo que a maioria dos casos (52) está na situação de sem teto, e apenas 2 casos estão na situação de sem casa, ambos em alojamento temporário.

Relativamente à idade, a maioria encontra-se nas faixas etárias entre os 18-30 anos (13 casos) e 45-64 anos (19 casos). Contudo existem casos significativos em todas as faixas etárias, incluindo jovens (0-17 anos) e adultos de meia-idade (31-44 anos). Quanto ao género, existe uma distribuição relativamente equilibrada entre masculino e feminino.

A maioria das pessoas sem abrigo identificadas é natural de Portugal, sendo apenas 1 pessoa oriunda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Relativamente ao estado civil, 25 dos 54 identificados são casados ou vivem em união de facto, 20 solteiros, 7 divorciados e 1 viúvo.

No que respeita às habilitações literárias, constata-se que a maioria possui escolaridade ao nível do 1º e 2º ciclo. Estes valores de baixo nível académico, elevada incidência de insucesso escolar e abandono, vão de encontro à literatura que dá conta dessa tendência.

Em relação à situação face ao emprego, verificou-se que todos se encontram, de momento, desempregados. Em praticamente todos os casos, a fonte de rendimento atual é o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou outro tipo de prestações sociais.

Quando ao tempo em que se encontram em situação de sem-abrigo, existem vários casos que se encontram nesta situação há menos de um ano e entre 1 e 5 anos, estando estes ligados sobretudo a situações de despejo.

Cerca de 70% dos indivíduos identificados como sem-abrigo, pertencem a uma minoria étnica que residem no acampamento existente no concelho.

Em suma, esta análise indica uma variedade de fatores que contribuem para a situação de sem-abrigo em Paços de Ferreira. A maioria dos indivíduos sem-abrigo estão a receber algum tipo de prestação social, principalmente através do RSI. As causas variam amplamente, desde violência doméstica, dependências, até questões de imigração e despejos.

4.9. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Seguindo as orientações da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 e da Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS seria potencialmente relevante investir no aumento do número e da qualidade das respostas sociais, informais e profissionais, por exemplo, ao nível dos cuidados residenciais, continuados e domiciliários, permitindo uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das **Pessoas Seniores**. Dadas as particulares vulnerabilidades desta população no domínio da saúde, a criação de infraestruturas/serviços de saúde mais acessíveis, quer em termos de localização, quer em termos de mobilidade, implementando um conjunto alargado de serviços promotores de saúde, seria pertinente.

Ainda decorrente das orientações dos referenciais supracitados, o domínio da promoção do envelhecimento ativo toma particular relevo, passando pelo desenvolvimento de estratégias promotoras de estilos de vida saudáveis, pelo incremento da participação social e cívica da população sénior promotoras da inclusão social das pessoas seniores e pela implementação de estratégias de comunicação inclusiva (também ao nível digital), entre outras áreas relevantes de intervenção.

No âmbito do desenvolvimento das políticas de reabilitação e reforço da proteção e inclusão social na **área da deficiência e incapacidade**, e tendo como objetivo o incremento de níveis de qualidade e eficácia no desenvolvimento das respostas sociais dirigidas a este público-alvo, o Município de Paços de Ferreira tem vindo a assumir como prioridade a valorização pessoal e a

inclusão social e profissional destas pessoas, valores que concorrem para o exercício da sua plena cidadania.

De facto, apesar da ratificação, em julho de 2009, da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (adotada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007), cujo objetivo central “é promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, (...) “mantém-se prioritário planejar, de forma articulada e prospetiva, medidas que possam acelerar um desígnio coletivo que combata a discriminação e proporcione melhores condições de vida às pessoas com deficiências e incapacidades e às suas famílias, nos vários domínios da sua vida social” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2010).

Em linha de continuidade com os principais referenciais saliente-se as iniciativas a implementar deverão decorrer de uma participação ativa das pessoas com deficiência ou incapacidade, desde o seu planeamento, passando pela sua execução e também pela avaliação dessas iniciativas, no respeito pela cidadania e participação cívica e no quadro de uma perspetiva de envolvimento ativo, como sujeitos de pleno direito.

Salientam-se 4 grandes domínios prioritários de intervenção, concretamente, ao nível das acessibilidades, da integração no mercado de trabalho, ao nível da promoção/apoio à autonomia e, ainda, ao nível das respostas institucionais.

O domínio do emprego constitui-se como uma das fragilidades desta população, sendo prioritário investir na criação e implementação de uma estratégia de emprego inclusivo, que passará pela sensibilização e capacitação das entidades empregadoras.

Relativamente à promoção/apoio à autonomia, e seguindo as recomendações e diretrizes constantes na Estratégia Nacional para a Deficiência 2021-2025, e no Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), é importante investir em estratégias de autonomização destas pessoas, seguindo os oito princípios fundamentais aí preconizados: universalidade, autodeterminação, individualização, funcionalidade dos apoios, inclusão, cidadania, participação, e igualdade de oportunidades.

Neste âmbito é importante alargar e consolidar a rede de equipamentos sociais e a capacidade de resposta para esta população. A intervenção proposta de uma RAI com capacidade para acolher 15 utentes, surge da necessidade do Município de proceder a uma ampliação deste equipamento social de forma a ultrapassar as condicionantes e insuficiências existentes atualmente. A taxa de cobertura da cooperação (TCC) para a resposta residencial para pessoas com deficiência e a taxa de cobertura da cooperação (TCC) para a resposta social de Residências de Autonomização e Inclusão no concelho de Paços de Ferreira é de 0%, o que significa que os jovens com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, e que se encontrem em processo de inclusão de autonomização socioprofissional, não podem beneficiar da resposta, devido à sua inexistência. A proposta foi aprovada e a RAI está neste momento em fase de conclusão.

Finalmente, a nível institucional seria importante investir em estratégias a níveis diversos, mas com o objetivo último de desenvolver respostas cada vez mais qualificadas, eficazes e eficientes. Desde logo, investir na formação, qualificação e capacitação das/os técnicas/os com áreas de atuação no domínio da deficiência ou incapacidade, como forma de promover a qualidade dos serviços prestados. Igualmente importante é a implementação de uma rede de cuidadoras/es informais e garantir a sua capacitação para o desenvolvimento de um trabalho de apoio qualificado e adequado, pela promoção de competências facilitadoras da sua função.

Para melhorar as condições de vida dos **Cuidadores Informais** em Paços de Ferreira, é essencial desenvolver estratégias que promovam a inclusão social. Primeiramente, assegurar que os serviços sociais sejam acessíveis, com proximidade dos pontos de atendimento, e criar soluções personalizadas baseadas no conhecimento detalhado das necessidades locais. É necessário implementar serviços de apoio específicos para cada cuidador e mecanismos para identificação rápida de problemas, além de melhorar a eficiência dos processos de avaliação e intervenção. Promover programas de capacitação social e económica em colaboração com várias instituições é crucial, assim como desenvolver um plano estratégico focado em combater desigualdades sociais, económicas e profissionais. Fortalecer a cooperação com os parceiros da Rede Social e outras entidades para ampliar a rede de suporte, e promover campanhas de sensibilização sobre a importância dos cuidadores informais, são ações importantes. Desenvolver programas de requalificação profissional e reinserção social, além de oferecer apoio psicológico e social,

ajudará na reintegração dos cuidadores. Implementar essas estratégias de forma integrada e coordenada pode melhorar significativamente a vida dos cuidadores informais e promover maior inclusão social em Paços de Ferreira.

Relativamente à temática da **igualdade de género**, entender as dinâmicas locais, identificar as áreas de maior necessidade e implementar medidas e ações concretas que garantam a participação equitativa de todos os cidadãos, é importante para o concelho. É um passo essencial para assegurar que todos os indivíduos possam contribuir de forma plena e igualitária para o desenvolvimento da comunidade.

No que concerne à **Violência Doméstica** e face aos dados apresentados, a aposta na capacitação, formação e sensibilização surge como um dos grandes pilares no combate à violência doméstica e de género. É essencial que a prevenção se inicie desde muito cedo no processo de desenvolvimento das crianças e jovens, focada na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação, mas também em estratégias de mudança de atitude relativamente às crenças que enformam as dinâmicas amorosas. A violência contra idosos, crianças e pessoas com deficiência e incapacidade baseia-se também numa relação de poder desigual, em que o/a agressor/a se encontra numa posição de superioridade física (e não só), face à vítima pelo que, também a este nível, é essencial investir na sensibilização para a igualdade e para a cidadania.

Torna-se igualmente crucial promover respostas integradas e que permitam uma reintegração, através da sua capacitação e autonomização, contribuindo desta forma para a prevenção das situações de revitimização. A este nível, e dos dados apresentados relativos à escolarização e situação profissional das vítimas verifica-se que mais de metade das vítimas tinha níveis de escolarização inferiores à escolaridade obrigatória e mais de um terço estava desempregada ou era doméstica, o que pode ter implicações em termos da sua capacidade de autonomia económica, que é condição fundamental para conseguir sair da situação de violência, pelo que as respostas às vítimas devem contemplar a capacitação escolar/profissional/financeira, sempre que necessário. A intervenção junto das/os agressoras/es, é dimensão essencial, para a prevenção das situações de reincidência, devendo-se atuar precocemente junto das/os agressoras/es jovens, promovendo programas de intervenção.

No que diz respeito às **crianças e jovens**, a pobreza infantil é um problema grave, com mais de um bilhão de crianças vivendo em condições extremas globalmente. Na União Europeia, quase 25 milhões de crianças estão em risco de pobreza ou exclusão social, e em Portugal, em 2017, um quinto das crianças enfrentava essa realidade. Para combater essa situação, a Comissão Europeia e a Convenção dos Direitos das Crianças estabeleceram diretrizes que incluem o fortalecimento das redes comunitárias e a intervenção junto às famílias. A educação é essencial para quebrar o ciclo da pobreza, e a sensibilização da população para erradicar a violência contra crianças e jovens é igualmente importante. Promover a literacia digital também é uma prioridade para garantir que os direitos das crianças sejam protegidos no ambiente digital. Implementar essas medidas é crucial para melhorar a qualidade de vida das crianças, garantir seus direitos e promover um desenvolvimento integral em Paços de Ferreira.

O Município de Paços de Ferreira exerce um papel cada vez mais ativo na gestão e execução de serviços sociais e de **Emergência Social**. A descentralização de competências, atribuída aos órgãos municipais responsabilidades como atendimento e acompanhamento social, elaboração de relatórios técnicos, atribuição de prestações pecuniárias em situações de carência, e desenvolvimento de programas habitacionais para idosos. A transferência de competências para as câmaras municipais oferece proximidade e melhor conhecimento das necessidades locais, sendo vantajosa para os cidadãos. Desde 1 de outubro de 2022, Paços de Ferreira assumiu estas competências, estendendo o atendimento descentralizado a todas as freguesias para tornar os serviços mais acessíveis e ágeis. A Rede Social é um componente crucial nesta estrutura, promovendo capacitação social e económica e parcerias em várias áreas. A Câmara Municipal visa uma mudança de paradigma social, assegurando a descentralização de competências através de um plano estratégico e monitorizando a qualidade das respostas sociais. Atualmente, um diagnóstico das famílias beneficiárias do rendimento social de inserção está em elaboração para que se desenvolva um plano estratégico que combata as desigualdades sociais, económicas e profissionais. Por forma a estar mais próximo dos seus munícipes e com a intenção de melhor os servir, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira decidiu estender o atendimento descentralizado a todas as freguesias do concelho. Esta decisão tem vindo tornar os serviços mais acessíveis aos cidadãos, melhorando a identificação dos problemas e necessidades, mas também agilizando o processo de avaliação e intervenção.

As principais potencialidades desta área de intervenção incluem: a proximidade e acessibilidade dos serviços, conhecimento local mais preciso, atendimento personalizado conforme as necessidades específicas de cada freguesia e utente, identificação precoce de problemas sociais, económicos e educacionais, agilidade nos processos de avaliação e intervenção, promoção da capacitação social e económica, estabelecimento de parcerias em áreas chave, e a monitorização contínua e planeamento estratégico para combater desigualdades sociais, económicas e profissionais. Estes aspetos fortalecem o tecido social e promovem maior equidade e inclusão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Paços de Ferreira.

Para abordar a problemática das **pessoas em situação de sem-abrigo** em Paços de Ferreira, é fundamental desenvolver um conjunto de orientações estratégicas que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida destes indivíduos. Deste modo é importante assegurar que os serviços sociais estejam facilmente acessíveis às pessoas em situação de sem-abrigo, garantindo a proximidade dos pontos de atendimento; utilizar o conhecimento detalhado sobre as necessidades específicas da população local para criar soluções personalizadas e eficazes; desenvolver serviços de apoio que atendam às particularidades de cada indivíduo, proporcionando um suporte mais direcionado e eficiente; implementar mecanismos para a identificação rápida de problemas sociais, económicos e educacionais, permitindo intervenções preventivas; melhorar a velocidade e eficiência dos processos de avaliação e intervenção, oferecendo um suporte mais imediato e eficaz às necessidades dos sem-abrigo; promover programas de capacitação social e económica em colaboração com diversas instituições nas áreas de segurança social, educação, saúde, emprego e formação profissional; desenvolver e manter um plano estratégico baseado em diagnósticos precisos das necessidades das famílias beneficiárias do RSI, focando no combate às desigualdades sociais, económicas e profissionais; fortalecer a cooperação com organizações não governamentais, instituições públicas e privadas para ampliar a rede de suporte e recursos disponíveis para as pessoas em situação de sem-abrigo; promover campanhas de sensibilização e educação para aumentar a consciência pública sobre a problemática dos sem-abrigo e fomentar uma cultura de solidariedade e apoio comunitário; desenvolver programas de requalificação profissional e reinserção social que ofereçam oportunidades concretas de saída da situação de sem-abrigo, promovendo a autonomia e integração no mercado de trabalho; implementar serviços de apoio psicológico e

social para abordar problemas subjacentes como dependências e saúde mental, facilitando a reintegração social e económica. Estas estratégias, quando implementadas de forma integrada e coordenada, podem contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo e promover uma maior inclusão social em Paços de Ferreira.

CAPÍTULO V

HABITAÇÃO



Sendo o acesso a habitação adequada fundamental na vida das pessoas, pois funciona como fator de autonomização do indivíduo e fonte de bem-estar e qualidade de vida, pode a falta de acesso a habitação ou o acesso a habitação desadequada funcionar como fator de exclusão social, ao promover o afastamento do indivíduo que está em busca de habitação acessível, das zonas mais centrais de convívio social e também tornando mais difícil o acesso a serviços que normalmente estão mais concentrados nessas zonas.

No entanto, face à escalada de preços no mercado de venda e arrendamento, muitas pessoas têm de dispor de uma proporção demasiado grande do seu rendimento para a habitação, o que as coloca perante um dilema: arranjam habitação em locais com custo mais acessível, prescindindo de uma habitação localizada próximo do seu meio de vida mais “natural” (e.g. trabalho, família,...), ou assumirem esse encargo, deixando de ter recursos suficientes para outro tipo de necessidades, prescindindo, nesse caso, de conforto e qualidade de vida.

O acesso a habitação a preços acessíveis tem-se tornado cada vez mais difícil, existindo um desfasamento entre a oferta e a procura, a capacidade financeira das pessoas e os preços elevados e desproporcionados, mesmo em relação à qualidade da habitação. É evidente a procura sobretudo por pessoas do concelho que pretendem emancipar-se, embora também se verifique procura por pessoas de fora do concelho. Destaca-se uma procura elevada no âmbito do arrendamento (muita carência com preços elevados), devido à incapacidade de aceder ao crédito habitação por parte de uma grande parte das famílias.

Depois desta breve introdução ao domínio da habitação, passa-se à apresentação de um conjunto de indicadores, que permitem traçar um retrato global da situação relativamente a alguns aspetos quantitativos e qualitativos do parque habitacional concelhio.

5.1. MERCADO DE HABITAÇÃO

Entre 2011 e 2021, Paços de Ferreira assistiu a um aumento de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, quer daqueles em situação de arrendamento (20,3%), quer de propriedade dos ocupantes (5,3%). Em 2021, 12.877 alojamentos eram habitados pelos proprietários e 4.022 alojamentos encontravam-se arrendados.

No que concerne à dinâmica de arrendamento, denota-se, globalmente, um aumento de novos contratos, de semestre para semestre, entre 2019 e 2023. No 1.º semestre de 2023 registaram-se 295 novos contratos de arrendamento, menos sete do que no semestre anterior (2.º semestre de 2022).

No concelho, entre 2011-2021, os encargos médios mensais com a aquisição de habitação própria diminuíram (-49,76€), fixando-se em 298,43€ (valor abaixo da média nacional, regional e sub-regional). Ao nível das freguesias, os encargos oscilavam entre 286,48€ em Penamaior e 323,22€ em Seroa.

Embora se tenha verificado uma diminuição dos encargos médios mensais com a aquisição de habitação própria, o valor mediano das vendas por metro quadrado tem vindo a aumentar significativamente. Entre o primeiro trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2023, este valor aumentou 364€ no concelho, fixando-se em 958€ no último trimestre. Ainda assim, é um valor consideravelmente abaixo do registado a nível nacional (1.519€).

Em 2021, mais de metade dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade dos ocupantes não representava encargos mensais (7.420 alojamentos; 57,6%). Dos 5.457 alojamentos com encargos financeiros mensais, 20,4% enquadravam-se no escalão de 250€ a 299,99€ (1.114 alojamentos); 19,8% entre 200€ e 249,99€ (1.081 alojamentos); e 13,5% de 150 a 199,99€ (739 alojamentos).

Também o valor mediano das rendas por metro quadrado tem crescido, contabilizando-se em 3,85€ no primeiro semestre de 2023 (valor inferior ao nacional e regional, mas superior ao sub-regional). Dos 4.022 alojamentos arrendados de residência habitual, 39,7% apresentava um valor de renda entre 200€ e 299,99€ (1.598 alojamentos), 17,5% entre 150€ e 199,99€ (702

alojamentos), 12,8% de 300€ a 399,99€ (516 alojamentos) e de 9,5% de 100€ a 149,99€ (383 alojamentos).

5.2. HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

No município de Paços de Ferreira, a Habitação Social, destina-se a prover alternativa habitacional, com caráter temporário e transitório, a agregados que se encontrem em situação de grave carência, nomeadamente por não possuírem condições económicas, ou outras, suficientes para prover outra solução habitacional. Vivemos nos dias de hoje uma crise em termos de habitação sendo um problema global que afeta muitas pessoas. Envolve a falta de moradias acessíveis e aumento dos preços dos imóveis, o que torna difícil para muitas famílias encontrarem um lugar adequado para morar. Isso pode levar a uma série de problemas sociais, como aumento da pobreza e deslocamento de pessoas.

O Município de Paços de Ferreira dispõe de um Parque Habitacional Municipal composto por oito conjuntos habitacionais, num total de 234 habitações, geridos pelo Município, e cuja distribuição se pode consultar na tabela que se segue.

PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA	
Complexo	Nº de habitações
Complexo habitacional da Arreigada	88
Complexo habitacional de Modelos	21
Complexo habitacional de Penamaior	12
Complexo habitacional da Boavista	12
Complexo habitacional de Paços de Ferreira	29
Complexo habitacional de Freamunde	62
Complexo habitacional de Meixomil	2
Complexo habitacional da Seroa	8

Tabela 72 - Número de habitações do Parque Habitacional Municipal de Paços de Ferreira; Fonte: Município de Paços de Ferreira 11/2024

Refira-se que, de acordo com dados dos serviços municipais de Paços de Ferreira, do total de fogos habitacionais supracitados, no final do ano de 2023, 216 encontravam-se arrendados, 7 em estado devoluto, 5 tinham ordem de despejo, 5 estavam afetos a projeto de cariz social (e.g. casas de transição) e 1 constituía habitação de emergência de proteção civil.

5.3. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Em complemento à caracterização do parque habitacional municipal atualmente existente, e tendo em conta estar a decorrer o período de vigência da Estratégia Local de Habitação (ELH) de Paços de Ferreira, aprovada em 2021 e atualizada em 2024, importa fazer menção às soluções habitacionais nela previstas, nomeadamente aquelas que têm relação e implicação direta na oferta pública de habitação no território concelhio.

Como forma de dar resposta às situações de mais gravosa carência habitacional no concelho, a ELH preconiza a criação de uma resposta habitacional a custos controlados e a requalificação do parque habitacional público e privado, orientando-se para a reabilitação e aquisição de edifícios para colocar no mercado de arrendamento. Prevê a reabilitação das habitações degradadas e, em concertação com os seus proprietários, a reabilitação de edifícios devolutos nos núcleos urbanos que estejam adequadamente dotados de serviços e equipamentos, mas de forma dispersa pelo território.

As soluções habitacionais programadas na ELH de Paços de Ferreira sistematizam-se no seguinte quadro:

PROMOTOR	SOLUÇÃO	AGREGADOS (N.º)
Beneficiários Diretos	Reabilitação de 30 fogos de beneficiários diretos dispersos	30
	Reabilitação de 101 fogos de privados inseridos nos complexos de habitação social (62 em Freamunde, 27 em Paços de Ferreira e 12 em Meixomil)	101
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	Reabilitação de 226 fogos inseridos nos complexos de habitação social (88 em Arreigada, 21 em Moledos, 12 em Boavista, 12 em Penamaior, 62 em Freamunde, 29 em Paços de Ferreira e 2 em Meixomil)	226
	Construção de 18 fogos para realojamento de famílias de etnia cigana	18
	Construção de 36 novas habitações sociais em Seroa	36
	Aquisição para reabilitação de 2 fogos para arrendamento acessível	2
	Construção de habitação para 60 agregados (para arrendamento acessível, em parceria com o IHRU, I.P.)	120
	Habitação colaborativa e comunitária (enquadrada na nova geração de equipamentos e respostas sociais)	32

Tabela 73 - ELH (Município de Paços de Ferreira, 11/2024)

Em concreto, e no que às soluções de promoção municipal diz respeito, para a resposta às situações maior carência habitacional sinalizadas no concelho, é programada a reabilitação 226 fogos de habitação social, a aquisição e reabilitação de 2 fogos para arrendamento acessível, a construção de 60 fogos destinados ao parque público habitacional público a preços acessíveis, a construção de 18 fogos para realojamento de famílias de etnia cigana (residentes em núcleo precário) e a construção de 36 novas habitações sociais em Seroa (incluindo a demolição e reconstrução de 10 fogos, devido ao avançado estado de degradação).

Às soluções descritas somam-se aquelas de promoção privada (beneficiários diretos), designadamente a reabilitação de 17 fogos (dispersos pelo concelho) e a reabilitação de 54 fogos privados inseridos nos complexos habitacionais sociais (em estado de degradação geral).

Na programação das soluções, a ELH reconhece a importância do setor imobiliário no concelho, que contribuiu para que várias famílias investissem em mais que uma habitação que permanece desocupada (contribuindo para o substancial número de edifícios vagos existentes), muitas vezes, pensada como alternativa habitacional para os filhos e que, por esse motivo, também não pretendem colocar essa habitação no mercado. Partindo desse pressuposto e perante alguma

incerteza sobre o potencial de aproveitamento das infraestruturas existentes, a ELH aponta as seguintes respostas às necessidades das famílias:

- Aquisição de fogos/edifícios devolutos para reabilitar e arrendar posteriormente com recurso a programas de arrendamento acessível ou apoiado;
- Mobilização de proprietários de fogos devolutos para reabilitar e colocar no mercado de arrendamento a custos acessíveis beneficiando de contrapartidas fiscais e de segurança do arrendatário;
- Reabilitação da habitação social e alojamentos familiares passíveis de recuperação e adaptação.

Como resultado das intervenções programadas, está prevista a ampliação da oferta de habitação pública no concelho de Paços de Ferreira, destinando-se os fogos em causa à prática de rendas reduzidas.

5.4. POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Com base nos dados e informações fornecidas sobre a situação habitacional em Paços de Ferreira, é possível delinear várias orientações estratégicas para enfrentar os desafios existentes e melhorar a oferta de habitação na região. Essas estratégias visam garantir um acesso equitativo à habitação de qualidade, promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

Um importantíssimo eixo estratégico a merecer atenção especial diz respeito à população residente em habitação social municipal. Na realidade, a habitação social surge como área específica de intervenção, na Estratégia Local de Habitação.

Dentro da população de residentes em habitação social municipal, já de si vulnerável, destacam-se ainda alguns subgrupos particularmente vulneráveis, como sejam as famílias monoparentais, as pessoas com deficiência ou incapacidade, as pessoas seniores e as pessoas em situação de desemprego. Nestes segmentos de residentes em habitação social municipal interagem um

conjunto de fatores de risco que se agravam reciprocamente, tornando estas pessoas particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

Neste contexto, é preciso investir, a este nível, em várias frentes em simultâneo. Desde logo na proteção das pessoas que se encontram mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência ou incapacidade.

Na população sénior, especialmente nas pessoas seniores que vivem isoladas ou com um/a companheiro/a também sénior, investindo em programas de apoio a estas/es residentes de forma a terem apoio (a níveis diversos) no seu quotidiano.

Da mesma forma, é essencial apostar, quer na promoção da escolarização junto das/os residentes mais jovens, quer na promoção da empregabilidade junto das/os residentes em idade ativa, como forma de promover a sua autonomização, através da colocação no mercado de trabalho e da obtenção de uma fonte de rendimentos própria, apostando, por exemplo, na sua qualificação/requalificação profissional.

Adicionalmente, e decorrente da estigmatização que muitas vezes sofrem as pessoas que residem em habitação social municipal, os designados “moradores de bairros”, e que contribui para a sua segregação, isolamento e exclusão. Assim, é preciso desenvolver estratégias e programas de apoio e integração social para estas pessoas, que ajudem a reduzir o elevado risco de marginalização, pobreza e exclusão social e que contribuam para o aumento da coesão social e territorial.

Investir na reabilitação de edifícios devolutos, especialmente aqueles localizados em núcleos urbanos com acesso a serviços e equipamentos. Este esforço não só aumenta a oferta habitacional, mas também ajuda a revitalizar áreas urbanas degradadas.

Em suma, a implementação destas orientações estratégicas pode contribuir significativamente para resolver os problemas habitacionais em Paços de Ferreira, garantindo que todas as famílias tenham acesso a uma habitação digna e acessível. Ao focar na reabilitação de edifícios devolutos, expansão do parque habitacional público, promoção do arrendamento acessível, apoio à propriedade privada, o município criará um ambiente urbano mais inclusivo, sustentável e próspero para todos os seus habitantes.

BIBLIOGRAFIA

Idañez, M. J., & Ander-Egg, E. (2007). *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias* (3ª ed.). REAPN.

Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (2013). *World Population Ageing 2013*

Concelho Local de Ação Social de Paços de Ferreira. (2016). *Diagnóstico Social de Paços de Ferreira*.

Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia.

Serviço Nacional de Saúde. (2017). *ENEAS*.

Instituto de Segurança Social. (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos*.

Instituto Nacional para a Reabilitação. (n.d.). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Instituto Nacional para a Reabilitação. (2011). *Da Exclusão à Igualdade: Reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência. Manual para Parlamentares*.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (n.d.). *Manual Alcipe: Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*.

ENIPSSA. (n.d.). *Enquadramento Nacional de Intervenção em Situações de Sem-Abrigo*.

Idañez, M. J., & Ander-Egg, E. (2007). *Diagnóstico social: conceitos e metodologias* (3ª ed., rev., aum., trad. Isabel Marques). Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal. (Cadernos REAPN; 12). ISBN 978-989-95487-8-7.

Rede Europeia Anti-Pobreza. (2013). *Pobreza e Desigualdade na União Europeia - Explicativo EAPN*.

Instituto de Emprego e Formação Profissional. (n.d.). *IEFP*.

Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). *INE*.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). *Estatísticas APAV - Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira 2023*.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Paços de Ferreira. (2023). *Relatório Anual de Atividade 2023*.